

Maria Elisa Lemos Nunes da Silva  
Paulo Santos Silva  
(Organizadores)

RASTROS BIOGRÁFICOS  
estudos de trajetórias

**RASTROS BIOGRÁFICOS**  
estudos de trajetórias



## **Universidade do Estado da Bahia - UNEB**

José Bites de Carvalho  
**Reitor**

Carla Liane N. dos Santos  
**Vice-reitor**

Maria Nadja Nunes Bittencourt  
**Diretora da Editora**

### **Conselho Editorial**

Atson Carlos de Souza Fernandes  
Liege Maria Sitja Fornari  
Luiz Carlos dos Santos  
Maria Neuma Mascarenhas Paes  
Tânia Maria Hetkowski

### **Suplentes**

Edil Silva Costa  
Gilmar Ferreira Alves  
Leliana Santos de Sousa  
Mariângela Vieira Lopes  
Miguel Cerqueira dos Santos

**Maria Elisa Lemos Nunes da Silva**  
**Paulo Santos Silva**  
**(Organizadores)**

**RASTROS BIOGRÁFICOS**  
**estudos de trajetórias**

Salvador  
EDUNEB  
2014

© 2013 Autores

Direitos para esta edição cedidos à Editora da Universidade do Estado da Bahia.

Esta editora adota o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990,  
em vigor no Brasil desde 2009.

Proibida a reprodução total ou parcial por qualquer meio de impressão, em forma  
idêntica, resumida ou modificada, em Língua Portuguesa ou qualquer outro idioma.

Depósito Legal na Biblioteca Nacional.

Impresso no Brasil em 2014.

### **Ficha Técnica**

#### **Coordenação Editorial**

Ricardo Baroud

#### **Coordenação de Design**

Sidney Silva

#### **Revisão**

Nadja Nunes

#### **Editoração Eletrônica**

Rodrigo C. Yamashita

---

### **Ficha Catalográfica - Sistema de Bibliotecas da UNEB**

---

Rastros biográficos: estudos de trajetórias / Organizado por Maria Elisa Lemos  
Nunes da Silva; Paulo Santos Silva . – Salvador: EDUNEB, 2014.  
262p.

ISBN 9788578872601

1. Biografias diversas. I. Silva, Maria Elisa Lemos Nunes da. II. Silva, Paulo  
Santos.

CDD: 920

---



Editora da Universidade do Estado da Bahia - EDUNEB

Rua Silveira Martins, 2555 - Cabula

41150-000 - Salvador - Bahia - Brasil - Fone: +55 71 3117-5342

eduneb.editora@gmail.com - editora@listas.uneb.br - www.eduneb.uneb.br

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
O BIÓGRAFO COMO NARRADOR: a concepção de biografia em Luiz Viana Filho Paulo Santos Silva	15
CIÊNCIA E SAÚDE NO “CENTRO” DO BRASIL: a trajetória do médico José Silveira na luta contra a tuberculose Maria Elisa Lemos Nunes da Silva	53
A TRAJETÓRIA DE ARQUIMÍNIA BARRETO: uma intelectual batista Elizete da Silva	97
A OBRA DE MANUEL QUERINO: análise de uma trajetória intelectual (Bahia, 1851-1923) Maria das Graças de Andrade Leal	149
CLASSE, COR E POLÍTICA NA TRAJETÓRIA DE ISMAEL RIBEIRO DOS SANTOS (1857-1931) Aldrin Armstrong Silva Castellucci	199
SOBRE OS AUTORES	259

## APRESENTAÇÃO

A presente coletânea é composta por textos voltados para o gênero biográfico, escritos por pesquisadores do campo da História. Escrever biografias em perspectiva histórica poderia implicar em escolher um caminho repleto de riscos, inclusive, deixando em segundo plano enunciados fundamentais, construídos no âmbito do debate historiográfico contemporâneo, a saber, o papel do sujeito na história, a relação entre indivíduo e sociedade.

Mas o historiador, atento às regras do seu ofício, poderá se envolver com essa demanda legítima, que, de certa forma, acompanhou a constituição da História enquanto disciplina, modificando-se à luz das reflexões teóricas e metodológicas empreendidas. É significativo o crescimento de trabalhos biográficos realizados por historiadores e profissionais das mais diversas áreas do conhecimento: psicanálise, psicologia, jornalismo e pedagogia.

A ideia de biografia remete à noção de tempo, matéria primordial da escrita da história. Nessa perspectiva,

quando se trata de percursos individuais, impõe-se a questão da duração. O historiador se vê às voltas com uma temporalidade que abriga a existência de uma vida do nascimento à morte, embora, muitas vezes, o olhar do pesquisador seja direcionado aos aspectos específicos das trajetórias, como produção intelectual, participação política e atuação profissional. De todo modo, essas abordagens, a princípio, distantes das “longas durações” da história podem revelar tessituras temporais mais amplas, sobretudo porque operam como reveladoras de suas “dobras” e anunciadoras de seus desdobramentos.

Na historiografia produzida ao longo do século XX, os indivíduos não deixaram de ser reconhecidos no desempenho de seus papéis, sem que isto tenha significado deixar em segundo plano os grupos sociais, objeto primordial dos *Annales* e de seus seguidores. Eles estiveram presentes não somente na historiografia francesa. Nota-se seu destaque na História Social Inglesa, na produção americana e na chamada micro-história italiana, para ficarmos nos polos historiográficos mais recorrentes. Portanto, o objetivo de discorrer sobre trajetórias individuais não pretende promover mais um “retorno” do que nunca esteve ausente dos horizontes do historiador, a exemplo “da narrativa” ou “do fato”. Se, por um lado, as abordagens de matriz liberal mantiveram a aposta no papel dos sujeitos singulares no curso dos acontecimentos, depreciando-



os ou enaltecendo-os, conforme as circunstâncias, por outro, as interpelações oriundas da História Social em momento algum abandonaram as individualidades, ainda que priorizassem os comportamentos coletivos. Sob esse ângulo, diferente daquele, o que mudou foi a forma de tratá-los, o que se evidencia na articulação entre estrutura e acontecimento, entre o duradouro e o efêmero ou entre o geral e o específico, sobretudo ao se recorrer às múltiplas temporalidades da história e ao conjunto de seus protagonistas. Conceber os indivíduos à margem das estruturas ou estas sem aqueles significa abordá-los insatisfatoriamente.

É nessa perspectiva que os autores, aqui reunidos, trataram de seus temas. Os indivíduos não são expressões isoladas de si mesmos. Não raro, as organizações as quais estiveram à frente revelaram as marcas pessoais de suas atuações. Certamente, eles responderam a aspirações e a vontades mais amplas, grupais ou coletivas, que reverberaram interesses de classes, de raças/etnias, de gênero ou de categorias profissionais, mas seus nomes não foram apagados. Rastreado-se suas pegadas é possível descortinar traços que vão além de horizontes individuais. Determinados percursos pessoais conduzem a tramas sociais que não se revelariam facilmente caso fossem buscadas por outras vias.

Quando o pesquisador trata de trajetórias, necessariamente é levado a enfrentar duas condições

indissociáveis: vê-se compelido a narrar os passos de quem escolheu como objeto de análise e a se referir a si mesmo, promovendo um encontro entre duas “biografias”, já que seu ato de escrita é também uma forma de manifestação de sua própria experiência na medida em que marca um momento do seu percurso como historiador. Os autores dos artigos que se seguem, historiadores de formação, expressam essa contingência. Seus estudos representam desdobramentos das suas experiências de pesquisas em áreas mais amplas da história: trabalho, política, saúde e doenças e religião. Não houve, portanto, na construção deste livro a imposição de recortes temáticos, nem de marcos temporais.

A abertura da coletânea é feita pelo professor Paulo Santos Silva, cujo artigo volta-se para a investigação da produção bibliográfica do político e advogado Luiz Viana Filho, principalmente aquela dedicada ao gênero biográfico. Paulo Silva buscou observar o modelo, o método e a produção biográfica do seu investigado, considerando que esses três elementos encontram-se envolvidos internamente e se revelam na narrativa. Embora Viana Filho tenha escrito uma obra voltada especificamente para questões teóricas e metodológicas sobre biografia, suas concepções acerca do gênero biográfico são evidenciadas com maior nitidez quando articuladas à empiria. Nesse sentido, esse capítulo tem também um caráter teórico, ao discutir a própria ideia de biografia.

No segundo capítulo, Maria Elisa Lemos Nunes da Silva discute as estratégias discursivas e as práticas utilizadas pelo médico José Silveira, criador do Instituto Brasileiro para Investigação da Tuberculose (IBIT), para se constituir como um médico/tisiólogo de prestígio. Através da trajetória de Silveira foi possível conhecer aspectos do enfrentamento da tuberculose na Bahia, a exemplo das ações de saúde e assistência pública, dos debates médicos e das tentativas dos tisiólogos de ocuparem espaços na sociedade, consolidando a tisiologia enquanto especialidade. José Silveira construiu um magistral patrimônio institucional, articulando-se com desenvoltura nos espaços políticos. Atingido em seu projeto profissional, com a crise por que passou a tisiologia a partir do surgimento dos antibióticos, Silveira foi obrigado a buscar novas atividades, embora tenha se considerado um tisiólogo até o fim da vida.

Em seguida, Elizete da Silva estuda a trajetória da professora Arquimínia Barreto, no contexto da instalação e estruturação da Denominação Batista no Brasil e na Bahia. Longeva em sua existência, Arquimínia atravessou o século, presenciou a abolição da escravidão, a proclamação da República, a instalação da liberdade religiosa no país e os esforços dos protestantes para se estabelecerem no campo religioso brasileiro. Durante quarenta anos, ela foi membro da Primeira Igreja Batista do Brasil, desempenhando um relevante papel como organizadora e defensora das doutrinas

batistas, uma novidade no campo religioso baiano e brasileiro. Sua trajetória oferece elementos para pensar não somente as disputas religiosas entre batistas e católicos, presentes na sociedade, como também apresenta pistas para se discutir as questões de gênero, num momento em que os espaços destinados às mulheres eram restritos à esfera privada do lar. Afinal, sua atuação ocorreu em âmbito protestante, dominado por homens. Ela era representativa de um grupo de mulheres que conseguiu romper laços conjugais, alcançando autonomia econômica através do exercício profissional. No entanto, os limites sociais marcados pelos valores masculinos não foram ultrapassados. A trajetória de Arquimínia Barreto se adequava aos novos modelos de conduta feminina que a elite republicana brasileira queria construir.

O quarto capítulo, de autoria de Maria das Graças de Andrade Leal, volta-se para a produção intelectual do político, professor e artista Manoel Querino. Essa pesquisadora considera que a obra de seu biografado possui duas fases que se complementam. A primeira, realizada entre 1903 e 1916, se caracterizou pela produção de ensaios, artigos, crônicas publicados em periódicos e livros que retratavam, criticamente, a situação das artes, dos artistas e dos trabalhadores manuais no contexto republicano. Na segunda fase (1916-1922), Querino dedicou-se a estudar e narrar costumes populares. Através da memória e da oralidade, recuperou práticas cotidianas, bem como enfatizou a contribuição do africano na constituição da

“civilização brasileira”. Para Maria das Graças Leal, Querino foi pioneiro na interpretação sobre a sociedade brasileira e baiana em particular ao levantar duas questões: o lugar do “povo” na República e do negro na sociedade brasileira.

No último capítulo, Aldrin Armstrong Silva Castellucci, através da trajetória do alfaiate negro Ismael Ribeiro dos Santos, aborda o mundo dos trabalhadores e suas lutas por cidadania, explicitando a dinâmica das disputas eleitorais e a criação de organizações reivindicatórias, no processo de formação da classe operária na Bahia. O estudo da trajetória de Ismael Ribeiro indica como pode ser enganadora a imagem de uma população negro-mestiça integralmente atirada à pobreza e à indigência, no período pós-Abolição. Além de ter um ofício, ser proprietário de sua própria oficina, deter a patente de coronel da Guarda Nacional e ter sido eleito conselheiro municipal de Salvador por duas vezes, o alfaiate legou aos seus herdeiros um vasto patrimônio financeiro e imobiliário, constituindo-se, portanto, num caso-limite, mas não isolado.

Por fim, os organizadores agradecem a colaboração dos autores desta coletânea e convidam os leitores a compartilhar as trajetórias aqui narradas.

Os Organizadores

## O BIÓGRAFO COMO NARRADOR: a concepção de biografia em Luiz Viana Filho

Paulo Santos Silva

Nenhuma biografia vai além da descrição parcial de uma vida. Algumas serão longas, outras resumidas, mas, afinal, quanto não ignoraremos sempre das aspirações, dos sonhos, e dos sofrimentos que compuseram a existência de alguém? A contingência, no entanto, jamais assustou os biógrafos. Estes, de acordo com a sensibilidade de cada qual, satisfazem-se em fixar os aspetos que julgam essenciais, concatenando-os numa narrativa capaz de proporcionar o almejado “retrato”.

Luiz Viana Filho, 1952

Quando comecei a escrever este artigo, ocorreu-me, para fins de exposição, dividi-lo em três tópicos. O primeiro

seria dedicado ao modelo biográfico adotado por Luiz Viana Filho (1908-1990). O segundo trataria do método por ele concebido à luz dos biógrafos que o inspiraram e aos quais recorreu. O terceiro examinaria sua produção biográfica para averiguar até que ponto seus trabalhos corresponderam ao que se propôs a realizar.

Esta ideia foi mantida, mas não de maneira esquemática, conforme a sequência acima sugere. Fui levado a seguir a forma como o autor expôs os seus pressupostos teóricos e metodológicos e os fez aparecer nos resultados de sua prática biográfica. Nela, modelo, método e produção encontram-se articulados internamente e se revelam na narrativa. Mesmo que o biógrafo tenha escrito uma obra específica tratando de questões teóricas e metodológicas acerca do gênero biográfico, sua concepção de biografia evidencia-se com mais clareza na medida em que se observa como ele funde teoria e empiria.

Como se trata de um artigo que procura dar conta da noção de trajetória, resolvi inserir um brevíssimo instante memorial, mesmo correndo o risco de resvalar para certa impostura.

Um pouco antes de sua morte, pude ver Luiz Viana Filho em um evento na Academia de Letras da Bahia. Suponho que tenha sido em 1989, já que ele morreu em 1990. Naquele ano, os liberais estavam contentes com os movimentos da história, regozijando-se com a “derrota” do socialismo.

Na verdade, eram “neoliberais”. Por necessidades políticas e acadêmicas, eu estava atento ao que eles andavam dizendo. Tanto os novos quanto os velhos liberais. Por isso, fui ver a conferência de Luiz Viana Filho, que não era exatamente um “neoliberal”, mas um de seus antepassados convictos.

Eu estava lendo suas obras e coisas que se referiam ao seu perfil político e intelectual. Vê-lo e ouvi-lo talvez me ajudasse a entender os paradoxos do liberalismo. Luiz Viana Filho tanto combateu uma ditadura como aderiu a outra. Resistiu ao Estado Novo e serviu ao regime de 1964 na condição de Chefe da Casa Civil do governo Castelo Branco. Ao me fazer presente na plateia do evento, pude confirmar o que alguns esboços biográficos afirmavam sobre ele: elegante, charmosamente tímido e afrancesado pelas remotas origens e filiação materna.

Um homem, uma época e um modelo biográfico estavam ali diante de mim, próximos do fim. Era um documento vivo prestes a transformar-se inteiramente em monumento. Morto, poderia ser recriado com as marcas de seus biógrafos. Passaria a existir e circular em uma zona de fronteiras mal definidas em que o homem empírico confunde-se com um personagem. E como tal são propriedades exclusivas de seus criadores, ainda que retransfigurados pelos incontáveis leitores. Por isso ele disse, com propriedade, na apresentação da biografia de Eça de



Queiroz: “Esse é o meu Eça”. Poderia ter dito o mesmo sobre Rui Barbosa, Joaquim Nabuco, Rio Branco, Machado de Assis ou José de Alencar.

Todo exercício narrativo é um ato de criação e, portanto, de duplicação, com as marcas do criador. Quem quer que escreva sobre alguém, além de autor, opera como narrador. Os biógrafos o são por excelência, mesmo que não se confundam com romancistas ou não desejem reivindicar para si esta identidade. Em poucas linhas, ao me reportar à conferência que assisti, converti-me em um aligeirado narrador. Luiz Viana Filho fez isso – operar como narrador – em centenas de páginas sobre cerca de uma dezena de homens. Quer se aceite ou não, a linha que divide fato e ficção é de fato tênue, como muitos críticos reconhecem.

A ensaísta americana Janet Malcolm, ao discutir os limites da biografia em *A mulher calada*, obra que se ocupa das biografias escritas sobre a escritora Sylvia Plath, diz algo interessante sobre os biógrafos:

Assim como o arrombador não pode fazer uma pausa enquanto força uma fechadura para discutir com seu cúmplice o que é certo ou errado no ato de roubar, o biógrafo também não pode admitir dúvidas sobre a legitimidade do empreendimento biográfico. O público que adora as biografias não quer que alguém venha dizer-lhe que a biografia é um gênero

falho. Prefere acreditar que alguns biógrafos não prestam.<sup>1</sup>

Consideradas as devidas diferenças, Luiz Viana Filho no seu contexto procurou conduzir-se dessa maneira. Ele procedeu convencido de que existia uma verdade biográfica e a esse pressuposto manteve-se fiel até a morte.

Luiz Viana Filho escreveu, em sentido estrito, seis biografias abrangendo políticos e romancistas. A partir da trajetória de seus biografados reconstituiu parte da história do Segundo Reinado e da Primeira República. Em seu empreendimento, procurou mostrar a vida de homens públicos, sem jamais desvinculá-los da vida privada, doméstica e íntima, onde parece, para ele, haver se localizado o melhor e mais fecundo espaço de observação.

Em nenhum dos títulos por ele publicados figura a palavra biografia. Em vez do vocábulo, que remete ao gênero, ao qual se dedicou durante toda a sua trajetória de escritor, optou pela expressão “a vida”, seguida do nome do biografado. Enfileiram-se sob esta designação as obras *A vida de Rui Barbosa* (1941), *A vida de Joaquim Nabuco* (1952), *A vida do Barão do Rio Branco* (1959), *A vida de Machado de Assis* (1965), *A vida de José de Alencar* (1978) e *A vida de Eça de Queiroz* (1983).<sup>2</sup> O emprego de uma palavra nos títulos em vez de outra é um detalhe. Mas é um detalhe importante, porque sugere a filiação a um modelo de narrativa biográfica.

## Teoria e metodologia da biografia

A porta de acesso ao processo biográfico de Luiz Viana Filho encontra-se primordialmente no ensaio publicado em 1945, *A verdade na biografia*, cujas diretrizes são aplicadas ao conjunto de sua obra.<sup>3</sup> Os prefácios ou notas, que escreveu para cada biografia de sua autoria, também permitem acompanhar o modo como procedeu na condição de biógrafo. Os textos que abrem as obras configuram um contrato de leitura e reafirmam ou, conforme será visto adiante, atualizam questões metodológicas apontadas no livro de 1945, além de oferecer informações acerca de sua autobiografia intelectual. Ao escrever, por exemplo, a “Nota liminar” à biografia de Eça de Queiroz, seu último feito biográfico, reconhece: “Em verdade, bem ou mal, aprendi a escrever com Eça de Queiroz”<sup>4</sup>

Para Luiz Viana Filho o método biográfico estava nas próprias obras. Ao menos nas dele. Nelas, encontram-se sua concepção biográfica e o resultado do que desenvolveu com base nos pressupostos dos biógrafos escolhidos como interlocutores. Ele faz crer que chegou ao atelier do biógrafo devidamente preparado. Dominava determinadas técnicas e se encontrava atento aos avanços, aos recuos, aos dilemas e aos impasses no campo biográfico. Desde cedo, envolveu-se com o gênero que se tornou ocupação de toda sua vida. Um dos seus primeiros artigos publicados em *A Tarde*, quando tinha

apenas 21 anos, intitula-se “Joaquim Nabuco”. O derradeiro, “Rui e a Constituição da República”, saiu no mesmo jornal, em 1989. Ambos, de viés biográfico, podem ser tomados como marcadores de uma prática intelectual e a sintetizam.

Em mais de uma oportunidade, Luiz Viana Filho reconheceu seus débitos metodológicos para com aqueles que aparecem, em suas referências e remissões, como interlocutores privilegiados ao se reportar à sua concepção biográfica e à execução de suas obras. Recorreu a diferentes nomes nacionais e estrangeiros, mas um deles aparece sobranceiro em relação aos outros. Trata-se de André Maurois (1885-1967), autor de *A vida de Disraeli*.<sup>5</sup> Considerando-se a importância conferida por Luiz Viana Filho a esse autor, ao discorrer sobre as modalidades biográficas e às inovações trazidas por Maurois ao gênero nas primeiras décadas do século XX, é lícito perceber nos títulos do biógrafo baiano algo mais que uma coincidência. Em *A verdade na biografia*, conforme será visto adiante, este aspecto adquire plena nitidez.

Além das obras biográficas acima mencionadas, Luiz Viana Filho escreveu trabalhos de natureza jurídica relacionados à sua área de formação específica, direito, algumas vinculadas à prática advocatícia na Bahia de meados dos anos de 1920 ao início dos anos de 1930. Dedicou-se também aos estudos históricos, produzindo dois ensaios que lograram repercussão: *A Sabinada* (1938) e *O negro na Bahia* (1946).

O primeiro, acerca da revolta conduzida pelo médico Sabino Vieira em 1837, no instável período regencial, promovia um indisfarçável diálogo entre aquele contexto e os anos sombrios de instalação da ditadura do Estado Novo (1937), conjuntura em que se discutiam a legitimidade dos processos de centralização política e as formas de resistência regional em perspectiva histórica. O segundo, ocupando-se do tráfico de escravizados e da distribuição de africanos nas terras do Brasil, particularmente da Bahia, investia na questão da potencial “democracia racial” no país. Enquanto o livro sobre o negro dialogava com hipóteses da sociologia e da antropologia do imediato pós-guerra, o ensaio acerca da revolta liderada por Sabino Vieira deixava claro o propósito de, com base naquela experiência histórica do século XIX, denunciar o centralismo político e administrativo levado a efeito por Getúlio Vargas desde 1930.

Na obra de 1938, Luiz Viana Filho, além de expressar suas concepções liberais, explicitou o traço biográfico de sua abordagem historiográfica. Ele reconstituiu factualmente o acontecimento, mas o eixo da trama é o papel desempenhado pelo líder do movimento. Ao fundir narrativa histórica e biográfica, antecipou o pressuposto de que “nada interessa tanto ao homem quanto o próprio homem, que continua a ser a média e a razão de tudo”<sup>6</sup>.

Como se pode constatar pelo elenco das obras publicadas, Luiz Viana Filho dedicou-se a contar a trajetória

de vida de figuras importantes do mundo das letras e da política. Investigou, através de seus biografados, o universo dos segmentos das camadas dirigentes. Sob esse ângulo, narrou a trajetória de seus antepassados sociais e políticos.

A origem social, o meio político que o acolheu e os objetos de estudo fizeram de Luiz Viana Filho um típico membro das elites baianas. Nascido em Paris, no dia 28 de março de 1908, dois anos depois, mudou-se para o Brasil, passando a viver em uma fazenda no interior da Bahia. Seu pai havia sido Conselheiro do Império, Governador da Bahia e Senador da República, cargo que o levou a residir na Capital Federal. Iniciou seus estudos no Rio de Janeiro, nas melhores escolas existentes, entre as quais o Colégio Pedro II. Sua formação e atuação acadêmica na Faculdade de Direito da Bahia permitiram-lhe abordar temas jurídicos em jornais e revistas especializadas. Estreou sua carreira como ensaísta com um trabalho de natureza jurídica (*Direito dos Empregados no Comércio*, em colaboração com Aliomar Baleeiro), deslocando-se para os ensaios históricos e em seguida para a biografia. Foi publicista, com intensa atuação no jornalismo político da Bahia. A partir de sua eleição para deputado federal em 1934, ao lado dos “autonomistas” – agrupamento de matriz ideológica liberal, responsável pela resistência a Getúlio Vargas no estado –, jamais se afastou dos círculos do poder, federal e estadual. Após perder o mandato em 1937, em decorrência da implantação do Estado Novo, dedicou-se com mais afinco à carreira de escritor.

Há evidente identidade entre ele e as pessoas sobre as quais escreveu. Seus leitores foram em alguma medida seus “cúmplices” na contemplação das vidas que ele tornou acessíveis. Nesse sentido, esses presumíveis leitores mantiveram com ele e com os seus biografados certo nível de identidade, o que de resto deve ocorrer com qualquer tipo de produto biográfico, embora se possa ler uma biografia por outros motivos.

As obras por ele escritas oferecem informações sobre os limites da biografia e sobre o próprio autor. Ele dedicou-se à tarefa em um contexto em que o gênero estava emergindo de uma crise. Ainda que o método adotado encontre-se diluído no conjunto de sua produção biográfica, Luiz Viana Filho propôs-se a explicitar o que entendia por biografia, destacando os elementos que considerava essenciais ao ofício biográfico.

Antes de mostrar os meios, Luiz Viana Filho apresentou os resultados do trabalho que realizou. Primeiro a chegada, depois o caminho. *A verdade na biografia* só veio a público quatro anos depois do lançamento de *A vida de Rui Barbosa*, em 1941.<sup>7</sup> O ensaio era uma espécie de ajuste de contas com a crítica e a recepção de sua primeira grande obra no gênero. Entre as duas destaca-se um traço em comum: ambas responderam a um desafio imediato e direto das circunstâncias. A primeira decorreu da implantação do Estado Novo e a segunda, de uma provocação intelectual.

Voltando ao contexto de escrita do ensaio de 1945, constata-se que a obra foi estimulada por uma polêmica com o jornalista e filólogo Homero Pires. Assim como muitos outros tantos baianos letrados, Homero Pires também dedicou-se à vida e à obra do “Águia de Haia”.<sup>8</sup> Ao ser publicada *A vida de Rui Barbosa*, Homero Pires apontou, por meio da imprensa, imprecisões no escrito do biógrafo. Entre outras acusações, alegava que Luiz Viana Filho havia falseado os fatos e lançado mão de informações sem base documental ou em desacordo com as fontes. O biógrafo teria escrito algo que se identificava com “romance” e, portanto, com “fantasia” envolvendo a trajetória de Rui Barbosa.

Luiz Viana Filho levou a cabo a tarefa de refutar as acusações desenvolvendo seus argumentos nas duas partes em que se divide *A verdade na biografia*. Na primeira, levantou questões quanto aos critérios teóricos e metodológicos do gênero biográfico; na segunda, empenhou-se em responder às críticas lançadas por Homero Pires. Ao se defender, buscou desconstruir os argumentos do adversário, abrindo polêmica no campo do próprio crítico: a gramática. Além de refutar as críticas quanto à consistência factual das informações acerca do biografado, apontou erros gramaticais que teriam sido cometidos por Homero Pires ao assinalar os deslizes do biógrafo.

*A verdade na biografia* é um dos livros mais interessantes da produção intelectual de Luiz Viana Filho.



Entretanto, talvez seja o menos divulgado e, portanto, o menos conhecido e lido. Tornou-se obra rara, não havendo até o ano de 2013 registro de uma segunda edição, fato que não se deu com suas obras biográficas, muitas delas disponíveis em numerosas reedições.

Publicada pela primeira vez em 1945, por uma editora de abrangência nacional, a Editora Civilização Brasileira, a obra inseria no repertório da produção intelectual dos baianos uma contribuição que rompia com a ausência de investimentos teóricos e metodológicos na historiografia de meados do século XX. O autor se propunha a refletir não apenas sobre o gênero biográfico. Suas reflexões deslocaram-se da narrativa biográfica para a escrita da história, em sentido amplo.

Para levar a cabo sua abordagem, abriu diálogo com historiadores, biógrafos e críticos nacionais e estrangeiros. A tessitura de seu escrito obedeceu a uma estratégia em que evidências e conceitos se alternam visando persuadir da pertinência de sua tese, ancorada na premissa de que existe uma “verdade na biografia”.

Luiz Viana Filho iniciou o ensaio ressaltando que o interesse por biografias sempre esteve presente na história. Apoiando-se em Thomas Carlyle, lembrou que nada interessaria mais ao homem quanto o próprio homem, que continuaria a ser a medida e a razão de tudo. Reconheceu, entretanto, que o gênero sofreu de certo despreço, porque

a palavra “biografia” originada, segundo ele, no início do século XVIII, era aplicada a obras preocupadas em compilar feitos que contribuíssem para assegurar um lugar de honra para determinados indivíduos aos olhos da posteridade, sem grande preocupação com a verdade factual acerca do biografado. Este fato teria acarretado uma crise ao gênero, somente gozando de superação nas décadas iniciais do século XX, após sofrer desprestígio entre o final do século XIX e início do XX.

Vista como um gênero secundário, indigno de merecer a atenção de autores que gozavam de prestígio no universo das letras, a biografia a partir de então foi reabilitada, ampliando-se e adquirindo novas dimensões. O gênero biográfico teria, assim, passado por um processo de reconceituação para ser reabsorvido e praticado por autores de reputação no mundo intelectual. No entanto, continuou havendo problemas no que tange à sua real finalidade. Chamou-se de biografia a escritos que nem sempre respondiam a um só objetivo, chegando-se a situação de aplicar o mesmo nome para diferentes conteúdos.

Embora Luiz Viana Filho tenha começado o escrito reportando-se a Thomas Carlyle e à sua ideia de que a história do mundo poderia ser resumida na vida dos grandes homens, não é o autor de *Os Heróis* (1841) sua referência mais importante ou a quem se filiará acriticamente. Dada a antecipação desse interlocutor no ensaio, e para compreender o emprego de suas

noções na concepção biográfica de Luiz Viana Filho, caberia indagar ao pensador escocês por que “os grandes homens” como protagonistas da história? Ele ofereceu a resposta em uma conferência proferida no dia 5 de maio de 1840, em Londres:

Porque, conforme eu a considero, a história universal, a história daquilo que o homem tem realizado neste mundo, é no fundo a história dos grandes homens que aqui têm laborado. Eles foram os condutores de homens, estes grandes homens, os modeladores, padrões e, em sentido amplo, criadores de tudo o que a massa geral dos homens imaginou fazer ou atingir; todas as coisas que nós vemos efetuadas no mundo são propriamente o resultado material externo, a realização prática e a incorporação dos pensamentos que habitam nos grandes homens mandados ao mundo: a alma de toda a história universal, pode justamente considerar-se, seria a história destes.<sup>9</sup>

Com o crescimento do nazismo e a ascensão de Hitler ao poder, estudiosos enxergaram nas proposições de Carlyle uma fonte de inspiração para as ideias do líder alemão.<sup>10</sup>

Não ficava bem para um “liberal” como Luiz Viana Filho incorporar concepções que enalteciam os “grandes homens”, com certo misticismo, estando o biógrafo sob os efeitos de uma ditadura autocrática – o Estado Novo – com características fascistas, já que a ela se opunha quando da elaboração de sua primeira biografia. As contribuições de

Carlyle aparecem relativizadas, mas não deixaram de ser referidas ao longo dos textos do biógrafo baiano.

Em uma conferência proferida em 19 de maio de 1840, Carlyle reportou-se àqueles heróis que pertenceram às “idades passadas” para se referir, em seguida, àqueles das “idades novas”:

O herói como *Homem de Letras*, de cuja classe vamos falar hoje, é absolutamente produto destas idades novas; e enquanto esta maravilhosa arte de *Escrever*, ou de escrita rápida a que chamamos de *Imprensa*, subsistir, podemos esperar que ele continue, como uma das principais formas de heroísmo de todas as idades futuras” (os destaques e as iniciais maiúsculas são do Autor).<sup>11</sup>

Nota-se que determinados critérios de classificação do ensaísta aparecem nas escolhas biográficas de Luiz Viana Filho, basta que se observe quem são os “heróis” do biógrafo baiano. Convém lembrar que a concepção de “herói” de Carlyle pertence ao romantismo do século XIX e esteve presente em numerosas e diferentes modalidades de obras em autores dos mais variados matizes. Luiz Viana Filho ocupou-se em biografar “homens de letras”, vinculados à imprensa, que se destacaram pela arte de escrever, figurando como instituidores do padrão das “belas letras” brasileiras. Ressalte-se que somente com concessões ao anacronismo

ou à metáfora, poder-se-ia identificar os “heróis” de Carlyle com os biografados de Luiz Viana Filho.

Salvo em trabalhos oriundos do mundo acadêmico, a noção de “grande homem” parece jamais haver desaparecido entre autores que se propuseram a contar a trajetória de determinados indivíduos, cuja grandeza as próprias biografias se encarregaram de fabricar. Nos anos de 1970, ao prefaciar a biografia de Otávio Mangabeira, escrita por Ives de Oliveira, Luiz Viana Filho retomou o pressuposto de Thomas Carlyle: “É bem sabido que Carlyle admitia poder-se resumir a história do mundo na vida dos grandes homens. O que vale dizer que, escrevendo a biografia de um eminente brasileiro como Otávio Mangabeira, está-se, na realidade, fazendo a história do período da vida nacional.”<sup>12</sup> De fato, na biografia escrita por Yves de Oliveira, sobressai o homem público, o político atuante, com escassos registros acerca do que ocorria fora dos espaços públicos, onde ganham relevo os “grandes homens”.

Há uma expressão que atravessa todo o ensaio de Luiz Viana Filho e se constitui na chave de acesso ao essencial de seus pressupostos biográficos. Com pequenas variações a expressão é “complexidade da alma humana”. Trata-se de uma ideia presente, segundo ele, em todos os empreendimentos biográficos, sejam eles “antigos” ou “modernos”. Entre os modernos, o nome em quem se apoiou para argumentar é o de André Maurois, este sim

sua referência prioritária, sobretudo pela ênfase que deu à expressão acima destacada.

Luiz Viana Filho chegou a classificar em quatro grandes grupos os estudos existentes em seu tempo, meados do século XX, que recebiam a designação de biografia. Primeiro, a “simples relação cronológica de fatos relativos a alguém”; segundo, “trabalhos onde, ao par de uma vida, se estuda determinada época”; terceiro, “trabalhos nos quais à descrição duma existência se conjugam apreciações críticas sobre a obra do biografado”; e finalmente, “trabalhos em que a narração da vida constitui o objetivo primacial”.<sup>13</sup>

Com esse registro, é possível antecipar a diretriz que conduz a perspectiva biográfica proposta por Luiz Viana Filho. Para ele há duas estratégias para se construir uma biografia. A primeira, observando o biografado por fora, atento à exterioridade de sua vida e de seu lugar na cadeia dos fatos que o cercaram; opção que poderá redundar no esmagamento do biografado soterrado pelos fatos. A segunda consiste em tentar capturá-lo por dentro, atento à sua interioridade ou intimidade em âmbito doméstico, familiar, individual, pessoal. Cada uma das opções, empregadas isoladamente, resulta em insuficiências e distorções porque não dariam conta do que para ele constituir-se-ia no objetivo essencial da biografia: “o estudo de uma personalidade e da sua vida”.

Luiz Viana Filho discutiu os impasses da biografia, destacando as polêmicas que se desenvolveram no interior

das correntes que, à época, se digladiavam, quais sejam, a da “biografia histórica” e a da “moderna”, também chamada de “romanceada” ou “literária”:

Ambas têm os seus profetas, os seus defensores e os seus partidários. E ambas se propõem a alcançar o mesmo *desideratum*: proporcionar-nos a simples e clara descrição duma vida. No entanto, enquanto a biografia, que chamamos histórica, limita os seus próprios objetivos, visando, principalmente, oferecer-nos o perfil histórico duma individualidade, isto é, a narração dos feitos, que lhe asseguram posição de relevo, e coloca em plano secundário o estudo da alma do biografado, a sua vida íntima, os seus motivos, todo o seu mundo interior, a biografia moderna, sem esquecer os seus deveres para com a verdade, tem horizontes mais largos, pois, encarando o biografado como um todo, estuda e expõe todos os aspectos da sua personalidade.<sup>14</sup>

Luiz Viana Filho em seu ensaio narrou uma história da biografia com vistas a caracterizar o modelo a que se filiou. Para ele o objetivo da biografia “antiga” em vez de estudar um indivíduo através de sua vida, aplicava-se em “realizar obra de moral, ou de crítica, ou estudar uma personagem histórica, ou fazer o elogio do biografado”.<sup>15</sup>

Descartando os objetivos moralistas ou pedagógicos da biografia “antiga”, e o traço panegírico de muitas delas,

aspecto que teria contribuído para o descrédito do gênero, Luiz Viana Filho condenou os velhos modelos e, por contraste, defendeu o “moderno”:

Antes de se querer realizar estudo sobre a personalidade do biografado, descrevendo-a tal como fora, com suas fraquezas, as suas vacilações, ou até seus vícios, e também a sua grandeza, desejava-se, apenas, reunir, em ordem mais ou menos cronológica, a série de feitos, que lhe assegurassem lugar de honra na posteridade.<sup>16</sup>

O biógrafo baiano entende que, embora seja possível perceber os limites do modelo biográfico “antigo”, há que se reconhecê-lo como algo coerente com o seu tempo de escrita. Portanto, Luiz Viana Filho atentou para a historicidade desses trabalhos, cujos traços essenciais foram fixados para glorificar determinadas personalidades. Ainda que tenham surgido dessa prática obras por ele consideradas excelentes, elas divergem acentuadamente das biografias contemporâneas, isto é, aquelas com as quais o biógrafo se identificou e procurou ampliar os horizontes.

Ao lado das biografias moralistas e pedagógicas, Luiz Viana Filho destacou o que ele classificou como “biografia histórica” corrente entre os séculos XVIII e XIX. Essa modalidade preocupava-se em estudar o homem apenas como personagem histórico, assim caracterizada: “O que



interessava não era o ‘homem’, a totalidade de sua existência, mas a personagem nas suas relações com a sociedade em que vivera, a influência exercida no curso dos acontecimentos, a maneira, enfim, por que representara seu papel.”<sup>17</sup>

A totalidade do homem, conjugando esfera pública e privada, não era suficientemente alcançada ao se sobrevalorizar aspectos que diziam respeito à exterioridade dos indivíduos. Ganhava-se em explicitação do panorama histórico, mas perdia-se na descrição do indivíduo, não se sabendo no final do trabalho que espécie de homem era aquele que estivera em ação no curso dos acontecimentos narrados. A biografia “moderna” empenhava-se em desfazer a fronteira entre o “homem público” e o “homem privado” do modelo histórico, buscando a totalidade do indivíduo, examinando-o sob todos os aspectos. Para superar a fronteira e estabelecer a totalidade de uma vida, o biógrafo teria de lançar mão da história, da crítica, da psicologia sem subordinar sua abordagem a nenhum desses três elementos.

Luiz Viana Filho ocupou-se da questão das possibilidades e limites da verdade na biografia. Para ele, por mais difícil que seja, é dever do biógrafo aproximar-se da “verdade total”. Ele terá de enfrentar dois obstáculos que geram dúvidas quanto aos resultados de seu trabalho: valer-se do conjectural e enfrentar as dificuldades de acesso à “complexidade da alma humana”, seu reiterado desafio.

Para não mergulhar na fantasia, peculiar ao romance, as conjecturas podem ser empregadas, mas devem ser operadas como hipóteses de trabalho que permitem preencher lacunas pelo recurso ao campo do possível, racionalmente estabelecido por dedução.

Dada a complexidade do indivíduo, quando se procura entender sua vida interior, as motivações secretas que o colocam em ação ou os fazem recuar, o biógrafo, conforme Luiz Viana Filho, nunca sai plenamente seguro de sua investigação. Esse estado de espírito o levou a afirmar que “poucas cousas poderiam ser tão jactanciosas, e por isso mesmo ridículas, quanto um biógrafo pretender haver escrito a ‘vida verdadeira’ de alguém”.<sup>18</sup> Esta fragilidade abriria espaços para as divergências entre críticos e biógrafos e, também, para novas biografias, permitindo, assim, maior aproximação em relação à “verdade biográfica”

### A teoria da biografia na prática biográfica

Em 1990, cerca de cinquenta anos após haver publicado *A vida de Rui Barbosa*, Luiz Viana Filho assim se justificou acerca de sua escolha biográfica para a sua primeira obra no gênero:

[...] eu entrei na biografia por uma porta falsa, porque a primeira biografia que eu fiz foi a do Rui e ela foi feita, justamente, em 38, mais

ou menos, depois do Estado Novo; [...] eu me dava muito com o Baleeiro, andava muito na casa dele, que era no Cabula, e um dia ele sugeriu que eu fizesse uma biografia do Rui, que nós precisávamos fazer ressurgir a figura do Rui, do liberal, do jurista, que era a antítese do Estado Novo, a antítese de Getúlio. A minha ideia foi fazer o Rui com este objetivo, foi para difundir no país as ideias liberais e as ideias democráticas das quais, evidentemente, o Rui é o grande pioneiro no Brasil, a grande personalidade; e houve um certo êxito e isso aí me levou, então, a escrever outras, depois fiz a do Rio Branco, depois fiz a do Machado, do José de Alencar, uma foi puxando a outra.<sup>19</sup>

A “porta falsa” para a biografia sugerida por Luiz Viana Filho exige breve reflexão. De acordo com suas críticas ao gênero e as proposições metodológicas que lançou, uma biografia não pode se desviar de sua finalidade primordial, que é a “descrição duma existência” buscando dar conta da “complexidade da alma humana”.

Em *A verdade na biografia*, Luiz Viana Filho criticou os modelos em que as obras foram escritas com o intuito de disseminar ideias políticas. O trecho acima citado não esconde este propósito quanto ao seu primeiro trabalho de fôlego, o que vale também para o ensaio *A Sabinada* (1938). Elementos típicos do modelo “pedagógico” que ele refutou ao se colocar na perspectiva de um biógrafo “moderno” apareceram na biografia de Rui Barbosa. Eis a “porta falsa”.

Primeiro ele publicou a biografia (1941), depois o método (1945), o que explicaria o possível descompasso entre a teoria e a prática biográfica. Certamente, em face das críticas, procurou fundamentar o que fez e abriu caminhos para o que viria fazer, deixando claro que os trabalhos posteriores poderiam e deveriam estar de acordo com as proposições do ensaio teórico e metodológico. Uma forma de verificar este aspecto é a consulta ao que afirmou nos prefácios e notas aos trabalhos publicados a partir de então.

Quando Luiz Viana Filho decidiu escrever *A Vida de Joaquim Nabuco*, publicada em 1952, já encontrou um perfil do diplomata e escritor há muito em circulação: *Minha formação* do próprio biografado e *A Vida de Joaquim Nabuco* (1929) escrita por sua filha Carolina Nabuco. O biógrafo teria então de construir o “retrato” do “seu” Joaquim Nabuco. Em uma correspondência enviada a João Condé, forneceu algumas pistas sobre o processo de sua construção e referiu-se à narrativa na biografia e no romance, tema de que também se ocupou em *A verdade na biografia*:

No caso da biografia, porém, ao contrário do que acontece com o romance, onde a imaginação é a criadora, temos de andar presos à verdade em todas as suas minúcias. Se dizemos que em tal dia fazia sol ou havia trovões é por termos algum documento que nos informe. E é a isso, depois de um

trabalho imenso de pesquisa, que alguns chamam de “biografia moderna” ou “biografia romaneada”. De romaneada, no entanto, elas têm apenas a disposição da matéria, que é apresentada de modo a interessar ao leitor, mas sem [que] para isto seja feita a menor concessão à fantasia.<sup>20</sup>

Com essas preocupações, desempenhou a tarefa. Ao prefaciar a obra, em fevereiro de 1952, retomou os princípios que o orientaram desde o primeiro trabalho sobre a vida de Rui Barbosa, publicado em 1941. Reconheceu os limites da narrativa biográfica e reafirmou suas finalidades: “Nenhuma biografia vai além da descrição parcial de uma vida.” E, como em quase todos os seus livros, ressaltou: “Não buscamos talhar uma estátua. Pretendemos, sim, esboçar um Nabuco tal como acreditamos que existiu: vigoroso, ágil, impetuoso, idealista.” Apoiando-se em correspondências, “apontamentos íntimos” e no “Diário” do biografado, haveria “surpreendido um espírito generoso, extraordinariamente sensível, e também amargurado por dúvidas e contradições, que o acompanharam durante quase toda a existência”.<sup>21</sup> Assim, fixava-se o “retrato” em vez da “estátua”, diferença reiteradamente apontada, porque considerada essencial, no conjunto de sua obra.

A noção tão cara a Luiz Viana Filho de que cabe ao biógrafo compreender a “complexidade da alma humana” voltou a figurar na “Nota liminar” de *A vida do Barão do*

*Rio Branco* (1959). Termos como “alma”, “destino”, “verdade”, “exatidão” “personalidade” disseminam-se pela superfície do texto, sinalizando de que forma estruturou a biografia do Barão. O autor admitiu que o historiador e diplomata já era bastante conhecido, mas facetas de sua existência permaneciam na obscuridade:

Bem pouco, no entanto, para se aquilatar do homem, da sua alma, das suas tormentas íntimas, algumas delas com intensos reflexos no seu destino. Assim, ao esboçar-lhe o retrato, tão próximo quanto possível da verdade, ou, pelo menos, do que como tal se nos afigura, precisamos como que antes devassar-lhe a personalidade, para compreender, interpretar e fixar.<sup>22</sup>

Para atingir seu objetivo, “descrição duma existência”, debruçou-se sobre a copiosa correspondência do biografado, o que lhe “permitiu entrever um Rio Branco com suas boêmias, os seus amores, as suas vaidades, os seus ódios, enfim, todas as tempestades que lhe varreram a existência aparentemente plácida. Um Rio Branco diferente da estátua convencional.”<sup>23</sup>

Ainda que tenha defendido a necessidade de “exatidão” na escrita biográfica, reconhecia que por mais bem documentada que fosse não se conseguiria realizar plenamente seus objetivos. No máximo, “um Rio Branco

parecido com o que realmente existiu”. Para Luiz Viana Filho, nenhum biógrafo conclui sua tarefa sem resquícios de dúvidas, mesmo tendo procurado ser exaustivo e completo: “De fato, saber até onde e o que pode suprimir-se, sem prejuízo da clareza e da exatidão do retrato, eis uma das tarefas dos biógrafos. E, dada a complexidade da vida de Rio Branca e os vários caminhos que trilhou, carregar mais na supressão não nos pareceu aconselhável”<sup>24</sup>

Em *A vida de Machado de Assis* (1965), texto datado de março do ano de 1964, Luiz Viana Filho voltou a reconhecer sua filiação metodológica a André Maurois. Para contrabalançar a afirmação atribuída a Machado de Assis de que “a obra é tudo, o homem nada”, repôs os propósitos de sua biografia do romancista: “E aqui buscamos fixar principalmente o homem, a fim de melhor entendermos o Escritor. E ao fazê-lo pergunto-me se Machado, lendo esta biografia, não repetiria André Maurois: ‘Nada é mais surpreendente do que se ver pelos olhos de outrem’”.<sup>25</sup>

Luiz Viana Filho não se esquecia de mencionar os nomes daqueles que figuraram como seus mestres no campo da biografia. Assim fez ao apresentar a obra sobre a trajetória do autor de *Dom Casmurro*. Repetiu a conduta na “Nota preliminar” inserida em *A vida de José de Alencar* (1978), ao lembrar que o livro deveria ser uma biografia nos termos em que a concebia:

Ao escrever a biografia de Balzac, antecedeu-a André Maurois desta observação: “Esta é uma vida de Balzac. Uma vida, Não um ensaio crítico”. Idêntica advertência devo fazer: este livro é apenas uma biografia de José de Alencar, nada mais que isto. Evito assim a decepção dos leitores interessados na obra, e não na vida do biografado.<sup>26</sup>

No caso de José de Alencar, a ressalva parecia-lhe ainda mais necessária, porque, dado o prestígio da produção literária do romancista, havia a tendência “de sobrepor a obra ao homem”, algo inaceitável no modelo adotado pelo biógrafo. Os estudos críticos teriam contribuído para “certo esquecimento do personagem do romancista”, com as consequências por ele assinaladas: “Quase à margem ficaram os seus sonhos e aspirações, os seus malogros e sofrimentos, e também as suas raras horas de tranquilo encantamento”, traços indispensáveis ao estudo da “natureza” ou da “alma humana”.<sup>27</sup>

Em sua última biografia, *A vida de Eça de Queiroz*, Luiz Viana Filho retomou a questão da “verdade na biografia”, compromisso de toda sua obra:

Numa biografia é essencial ser tão verdadeiro quanto possível. À exatidão dos fatos nenhuma concessão pode ser feita, cabendo à arte do biógrafo selecioná-los, analisá-los e comentá-los de modo a proporcionar nítida imagem do



biografado. Essa participação do biógrafo faz cada biografia diferente das demais existentes – é a decorrência da sensibilidade peculiar de cada autor.<sup>28</sup>

Em vez de “estátuas”, o biógrafo baiano pretendeu fazer “retratos”. Com este objetivo, chegou aos perfis únicos à semelhança dos personagens inimitáveis da literatura, propósito que se resume na sentença “Esse é o meu Eça”.

A busca da “verdade biográfica” significou para ele vasculhar, sobretudo, a documentação de caráter privado. Aí poderia flagrar o homem em sua intimidade, no gozo ou sob os dissabores da vida doméstica. Daí a ênfase no uso que fez de correspondências, “apontamentos íntimos”, “diários”, “documentos de família”, “bilhetes”.

A tarefa não lhe pareceu fácil, porque procurou ver os seus biografados em situações em que eles preferiam não ser vistos pelo público. Nesse sentido, para usar uma expressão de Janet Malcolm em *A mulher calada*, Luiz Viana Filho comportou-se quase como um “arrombador” em busca de segredos particulares. Digo quase porque é improvável que os familiares, incluindo principalmente os herdeiros, tenham sido seus “inimigos” na busca de documentos que o ajudassem a escrever a trajetória de vida dos seus biografados. Muito do que compulsou já se encontrava sob cuidado público com acesso autorizado. Talvez determinados episódios fossem objeto de reserva

por parte daqueles de que o biógrafo se ocupou. Mas pelo menos um deles notadamente encarregou-se de dificultar a tarefa de seus futuros biógrafos: Machado de Assis. Pelo menos foi o que alegou Luiz Viana Filho:

Proveniente das camadas mais modestas da sociedade, fez ele maravilhosa escalada até chegar a chefe incontestante da literatura brasileira. Contudo, ao mesmo tempo em que construía, pacientemente, a própria figura, Machado de Assis tratou de apagar ou esconder as suas humildes origens, daí resultando um mundo de equívocos e dificuldades para os biógrafos.<sup>29</sup>

Não foi diferente em relação a Joaquim Nabuco: “Precavido, habituado a dominar-se, dificilmente ele se deixa surpreender numa expansão. Chegou mesmo a extremos inauditos nesse cuidado de esconder aspectos de sua vida privada”.<sup>30</sup> Zelo que o chanceler não teve em relação à esfera pública, onde preferia certamente ser visto na condição de protagonista atuando no palco da grande história.

Se cotejado com o ensaio *A verdade na biografia* todos os enunciados prescritivos que aparecem nos prefácios e notas já se encontravam naquele livro. É possível reconhecer problemas no conjunto da obra de Luiz Viana Filho. Incoerência teórica e metodológica parece que não seria um deles.

## Passos e impasses no gênero biográfico

Quando Luiz Viana Filho publicou sua última biografia em 1983, estavam entrando em vigência outros modelos biográficos. O que ele desenvolveu não encontrou seguidores em seus próprios biógrafos.

Embora tenha se dedicado a descrever a vida de figuras notáveis da política e das letras, passados mais de vinte anos de sua morte Luiz Viana Filho não se converteu em objeto de nenhuma biografia que tenha se aproximado dos moldes em que ele narrou a vida dos seus biografados. Em 1978, Luiz Navarro de Brito, longe de pretender escrever uma biografia, dedicou-lhe um estudo em que esboçou um perfil reunindo dados da vida e da obra.<sup>31</sup> Em 2005, veio a público *A vida de Luiz Viana Filho*, de João Justiniano da Fonseca.<sup>32</sup> O título sugere uma biografia elaborada nos parâmetros adotados pelo biografado em seus trabalhos, mas o resultado não atendeu ao sugerido. Ainda que mais completa do que o breve esboço proposto por Navarro de Brito, de quem João Justiniano da Fonseca recolheu algumas informações e apreciações, o livro buscou dar conta do homem público e das suas realizações nas instâncias onde atuou. Segue o biografado do nascimento à morte, mas se manteve distante dos princípios biográficos sugeridos pelo biografado.

Ao que parece, o biógrafo não facilitou o acesso à complexidade de sua “alma” ou “natureza”. É o que se

depreende de um depoimento prestado pelo historiador Luiz Henrique Dias Tavares:

Ao escrever a única biografia mais séria e mais extensa que existe [1990] sobre Luiz Viana Filho, lembro-me de que Luiz Navarro de Britto dizia-me que sua maior dificuldade estava em obter informações íntimas que lhe permitissem completar o retrato do homem e do político, ao qual todavia conhecia do trato diário no período do governo Castello Branco.<sup>33</sup>

Depois de sua morte em 1990, acelerou-se, no Brasil, a proliferação de biografias escritas por autores ligados ao jornalismo, atendendo a outras demandas e apelos.<sup>34</sup> Em perspectiva distinta da adotada por indivíduos que atuavam na imprensa, os historiadores retomaram o gênero biográfico, que, a rigor, jamais esteve fora do campo da historiografia, sempre presente, deve-se reconhecer, como objeto de narrativa ou de reflexão teórica.

Jornalistas se dedicarem a contar a vida de personalidades relevantes não era obviamente uma novidade. Obras escritas por ensaístas que atuavam na imprensa há muito circulavam, algumas de notável qualidade. É o caso de *A vida de Lima Barreto* (1952) escrita por Francisco de Assis Barbosa, livro que se tornou um clássico.<sup>35</sup> Também ocupou lugar de destaque no campo das publicações precedentes ao

advento do novo surto do final do século XX e início do XXI, a obra *Morte no paraíso: a Tragédia de Stefan Zweig* (1981), do jornalista Alberto Dines.<sup>36</sup>

Ao lado de biografias lançadas por jornalistas, devotadas especialmente à vida de “estrelas” do mundo artístico ou dos esportes, incluindo nos novos títulos escritores e líderes políticos, emergiram os trabalhos realizados por “historiadores de ofício”. Estes passaram a investir em estudos biográficos em moldes notadamente distintos tanto do modelo praticado por Luiz Viana Filho quanto daqueles levados a cabo por jornalistas. A crítica recaiu sobre os modelos tradicionais de escrita biográfica. A expressão “ilusão biográfica”, a partir de um texto de 1986 do sociólogo Pierre Bourdieu, sintetizou uma denúncia, operando como revelador de uma crise que se assumia em âmbito acadêmico e que cobrava novos rumos para o gênero.<sup>37</sup>

A vida dos “grandes homens” foi deixada de lado em favor dos “pequenos homens”, sempre relacionados a questões sociais, políticas e culturais mais amplas. Assim, como no início do século XX, quando apareceu o que Luiz Viana Filho designou biografia “moderna”, o gênero mais uma vez foi ampliado, redimensionado nos seus objetivos e redirecionado, sem eliminar modelos precedentes ou contemporâneos.<sup>38</sup>

A história social, assim como vertentes da história cultural, avançou na reconstituição da experiência de escravos, libertos, mulheres, operários, retirando do silêncio e anonimato indivíduos que não teriam lugar em uma perspectiva biográfica “liberal”. A esta contrapôs-se a biografia “social”, assim identificada tanto pelos seus objetos quanto pelos métodos e técnicas de pesquisa. Os historiadores, ou a maioria deles, ao reconstituírem o percurso de determinados indivíduos não se definem como biógrafos, e sim como pesquisadores que reconstroem trajetórias com base em problemáticas mais amplas que vão além da biografia pela biografia.

A questão, porém, não pode se circunscrever apenas à opção “grandes” ou “pequenos homens” na escrita biográfica referida acima. O ponto de convergência parece que tende a se situar na possibilidade de apanhar a trajetória dos indivíduos na complexa trama do social, interpelando suas contradições e conflitos individuais e coletivos, sejam no âmbito de pequenos ou grandes agrupamentos, envolvendo categorias profissionais, grupos, etnias, “raças” ou classes, a partir de trajetórias singulares. Trata-se de uma tentativa de articular as dimensões nomotéticas e idiográficas, com o olhar concentrado no indivíduo ou em novos sujeitos históricos. Sabina Loriga condensa adequadamente a questão. Para ela, “no decorrer desses últimos anos, a dimensão individual se tornou uma questão central, e a biografia, de certa forma,

se democratizou”. E acrescenta: “a aposta hoje não é mais o grande homem (noção descartada, e por vezes mesmo tida por pejorativa), mas o homem qualquer.”<sup>39</sup>

As questões de fundo em debate na primeira década do século XX disseram respeito à natureza do *relato biográfico*, à vinculação entre a biografia e a história e às relações entre história e ficção. Foi, de certa forma, sobre estes três temas que Luiz Viana Filho se debruçou ao teorizar e ao escrever sobre a vida dos indivíduos, procurando responder às demandas de seu contexto intelectual. As questões continuaram muito parecidas na passagem do século XX para o XXI; as respostas a elas é que tomaram outros caminhos e atingiram outros alvos.

Em sua concepção de biografia, Luiz Viana Filho estava interessado em compreender a “complexidade da alma humana”. Pelo menos entre os “historiadores de ofício” contemporâneos, não é esta a preocupação que o tem desafiado. A complexidade do social e o papel de seus diversificados atores ou sujeitos interessam muito mais. E interessam no desenrolar de uma crise, plena de novas possibilidades, cuja amplitude não para de produzir sintomas que se exprimem no emprego das palavras, ainda não plenamente definidas. Talvez “trajetória” seja uma delas.

## Notas

- 
- 1 MALCOLM, Janet. *A mulher calada*: Sylvia Plath, Ted Hughes e os limites da biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 16.

- 2 Para uma amostra da produção intelectual de Luiz Viana Filho, ver CASTRO, Renato Berbert de. Bibliografia de Luiz Viana Filho. In: BOAVENTURA, Eivaldo M. (Org.). *Homenagem a Luiz Viana Filho*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1991. p. 361-367.
- 3 VIANA FILHO, Luiz. *A verdade na biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1945.
- 4 VIANA FILHO, Luiz. *A vida de Eça de Queiroz*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984 (página sem numeração).
- 5 MAUROIS, André. *A vida de Disraeli*. Tradução Godofredo Rangel. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945.
- 6 VIANA FILHO, Luiz. *A verdade na biografia*. p. 10.
- 7 VIANA FILHO, Luiz *A vida de Rui Barbosa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.
- 8 Entre outros trabalhos, Homero Pires publicou *Rui Barbosa e os livros*. 5. ed. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1949 (trata-se de uma longa conferência proferida na Casa de Rui Barbosa em 5 de novembro de 1938, antes portanto da publicação dos trabalhos de Luiz Viana Filho).
- 9 CARLYLE, Thomas. *Os heróis*; tradução Antônio Ruas. São Paulo: Edições Melhoramentos, [s.d.]. p. 9.
- 10 Sobre as possíveis conexões entre o pensamento Carlyle e a genealogia do nacional-socialismo, ver LORIGA, Sabina. *O pequeno x: da biografia à história*; tradução Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 60-61.
- 11 CARLYLE, Thomas. *Op. cit.*, p. 149.
- 12 VIANA FILHO, Luiz. A palavra de Luiz Viana Filho. In: OLIVEIRA, Yves. *Otávio Mangabeira: alma e voz da República*. Rio de Janeiro: Saga, 1971.
- 13 VIANA FILHO, Luiz. *A verdade na biografia*, p. 13.
- 14 *Idem, ibidem*, p. 16.
- 15 *Idem, ibidem*, p. 28.
- 16 *Idem, ibidem*, p. 32.
- 17 *Idem, ibidem*, p. 34.



- 18 *Idem, ibidem*, p. 57.
- 19 Depoimento prestado a Cidélia Argolo e Gustavo Falcón para a Revista da Bahia, n. 17, v. 32, jun./ago. 1990 (encarte especial). O mesmo depoimento pode ser lido em BOAVENTURA, Edivaldo M. (Org.). *Homenagem a Luiz Viana Filho*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1991. p. 347-357.
- 20 CONDÉ, João. Arquivos implacáveis. In: CASTRO, Renato Berbert de. *Bibliografia de Luiz Viana Filho (1930-1985)*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1986. p. 4. O trecho foi extraído de uma carta enviada por Luiz Viana Filho a João Condé, intitulada “Biografia do livro”, publicada em “O cruzeiro” de 22 de maio de 1954.
- 21 VIANA FILHO, Luiz. *A vida de Joaquim Nabuco*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952. p. 9, 10.
- 22 VIANA FILHO, Luiz. *A vida do Barão do Rio Branco*. 8. ed. São Paulo: Editora UNESP; Salvador: EDUFBA, 2008. p. 7
- 23 VIANA FILHO, Luiz. *A vida do Barão do Rio Branco*, p. 8.
- 24 *Idem, ibidem*, p. 9.
- 25 VIANA FILHO, Luiz. *A vida de Machado de Assis*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1965. p. 9.
- 26 VIANA FILHO, Luiz. *A vida de José de Alencar*. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP; Salvador: EDUFBA, 2008, p. 9.
- 27 VIANA FILHO, Luiz. *A vida de José de Alencar*, p. 10.
- 28 VIANA FILHO, Luiz. *A vida de Eça de Queiroz*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. p. 9.
- 29 VIANA FILHO, Luiz. *A vida de Machado de Assis*, p. 7.
- 30 VIANA FILHO, Luiz. *A vida do Barão do Rio Branco*, p. 7
- 31 BRITTO, Luiz Navarro. *Luiz Viana Filho*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1978.
- 32 FONSECA, João Justiniano da. *A vida de Luiz Viana Filho*. Brasília: Senado Federal, 2005.
- 33 TAVARES, Luiz Henrique Dias. Doutor Luiz. In: BOAVENTURA, Edivaldo M. (Org.) *Homenagem a Luiz Viana*

- Filho*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1991. p. 121.
- 34 Para um painel dessa produção, ver VILAS BOAS, Sérgio. *Biografismo: reflexões sobre as escritas da vida*. São Paulo: Ed. UNESP, 2008.
- 35 BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. 9. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.
- 36 DINES, Alberto. *Morte no paraíso: a tragédia de Stefan Zweig*. 3. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2004.
- 37 O texto de Bourdieu, intitulado “L’illusion biographique”, foi publicado nas *Actes de la recherche en sciences sociales*, 1986. p. 62-63, 69. Cf. LORIGA, Sabina. *Op. cit.*, p. 215.
- 38 Para um balanço da produção biográfica sob este viés, em âmbito global, ver LORIGA, Sabina. *Op. cit.*, cap. I e VII.
- 39 LORIGA, Sabina. *Op. cit.*, p. 213.

CIÊNCIA E SAÚDE NO “CENTRO” DO BRASIL:  
a trajetória do médico José Silveira  
na luta contra a tuberculose

Maria Elisa Lemos Nunes da Silva

O historiador Peter Gay, no livro *Freud: uma vida para o nosso tempo*, refere-se a uma decisão tomada por seu biografado, em alguns momentos: rasgar cartas, anotações, rascunhos e manuscritos das suas obras. Sigmund Freud (1856-1939), além de afirmar que não facilitaria a vida de quem quisesse biografá-lo, deixou registrada a visão que tinha daqueles que se dedicavam a trabalhos dessa natureza. Para o psicanalista vienense, a obra biográfica estaria fadada à idealização porque seus autores se fixavam em seu “herói”, escolhido porque sentem grande afeto por ele. Qualquer um que se arvorasse a tal empreitada entregar-se-ia a mentiras, ocultamentos, hipocrisias, embelezamentos. Não se poderia alcançar a “verdade” na biografia. Nas palavras de Gay, Freud tinha pouca fé no empreendimento biográfico.<sup>1</sup>

Por trás dessa concepção, o autor de *O Mal-estar na Civilização*<sup>2</sup> veiculava o modelo epistemológico, predominante no final do século XIX e início do século XX, elaborado em função das chamadas “ciências experimentais” segundo o qual a objetividade e a neutralidade do pesquisador seriam a única maneira de alcançar o “verdadeiro” conhecimento.

A escrita biográfica, além de envolver a discussão acerca da relação entre indivíduo e sociedade, revela, como toda produção, escolhas, aproximações, afastamentos e subjetividades. Nos últimos anos, os trabalhos realizados no campo da História, ao acompanhar os debates teóricos e metodológicos presentes no interior da disciplina, buscaram romper com a perspectiva laudatória.

Pretendo neste texto abordar a trajetória do médico José Silveira (1904-2001) no enfrentamento da tuberculose, observando as estratégias discursivas e as práticas por ele utilizadas para se constituir como um médico/tisiólogo de prestígio. Minha análise recobre o processo de reestruturação das instituições nacionais pós-1930. Através deste estudo, busquei construir fragmentos de uma das possíveis histórias da tuberculose na Bahia, articulando o individual ao coletivo. A investigação revelou questões que envolviam a doença no período, a exemplo das ações de saúde e assistência pública, dos debates médicos e das tentativas dos tisiólogos de ocupar espaços na sociedade, visando consolidar a tisiologia enquanto especialidade.<sup>3</sup>

Nesse sentido, a leitura do trabalho de Peter Gay é instigante, embora eu não tente estabelecer um paralelo entre Freud e o indivíduo que propus estudar. Viveram em espaços diferentes, mas o tempo de suas vidas se cruzou por cerca de trinta e cinco anos. Silveira soube da existência do autor de *A Interpretação dos Sonhos*<sup>4</sup>, embora a recíproca, provavelmente, não tenha sido verdadeira. Um rápido olhar sobre eles pode sugerir que tinham em comum, apenas, a formação em medicina, e mesmo assim, enveredaram por caminhos distintos: Freud percorreu os labirintos da mente humana, em busca da construção da psicanálise, e Silveira atuou, principalmente, na área de fisiologia. Coincidentemente, escolheram os dias de quartas-feiras para se reunir com colegas de profissão e discutir questões teóricas e práticas relacionadas aos seus campos de atuação.<sup>5</sup>

A opção em tomar Silveira como objeto de estudo é delicada por se tratar de alguém que morreu há pouco tempo, em 2001. Sua presença ainda encontra-se impregnada na memória daqueles que com ele conviveram ou souberam da sua existência. Ao tratarmos da trajetória daqueles que gozaram de reconhecimento, os cuidados devem ser redobrados para não cairmos na dupla armadilha: tomá-los como um mito ou tratá-los como indivíduos que buscaram atingir seus interesses, obtendo prestígio, poder e ascensão econômica. Se não é possível desconsiderar a relação entre saber e poder, nem deixar de observar os aspectos, muitas

vezes, autoritários das ações desenvolvidas pelos médicos, no processo de constituição da medicina científica, tampouco esse processo deve ser considerado específico de uma prática profissional. Nenhuma delas escapará à ordem de poderes e saberes.

José Silveira nasceu na cidade de Santo Amaro, recôncavo baiano, em 03 de novembro de 1904. Perdeu cedo o pai e a mãe tendo sido criado pela avó e tios maternos. Apesar dele não ser oriundo dos setores economicamente dominantes, pode-se considerar que fazia parte de uma elite letrada. Seu pai era agrônomo, funcionário público, e o seu tio, padre, com quem conviveu durante a infância e a adolescência, era professor. Em 1921, ele mudou-se para Salvador para cursar medicina. Formou-se em 1927, pela Faculdade de Medicina da Bahia, defendendo tese de doutoramento na área de radiologia. Sua opção pela fisiologia ocorreu mais tarde, no início dos anos de 1930. Casou-se com Ivone Silveira e não teve filhos.

Ele investiu na construção de uma imagem grandiosa sobre si. Fundou, em 1937, o Instituto Brasileiro para Investigação da Tuberculose (IBIT). Organizou e participou de Congressos estaduais, nacionais e internacionais e fez parte de Associações Médicas. Na sua ampla produção bibliográfica, José Silveira se mostrou e se escondeu. Criou a revista Arquivos do IBIT, no mesmo ano em que foi criado o Instituto.<sup>6</sup> Esse periódico serviu para veicular polêmicas e

debates da área de tisiologia, bem como foi um importante instrumento de propaganda do IBIT e de seu fundador. Nesse periódico, ele publicou regularmente, escrevendo quase todos os editoriais. A revista Arquivos era distribuída, gratuitamente, para instituições e para tisiólogos do Brasil e do exterior. Em troca, o Instituto recebia revistas nacionais e estrangeiras.

Ao tratar da trajetória de José Silveira, tenho a impressão de que estou diante de alguém que desejou ser biografado. Sua correspondência, fotografias e matérias publicadas em jornais foram preservadas. E mais: ele antecipando-se aos seus possíveis biógrafos, ou quem sabe acreditando poder direcionar o olhar daqueles que se interessassem pela sua vida, escreveu quinze livros autobiográficos e de memórias, entre os anos de 1975 e 1994.<sup>7</sup> Inclusive o título do seu último livro, *Uma doença esquecida: a história da tuberculose na Bahia*, revela muito do entendimento que tinha sobre sua experiência.<sup>8</sup> É possível que se considerasse a pessoa mais autorizada e capaz de escrever a história da tuberculose na Bahia, uma “doença esquecida”, apesar da alta incidência e mortalidade.

## Difícil começo: os primeiros anos do IBIT

A melhor maneira de abordar a trajetória de José Silveira no enfrentamento da tuberculose é começar falando

do Instituto Brasileiro para Investigação da Tuberculose (IBIT), instituição por ele fundada, na cidade do Salvador, num domingo, 21 de fevereiro de 1937.

Na cerimônia de criação, ocorrida no Ambulatório Augusto Viana, da Faculdade de Medicina da Bahia, local onde funcionava um serviço de tisiologia sob a orientação de Silveira, e onde funcionaria o recém-criado Instituto, estiveram presentes alguns professores da Faculdade de Medicina, seu diretor Edgar Santos e profissionais ligados à área de tisiologia do estado. Não houve grande menção a esse acontecimento por parte dos principais periódicos da imprensa local que circulavam em Salvador no período. Uma pequena nota foi publicada no jornal *Diário da Bahia*, informando o convite recebido para a inauguração do instituto.<sup>9</sup> Alguns dias depois, o jornal *A Tarde* publicou uma matéria intitulada “O IBIT está trabalhando”, na qual chamava atenção para sua recente criação e disposição para o trabalho dos seus componentes.<sup>10</sup>

José Silveira proferiu discurso em que ressaltava as finalidades científicas da Instituição. O que ele dizia trazer de novo era “uma atitude mental diversa”, afinal, existiam, em alguns estados, dispensários, hospitais e centros de assistência médica e amparo social aos tuberculosos. No entanto, a pesquisa nos domínios da tisiologia era realizada nos curtos intervalos permitidos entre uma e outra atividade, sem a continuidade necessária. Era preciso,



segundo afirmava, “investigar, procurar o fato novo” que desse independência cultural e científica. Isso evidenciava seu “caráter pioneiro”, pois não havia nada semelhante em qualquer um dos estados da federação. Para ele, à Bahia cabia “nos domínios da tuberculose, a honra de ser a pioneira do Brasil dessa direção nova no estudo e no combate a um dos mais terríveis flagelos da Humanidade”.<sup>11</sup> Era a possibilidade de trazer para a Bahia o “progresso” e a “civilização”. Ressaltar o pioneirismo da Bahia era um auto-elogio. Uma forma até mesmo desprovida de sutileza para valorizar aquele que tinha sido o idealizador da proposta.

Silveira afirmava que, com a criação do IBIT, não se queria dizer que jamais tivesse havido “pesquisa científica sobre tuberculose” no Brasil. A novidade era a criação de uma instituição cuja principal razão de ser era a pesquisa.<sup>12</sup> Conforme gostava de lembrar: “na Bahia nasceu a Medicina Nacional. Na Bahia haveria de se desenvolver o primeiro Instituto para Investigação da Tuberculose” do país.<sup>13</sup>

Os propósitos do Instituto iam além da investigação científica. Deveria voltar-se para o ensino de fisiologia e prestar assistência ao tuberculoso. A atividade de ensino dar-se-ia através de cursos especiais, organizados em função dos resultados das pesquisas. Já a assistência médica e social, atividade que a princípio poderia parecer um paradoxo aos objetivos investigativos do Instituto, justificava-se pela necessidade de estar em contato com os problemas clínico

e social da doença, o que só se conseguiria a partir do atendimento a pacientes.<sup>14</sup>

Um olhar a *posteriori* indica que o IBIT foi a realização mais significativa de Silveira, aquela que o deixou mais conhecido. Ele buscou estabelecer uma espécie de continuidade entre a sua atuação profissional e a instituição que criou apesar de ter tido formação inicial em outra área. Enquanto cursava a Faculdade de Medicina da Bahia, trabalhou no serviço de radiologia do Gabinete Médico de Eletricidade e Luz do médico Prado Valadares, o qual considerava ser um “grande mestre”. Dessa experiência resultou sua opção inicial pela radiologia, tema de Tese de Doutorado, defendida em 1928.<sup>15</sup>

Silveira lembra que o interesse pela tuberculose ocorreu na década de 1930, numa viagem que realizou à Alemanha, depois de formado, para aperfeiçoar sua formação em radiologia. Lá entrou em contato com profissionais que atuavam na área de tisiologia, interessando-se pela especialidade. Ao retornar a Salvador, criou um serviço de tisiologia no ambulatório Augusto Viana, da Faculdade de Medicina da Bahia, onde já trabalhava com radiologia. E tratou de anunciar, na primeira página do jornal *A Tarde*, os serviços que passara a prestar como tisiólogo, informando o endereço, o telefone e o horário de atendimento no seu consultório particular, como faziam os colegas de profissão das diversas especialidades.<sup>16</sup> Mas a distância entre esses

primeiros anos do exercício da profissão e o magistral patrimônio institucional que foi construindo ao longo da vida, principalmente a partir da criação do IBIT, é monumental.

No período em que Silveira concluiu a graduação em medicina e nesses primeiros anos de atuação profissional, a tuberculose era um dos maiores problemas médicos e sociais não só da Bahia, mas de diversas localidades do Brasil e do mundo. Talvez não fosse exagero afirmar que nesse estado, a maioria das famílias, de alguma forma, tinha sofrido a morte de algum parente por tuberculose. O próprio Silveira viveu essa experiência ao perder a avó materna vitimada por essa doença, pouco tempo antes da sua formatura. Ele, no entanto, não relacionava esse acontecimento à opção pela tisiologia.

Na cidade do Salvador, de 1922 a 1941, 24.297 pessoas morreram de tuberculose, principalmente em sua forma mais frequente, a pulmonar.<sup>17</sup> Nesse período, o coeficiente de mortalidade por essa doença foi progressivamente crescendo, passando de 361.1 mortes por 100.000 habitantes, no quinquênio de 1922 a 1926, para 488.5 mortes por 100.000 habitantes, no quinquênio de 1937 a 1941.<sup>18</sup> Esses números servem apenas como indicadores, pois há conhecimento de que as notificações sempre foram precárias. No caso da tuberculose, doença imbuída de estigmas e preconceitos, muitas mortes por ela causadas eram registradas como

tendo tido outra etiologia, embora a legislação em vigor considerasse a tuberculose uma doença de notificação compulsória. E como nem todos os acometidos pela moléstia morriam o número de doentes era bem maior. Estimava-se que cada morte por tuberculose correspondia a cerca de cinco a dez doentes. Assim, os números deveriam ser bem mais elevados do que os registrados oficialmente.

Por outro lado, os dados relativos à mortalidade por tuberculose, em Salvador, se analisados isoladamente, não necessariamente indicariam que houve, no período, aumento dos óbitos causados pela doença, pois o crescimento populacional da cidade poderia ter sido maior, levando à conclusão de que a mortalidade cresceu porque a população cresceu. No entanto, a população da cidade, em 1920, era estimada em 283.422 habitantes, passando, em 1940, a 290.443 habitantes.<sup>19</sup> Ou seja, a população da cidade aumentou de forma modesta sendo seu crescimento quase que exclusivamente vegetativo.<sup>20</sup> Assim, a elevação do número de óbitos por tuberculose foi proporcionalmente maior do que o aumento populacional.

A magnitude da doença não era uma especificidade daquele período. Seu impacto era intenso há muito tempo. A Bahia era um estado enfermo, assolado por epidemias e endemias, no qual a tuberculose, quase sempre, matava mais do que todas as outras doenças transmissíveis juntas. Isso não significa que a tuberculose atingisse indiscriminadamente

a população baiana. Enquanto doença contagiosa, ligada diretamente às condições de vida e de trabalho, e agravada nos grandes centros urbanos, a tísica acometia, principalmente, a população pobre.

A criação do IBIT foi uma forma que José Silveira encontrou para construir um espaço de atuação na área de tisiologia. Denominá-lo de Instituto Brasileiro e não Instituto Baiano como eram chamadas as instituições existentes na Bahia consistia numa tentativa de conferir caráter nacional e universal à instituição. A partir daí ele se direcionou para consolidá-la ao tempo em que buscou se constituir como um tisiólogo de prestígio. Empenhou-se na arrecadação de fundos para o seu funcionamento e para a construção de uma sede própria.

Em 1938, Silveira organizou, através do IBIT, a Primeira Conferência Nortista de Tisiologia.<sup>21</sup> Essa conferência ocorreu alguns meses depois da realização, no Rio de Janeiro, da Primeira Conferência Regional de Tuberculose. Ambas as conferências pretendiam discutir as temáticas que seriam abordadas no Primeiro Congresso Nacional de Tuberculose, previsto para ocorrer no ano seguinte. Tanto na Conferência Nortista, quanto no Congresso Nacional de Tuberculose, Silveira buscou marcar posição no que diz respeito ao enfrentamento da “peste branca”, referindo-se ao que chamou de “questões específicas regionais da tuberculose”. Ele ressaltava que a doença no norte não era, em essência,

diversa da do sul. O que havia de diferente era o ambiente em que ela se desenvolvia, eram as características especiais que “o meio” imprimia aos problemas a ela relacionados, a exemplo da questão racial, da incidência da tuberculose na zona rural e da relação entre a tuberculose e doenças como a esquistossomose, típicas da região.<sup>22</sup> Daí “a necessidade de orientação própria no seu estudo e na sua análise, de normas específicas de combate aplicáveis ao caso regional”.<sup>23</sup> Segundo afirmava, no norte se morria mais de tuberculose do que no Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre. Essas afirmações, no entanto, devem ser tomadas com reserva porque os dados disponíveis no período não confirmam essa informação.<sup>24</sup>

Silveira, a partir desse momento, vai utilizar nos seus pronunciamentos estratégias discursivas evocativas do que chamou de “questões regionais da tuberculose”, ausentes nas suas produções anteriores. Em 1935, por exemplo, ele publicou na *Revista Brasileira de Tuberculose* o artigo intitulado “Os saes de ouro no tratamento da tuberculose pulmonar: o problema de suas indicações”, discutindo a possibilidade de utilização dessa terapêutica, conhecida como “auroterapia”. Seu artigo foi construído a partir da experiência clínica com treze pacientes, observados quanto à idade, ao sexo, ao estado civil e à profissão, sem, contudo, haver referência a qualquer informação que pudesse ser associada às “questões específicas regionais”.<sup>25</sup> Nesse mesmo ano, apresentou,

no Primeiro Congresso Regional de Medicina da Bahia, um “Plano de Combate à Tuberculose”, voltado para a organização de ações estaduais com vistas ao controle dessa doença.<sup>26</sup> A ideia era que o Estado, as prefeituras, as caixas de previdência e pessoas individualmente financiassem os serviços de tuberculose na Bahia, sob a coordenação do governo estadual.<sup>27</sup> Mesmo se tratando de um Congresso Regional, ele se referiu à tuberculose como um problema nacional.<sup>28</sup>

Foi por ocasião desse Primeiro Congresso Regional de Medicina da Bahia, ocorrido em 1935, que Silveira assumiu de forma mais efetiva, perante o meio médico local, sua inserção na área de tisiologia. Caso o plano apresentado fosse aceito, poderia também assumir a direção de uma das instituições sugeridas por ele para serem criadas, o que não ocorreu.<sup>29</sup>

Ele relatou essa experiência em diversos momentos da sua produção. Anos mais tarde, declarou que naquele momento estava dominado pelo “pensamento geral de saúde pública, de dispensários, de sanatórios, maternidades, preventórios”. Para ele, o evento foi “um sucesso”.<sup>30</sup> Afirmou ter incluído o tema porque a luta contra a tuberculose na Bahia “estava inteiramente abandonada” e tinha trazido da Europa, depois da sua primeira viagem, um conhecimento mais moderno em relação ao que era realizado na Bahia.<sup>31</sup>

É possível que os médicos que atuavam na área de tisiologia tenham ficado insatisfeitos com o fato de Silveira

não haver se referido à trajetória da luta antituberculose na Bahia. Afinal, havia profissionais que atuavam na área há algum tempo, nas poucas instituições existentes no estado. Em 1900, por exemplo, um grupo de médicos ligados à Faculdade de Medicina da Bahia criou a Liga Bahiana contra a Tuberculose, instituição filantrópica. Em 1919, foi inaugurado o Dispensário Ramiro de Azevedo, espécie de centro de profilaxia e controle da tuberculose. Essas instituições sempre funcionaram precariamente. Nos anos de 1930, elas foram incorporadas ao estado. Em 1936 foram criadas a Inspeção de Profilaxia da Tuberculose, instituição ligada ao governo do estado, e a Fundação Anti-Tuberculosa Santa Terezinha, instituição filantrópica.<sup>32</sup>

A história de criação do IBIT parece estar diretamente relacionada à recusa do governo em assumir a proposta de Silveira de luta antituberculose, ou melhor, ao fato dele ficar fora das poucas instituições que atuavam na área de tisiologia no estado. De qualquer forma, na Bahia, constituíram-se principalmente dois grupos: o grupo vinculado ao Dispensário Ramiro de Azevedo, à Inspeção e à Fundação Anti-Tuberculosa, o qual tinha o médico César de Araújo como um dirigente, e o grupo de José Silveira ligado ao IBIT.

Portanto, a ênfase em “questões regionais” surgiu num determinado momento da produção de Silveira e esse momento pareceu estar relacionado à criação do IBIT. Ele ora retomava um discurso pautado em um suposto



“passado de glória” da Bahia, “berço” da medicina nacional, ora referia-se ao que denominou de “questões regionais da tuberculose”, aquelas que tratavam da “raça” e da pobreza da região. Ele vai buscar construir essas questões baseado nos elementos inscritos no interior da formação discursiva naturalista, que considerava as diferenças entre os espaços do país como um reflexo imediato da natureza, do meio, da raça. Ou seja, as variações de clima, de vegetação, de composição racial da população explicavam as diferenças de costumes, hábitos e práticas, explicavam as diferenças regionais. Portanto, preocupa-se em “atualizar” ou mesmo se apropriar da ideia naturalista de inferioridade do continente americano, passando a aplicar esse tipo de interpretação para a Bahia, ao falar de “raça e de meio”, como elementos que caracterizavam as questões específicas voltadas para a tuberculose. Ele tentou instituir uma identidade a partir da tuberculose.

Na construção do Estado Nacional pós-1930, o enfoque regional se estabeleceu em diferentes espaços. Vale ressaltar que 1937, ano em que foi fundado o IBIT, Gilberto Freyre, um dos maiores ideólogos do regionalismo nordestino, publicou *Nordeste*, considerado como uma síntese dos elementos regionalistas nordestino na perspectiva desse autor.<sup>33</sup> Para Freyre, a região nordeste correspondia ao “espaço” que ia do Recôncavo ao Maranhão, tendo Pernambuco como centro.<sup>34</sup>

Por outro lado, se nos anos de 1930 houve uma produção intelectual que demarcava posição no que dizia respeito ao regionalismo, a presença propriamente de um discurso com esse teor é anterior, podendo ser situada na segunda metade do séc. XIX, com o processo de construção da nação e de centralização política do Império. Foi, no entanto, na década de 1920, que um novo discurso se constituiu extrapolando as fronteiras dos estados e buscando se articular com um espaço maior. Nesse momento, a emergência de uma formação discursiva nacional contribuiu para a constituição de uma consciência regional generalizada, e que reservava para esse recorte uma posição de subordinação.<sup>35</sup> Esse não era o caso paulista, por exemplo, cujo regionalismo construído no final do século XIX, com a Abolição da Escravidão e a Proclamação da República, se configurava como um dispositivo de superioridade. São Paulo se apresentava como o “berço” do progresso e da civilização, a porta de entrada para o moderno.

Na Bahia, a construção por parte de setores da elite de um discurso que enfoca questões regionais ocorreu a partir da instalação do período republicano com a percepção da progressiva perda de status do estado nesse novo momento. Esse sentimento de perda foi passado de geração para geração.<sup>36</sup> A partir de 1930, a referência ao suposto passado proeminente da Bahia vai ser presença marcante na produção intelectual de um grupo político

que se organizou em torno do “autonomismo”, criticando o modelo nacionalista e centralizador do governo de Getúlio Vargas. Esse grupo formou uma das mais importantes correntes políticas de então, a Concentração Autonomista da Bahia, cuja principal reivindicação era a autonomia do estado frente ao poder central.<sup>37</sup> Apesar de não haver homogeneidade entre os membros dessa corrente política, eles se unificaram, pelo menos temporariamente, para fazer frente ao governo de Juracy Magalhães e de Getúlio Vargas, defendendo que a organização do Estado brasileiro só seria viável se a autonomia estadual fosse respeitada.

Portanto, a presença de um enfoque delimitado por preocupações regionais não era uma especificidade ou uma exceção de Silveira, mas uma característica do período. Aliás, como homem do seu tempo, membro de uma elite letrada, ele devia acompanhar essa discussão, ou mesmo ser por ela influenciado. É possível até que Silveira tenha lido o livro *Nordeste*, afinal se considerava um bibliófilo, um apaixonado por livros.<sup>38</sup> Mas nada foi encontrado que levasse a essa conclusão. É bem possível que ele estivesse acompanhando nesse período as investidas políticas do grupo que se organizava em torno dos “autonomistas”, com sua ênfase na descentralização do poder. Afinal, o IBIT foi criado alguns meses antes da instalação do Estado Novo. E Silveira começou a intervir publicamente em relação às questões voltadas para a tuberculose nos anos que se seguiram à “revolução de 1930”.

No entanto, não é possível estabelecer relações mais diretas entre Silveira e os “autonomistas”, pois ele não chegou a assumir, ao longo da sua vida, qualquer posição partidária. Autodenominava-se um “conciliador”. Sempre elogiou os governos que apoiaram e investiram na luta antituberculose e no IBIT. O discurso de Silveira, nesse período, funcionava como mais uma “peça de montagem” da defesa da autonomia regional.

Quando Silveira começou a atuar como tisiólogo, outros profissionais já o faziam. Ele teve dificuldade de se inserir na área. Estar vinculado a alguma instituição era uma forma de ver as suas ideias e concepções propagadas, era uma forma de assegurar um espaço de poder. Fundou, então, o IBIT como instituição privada e sempre se referiu a esse momento como um marco. Para ele, o “mito de origem” da “verdadeira” campanha antituberculose na Bahia se dava a partir desse Instituto. Era como se a história da tuberculose na Bahia (e quem sabe no Brasil) fosse dividida entre antes e depois do IBIT. O Instituto era Brasileiro porque era o primeiro.

Ele não reproduziu simplesmente os enfoques regionais, presentes naquele contexto da década de 1930 e 1940. Ele vai apontando aspectos próprios que podiam ser adaptados ao seu foco de interesse. O “regional” por ele referido tinha nome, tinha um recorte específico. Era a “Bahia”, a tuberculose e o IBIT. Ele, por exemplo, não

fazia referência a uma fase de glória do Império e outra de infortúnios da Primeira República, como era comum encontrar no discurso de parte da elite baiana. Ele dizia só haver glórias do passado no que correspondia à medicina.

O regional em Silveira não significava, apenas, evocar a tradição a partir de um suposto pioneirismo baiano relacionado à medicina. Aliás, essa referência à tradição pode ser observada no discurso regionalista nordestino instituído a partir da segunda década do século XX que teve Gilberto Freyre como seu grande impulsionador, criando em 1924 o Centro Regionalista Nordestino que organizou, em 1925, o Congresso Regionalista do Recife. Enfatizar o regional em Silveira era acima de tudo fazer um chamamento à modernidade, à ciência, a tudo que consistisse em trazer para a Bahia o “progresso” e a “civilização”.<sup>39</sup> Não só o passado, mas também o presente era a melhor promessa de futuro. Afinal, o IBIT era o “presente” e representava, para ele, a melhor promessa para o combate da tuberculose.

O discurso de Silveira inclusive era bem particular do entendimento que tinha do que era a Bahia. Não era uma simples identificação de um espaço considerado como norte ou como nordeste. Também não era possível inseri-la na parte sul. A Bahia era o “centro”. Aliás, o discurso de consideração da Bahia como centro era anterior ao referido por Silveira. Vinha do período em que se buscava destacar

o norte como o pólo mais rico do Brasil e nele a Bahia com sua localização estratégica, a meio caminho entre o norte e o sul. A ideia de centro era a ideia de poder. A “Bahia” acabava sendo um “ponto” de referência para a demarcação dos espaços considerados como norte e como sul. O norte podia ser definido como o espaço que ia da Bahia para cima, e o sul da Bahia para baixo. E dentro dessa divisão a Bahia podia tanto fazer parte do norte como do sul, porque “Bahia para cima” ou “Bahia para baixo” poderia corresponder a sua inclusão ou exclusão de ambas as regiões.

Um intelectual regionalista quase sempre é aquele que se sente longe do centro irradiador de poder e de cultura, se sente distante tanto em relação ao espaço quanto à capacidade de intervenção e decisão. Ele faz da denúncia dessa distância, dessa carência de poder, dessa vitimização, o motivo de seu discurso.<sup>40</sup> Silveira não era propriamente um intelectual regionalista, mas seu discurso visava o que chamava de questões regionais para ocupar espaço em âmbito estadual e nacional.

Cabe observar que os “aspectos regionais da tuberculose” eram construções discursivas para se referir às próprias questões sociais da doença. Não era apenas na “região Norte” que esses problemas ocorriam. Eles estavam relacionados à fome, à ausência de saneamento básico, às precárias condições de vida e de trabalho, enfim, eram questões relacionadas às desigualdades sociais.

## Tempos de Glória

Se os primeiros anos de funcionamento do IBIT foram considerados difíceis, na visão de Silveira, a inauguração da sede própria do Instituto, em 1946, apontava para uma fase promissora. A cerimônia de instalação, noticiada pela imprensa local, contou com a presença do Interventor Guilherme Marmack, do Prefeito da cidade de Salvador, de empresários, como Carlos Costa Pinto e de médicos, entre eles, Aloysio de Paulo e Fernando Paulino que vieram do Rio de Janeiro.<sup>41</sup>

A *Revista Brasileira de Tuberculose* noticiou esse acontecimento com a seguinte matéria: “O Instituto Brasileiro para Investigação da Tuberculose, conceituado centro de tisiologia que obedece à orientação do professor José Silveira, acaba de se instalar na sua nova sede, em edifício próprio na capital da Bahia”.<sup>42</sup>

Essa notícia ainda considerou o ato de inauguração como um “acontecimento de grande relevo para a tisiologia nacional”. José Silveira e “sua escola” eram elogiados por terem dado contribuições de grande valor ao estudo da tuberculose.<sup>43</sup> A matéria saiu publicada na seção chamada de “Informação”. Abaixo do seu título estava escrito “Bahia” entre parênteses. É provável que, nessa seção da Revista, as matérias recebidas fossem enviadas pelos interessados em prestar as informações, e é possível até que tenha sido escrita pelo próprio Silveira,

ou por alguém do IBIT. Afinal, o nome de Silveira era citado duas vezes num texto que continha poucas linhas. Seja como for, a notícia foi veiculada numa das mais importantes revistas específicas sobre tuberculose do Brasil.

Silveira relatou a conquista da nova sede em diversos momentos da sua produção escrita, considerando mais uma “batalha vencida”. Para ele, era fundamental sair do subsolo onde o Instituto estava instalado de forma precária desde a sua fundação.<sup>44</sup> Cada chuva alagava as instalações. No inverno, os estigmatizados pacientes tuberculosos percorriam lamaçais para ter acesso ao IBIT, pois a direção do ambulatório só permitia sua entrada pela porta dos fundos. A situação pareceu se resolver quando a Prefeitura de Salvador, na gestão de Neves da Rocha, doou um terreno ao IBIT. No entanto, o plano da cidade previa a criação de um centro esportivo na região. O Instituto recebeu uma indenização da Prefeitura pela desapropriação, colocando-se a necessidade de continuar procurando um terreno disponível com preço acessível. Certa vez, ao passar próximo ao cemitério Campo Santo, Silveira observou uma área anexa. Era um matagal, um terreno de propriedade da Santa Casa de Misericórdia, que ficava numa esquina “enladeirada”. Recorreu à instituição proprietária, e essa o doou na condição de que a construção fosse iniciada num prazo máximo de dois anos.<sup>45</sup> A Santa Casa ainda estabeleceu, entre as cláusulas contratuais, a condição de que, desaparecendo o IBIT com todas suas



benemerências, tudo voltaria para ela. Em 5 de fevereiro de 1942, a doação do terreno foi concretizada. Silveira recorreu ao então interventor Landulfo Alves (1938-1942) que tinha sido seu paciente, solicitando verba para o início da construção, tendo seu pedido atendido.<sup>46</sup> Dessa forma, com o apoio recebido da Prefeitura, do Governo do estado, de empresários, comerciantes, e pessoas individualmente, a obra, iniciada em 5 de novembro de 1942, estava pronta em menos de dois anos. A Prefeitura, além da indenização, doou 10 contos de réis.<sup>47</sup>

Portanto, Silveira conseguiu o terreno da Santa Casa de Misericórdia, dinheiro do Governo do estado e da Prefeitura para a construção do prédio, e ainda obteve ajuda para compra dos equipamentos. Isso ocorreu durante a II Guerra Mundial e no início do governo de Eurico Gaspar Dutra. Assim, independente de mostrar determinação e dinamismo, ele tramitava com desenvoltura entre segmentos mais abastados e entre os possuidores de prestígio e poder. Tinha seus pedidos atendidos, porque estes não confrontavam os interesses políticos dominantes. Ia diretamente ao interventor, uma vez que ele havia sido seu paciente, numa atitude condizente com a perspectiva clientelista e assistencialista da política baiana e nacional.

No entanto, nesse período, na Bahia, as instituições criadas para atendimento aos tuberculosos enfrentavam sérias dificuldades de funcionamento. O Hospital Santa Terezinha,

por exemplo, instituição pública inaugurada em 1941, já surgiu com problemas que atingiam todas as áreas do hospital: cozinha, rouparia, fornecimento de alimentos, abastecimento, caldeiraria, entre outras. O médico César de Araújo, diretor da instituição desde a sua inauguração, encaminhou diversos documentos às autoridades competentes, solicitando providências que acabaram não sendo tomadas.<sup>48</sup>

Em 1946, corroborando a “fase de glória”, Salvador foi sede do III Congresso Nacional de Tuberculose, evento organizado por César de Araújo e José Silveira. No ano seguinte, Silveira foi convidado pelo governador Otávio Mangabeira (1947-1951) para ser Diretor do Departamento Estadual de Saúde. Segundo relatou, assumiu o cargo por alguns meses, dele se afastando em razão de sua candidatura ao concurso para professor catedrático de Tisiologia, da Faculdade de Medicina da Bahia. O concurso ocorreu em 1949 e Silveira obteve aprovação, apresentando uma tese sobre a vacinação BCG, tema que foi objeto de várias publicações de sua autoria e era também o grande investimento de pesquisa do IBIT.<sup>49</sup> O BCG era um dos assuntos mais discutidos e polêmicos do momento. Havia disputa entre aqueles que defendiam a vacinação através do método oral em contraposição ao método intradérmico. Os defensores do BCG oral levavam vantagem. A importância dada ao BCG, como medida profilática, levou a que, em 1948, a Lei 484, de autoria do deputado Miguel Couto Filho, versasse

sobre a aplicação do BCG no Brasil. José Silveira articulou-se aos defensores do método oral, ligado ao médico Arlindo de Assis, e assim buscou falar em nome de uma tisiologia nacional, com a “Escola Brasileira de BCG”.<sup>50</sup>

Portanto, a segunda metade da década de 1940 e os primeiros anos da década de 1950 corresponderam a uma fase de ascensão do IBIT e do seu idealizador. Em 1951, foi inaugurada a Clínica Tisiológica. Esse aspecto merece destaque porque gerou intensa polêmica dentro da Faculdade de Medicina da Bahia, afinal tratava-se de um hospital ligado, especificamente, à Cátedra de Tisiologia da qual Silveira era catedrático. Embora a tuberculose fosse recordista em incidência e mortalidade, não havia consenso quanto a essa questão. Por que criar um hospital específico para tuberculosos dentro da Faculdade de Medicina quando o problema hospitalar atingia as diversas especialidades? A criação da Clínica Tisiológica era consequência da relação que Silveira tinha com o então Ministro da Educação e Saúde, Clemente Mariani (1946-1950) e, como veremos adiante, ocorreu num momento em que os antibióticos já estavam sendo utilizados, levando inclusive ao questionamento sobre a manutenção ou não das Cátedras de Tisiologia.

Nesse período, o IBIT investiu na construção de uma biblioteca que continha obras e revistas especializadas de diversas cidades do Brasil e do mundo. Pesquisadores estrangeiros ministraram cursos no Instituto. Silveira

era convidado para proferir cursos em outros países. As publicações na revista Arquivos do IBIT e em outras revistas nacionais e internacionais eram frequentes. Ele ia se tornando um Tisiólogo de prestígio, como almejava.

Coroando a fase de expansão, Silveira anunciou, em 1954, a ampliação do IBIT. Ele ressaltou, mais uma vez, os objetivos investigativos do instituto, presentes desde a sua fundação, e a necessidade de possuir local adequado para o trabalho científico. Para a ampliação do Instituto, foi feito um acordo de cooperação da Santa Casa de Misericórdia, que permitiu a aquisição de uma área de terreno anexa. Houve também a colaboração da Assembleia Legislativa e do Governo do Estado, bem como a doação de cinquenta mil cruzeiros feita pelo deputado Aliomar Baleeiro.

A consolidação e o reconhecimento do IBIT era o próprio reconhecimento de Silveira. Se a instituição não tivesse chegado a se consolidar não necessariamente representaria o seu fracasso profissional. Mas a vitória do IBIT era a vitória daquele que o criou. No entanto, novos encaminhamentos no tratamento da tuberculose estavam sendo anunciados e não vinham por meio de descobertas feitas no Instituto.

## Novos Rumos

A fase de ascensão do IBIT e de maior reconhecimento profissional de José Silveira foi também um momento

de mudança da Tisiologia enquanto especialidade, com o aparecimento da quimioterapia antibiótica. Desde o advento das sulfaminas, em 1935, e da penicilina, em 1943, a descoberta de um arsenal terapêutico eficiente no tratamento da tuberculose se colocava como um desafio. Em 1944, foi anunciada a descoberta da estreptomicina. Nos anos seguintes, outros medicamentos foram surgindo. Embora eles tenham sido escassos no Brasil e seu acesso, inicialmente, restrito aos pacientes mais abonados, o surgimento dos quimioterápicos para o tratamento da tuberculose levou à melhora ou à cura de doentes que estavam desenganados. Houve redução geral da mortalidade, chegando mesmo a ser veiculada a ideia de que em breve a tuberculose seria “coisa do passado”. Era o começo do declínio da Tisiologia enquanto especialidade, levando, também, à discussão da necessidade de extinção das Cátedras.

José Silveira, apesar de mostrar-se atento à diminuição do índice de mortalidade por tuberculose em todo Brasil, discordava dessa opinião. Para ele, eram muitos os problemas que deveriam ser enfrentados, pois os índices de incidência e de prevalência da doença não só deixavam de acompanhar os de mortalidade, como tendiam a aumentar num descompasso impressionante. Cabia cada vez mais conhecer a “biologia do bacilo” que teria sido modificada com bloqueio constante dos antibióticos e cada vez mais se avolumavam as formas crônicas da doença. Portanto, ainda

era imenso o acervo de problemas a vencer.<sup>51</sup> Ele queria que a Tisiologia e seu ensino através das Cátedras específicas tivessem vindo para ficar.

No entanto, esse era um processo irreversível. A Tisiologia surgiu num momento em que a tuberculose tinha alta incidência e mortalidade. Não havia nenhum tratamento realmente eficiente para o seu controle, requerendo estudos cada vez mais especializados, inclusive para as intervenções cirúrgicas que acabaram sendo as melhores respostas terapêuticas. Mas o aparecimento do arsenal quimioterápico alterou esse quadro.

Em meados da década de 1950, a distribuição gratuita de medicação mais apropriada para o tratamento da tuberculose já tinha sido iniciada em alguns centros de saúde, contribuindo para a diminuição do coeficiente de mortalidade entre a população pobre. Em consequência, as instituições voltadas para essa doença entraram numa profunda e irreversível crise. Muitos tisiólogos, de diversos estados do país, ampliaram seu campo de atuação, principalmente, em direção à pneumologia e à cardiologia.

Essas mudanças aconteceram dentro dos “encaminhamentos” trazidos pela “ciência”, pela “pesquisa” pelo que havia de “moderno”. Silveira, que sempre evocou o “moderno” e o “progresso”, não ficou satisfeito com a sua chegada. Defendeu a manutenção da Tisiologia enquanto especialidade e dizia ter sido um dos poucos que

resistiram à sedutora pneumologia. O surgimento do arsenal quimioterápico, ao interferir nos encaminhamentos das instituições voltadas para tuberculose, atingiu “em cheio” o projeto de José Silveira. Sua trajetória teve que “mudar de rumo”, como consequência da investigação científica que ele sempre defendeu, e como imposição de um movimento que escapava ao seu controle.

Aceitar que a Tisiologia estava perdendo a sua importância enquanto especialidade era atestar que seu projeto profissional, tanto em relação ao IBIT, como no exercício do magistério superior tinham “perdido a razão de ser”. A manutenção do ensino de Tisiologia em Cátedra específica cada dia ficava mais difícil. Em 1965, Silveira escreveu um editorial na Revista Arquivos no qual continuava defendendo a Cátedra. Ao tempo em que considerava como “natural” a ampliação da especialidade, não queria que o ensino de Tisiologia deixasse de se dar em disciplina específica. Nesse mesmo ano, a revista do Instituto mudou de nome, passando a se chamar Arquivos Brasileiros de Tuberculose e Doenças do Tórax, cuja mudança era justificada como uma consequência da ampliação da especialidade.<sup>52</sup>

José Silveira deveria sentir, cada vez mais, a necessidade de construir diferentes espaços de atuação profissional e pessoal. Fundou a Sociedade Amigos da Cidade. Em 1971, passou a ser membro da Academia de Letras da Bahia. Dedicou-

se à luta pela preservação e restauração da antiga Faculdade de Medicina, localizada no Terreiro de Jesus. Posteriormente, participou da luta contra o tabagismo, como o fez antigos colegas de profissão. O que parecia ser mais evidente na sua trajetória era a dificuldade de desvencilhar-se totalmente do que tinha sido seu projeto principal: a Tisiologia.

### Evocando Lembranças

José Silveira se aposentou da Faculdade de Medicina da Bahia, em 1969, depois de ter sido o primeiro e único professor Catedrático de Tisiologia. O ensino de tisiologia passou a ser parte da disciplina clínica médica. Ele revelou ter dedicado “o máximo da sua atenção ao IBIT”, que não era mais um “simples instituto de estudo, ensino e investigação da tuberculose”, pois tinha alargado seu campo de ação em direção às demais doenças do tórax. Mas, como a tuberculose continuava dominando “o panorama epidemiológico brasileiro”, o seu “combate” permanecia sendo sua “constante, irreversível e incurável obsessão”.<sup>53</sup>

Foi depois de aposentado que começou a escrever seus livros de memórias e suas autobiografias.<sup>54</sup> Estava, nesse momento, com mais de setenta anos. Confessou, no seu primeiro livro, ter atingido uma idade que nunca pensou alcançar. Buscou retratar sua vida de forma organizada e coerente, numa permanente estabilidade de si mesmo.



Considerou a pneumologia a “especialidade do futuro”, voltada para doenças provocadas pelo fumo, pela indústria, pelo movimento das cidades, enfim, doenças da própria civilização. No entanto, se vangloriou de ter sido um dos poucos que resistiu à “fascinação da pomposa alcunha de pneumólogo”.<sup>55</sup> E lamentou que ainda se morria de tuberculose, uma doença curável. Ter otimismo em relação à tuberculose no Brasil era uma fantasia.<sup>56</sup> Para ele, a tuberculose estaria mais controlada se ainda estivesse nas mãos dos tisiólogos.

O IBIT foi o principal tema da sua escrita memorialística.<sup>57</sup> Quando fundou a instituição, escapava-lhe “a noção exata”, só a duras penas alcançada, de que para se conduzir uma pesquisa científica, por mais simples que fosse, seria necessário dispor de uma estrutura mínima, que iria da qualidade pessoal do investigador às facilidades materiais mais corriqueiras, num ritmo e numa disciplina ainda não muito familiares ao Brasil e à Bahia. Mesmo assim, chegou a acreditar que seu sonho estava se transformando em realidade, uma vez que teria saído do subsolo para uma sede própria. O ambulatório chegou a ser “bem frequentado e útil”. Os laboratórios eram bem instalados e a biblioteca especializada era a mais bem equipada da América Latina. Os achados publicados na revista *Arquivos* chegaram a ser, segundo ele, apreciados e discutidos nos mais idôneos e capacitados centros científicos do mundo.<sup>58</sup> Mas lamentou não se ter podido alcançar aquela “densidade científica”,

aquele volume e ritmo de trabalho que seriam capazes de dar soluções novas, apurar fatos úteis, vindos do estrangeiro, quando aqui mesmo poderíamos tê-los descoberto, “projetando internacionalmente o país e valorizando melhor os nossos próprios técnicos”.<sup>59</sup>

O conteúdo da sua escrita ora exaltava os feitos da instituição, ora mostrava pessimismo e desilusão. Conforme confessou: a criação do Instituto foi “uma quixotesca aventura”.<sup>60</sup> Seu caráter “estritamente científico dificultava ainda mais a proposta”. Era mais fácil conseguir ajuda para hospitais e dispensários do que para um instituto de pesquisa, uma vez que os resultados quase nunca eram visualizados de imediato. Para ele, infelizmente, o IBIT “continuou a ser um Instituto de Província”, aplaudido e honrado, mesmo por eminentes técnicos e governantes. Mas nunca passou pelo “espírito da alta administração do país, torná-lo brasileiro”, dando-lhe recursos econômicos, humano e material, para que se constituísse numa “verdadeira organização nacional”.<sup>61</sup>

Quanto à Bahia, reafirmava o seu amor, evocando ser a ela muito ligado, com “todos os seus defeitos”. Era “visceralmente baiano”, agradecendo ter vivido nessa terra que era “doce, suave e carinhosa”.<sup>62</sup> Mas ressaltava a falta de prestígio do estado. O seu solo não estava preparado para receber tão “complexa e transcendente estrutura”. Tanto assim que, ao se falar de Instituto de Pesquisa para a Tuberculose, “só se pensa no Rio de Janeiro”.<sup>63</sup>

Dizia ter sonhado pouco, nunca tendo imaginado ser mais do que um “médico de aldeia”. Daí, “homens generosos” lhe terem conduzido aos “maravilhosos caminhos da ciência”. Chegou a funções elevadas, na profissão e na carreira intelectual, obteve a imortalidade das academias e atingiu a Cátedra. Não acreditando na glória, jamais trabalhou “com os olhos voltados para ela”; tampouco pensou que sua vida “pudesse ter qualquer sentido para a posteridade”. Mas, se alguma coisa lhe fosse dado pedir, “apelaria para os amigos, irmãos na fé e no ideal, para que não deixassem estancar nunca as fontes de benemerência e bondade”, pois por menores que tenham sido os préstimos do IBIT, “seu aniquilamento tiraria da população enferma e carente da Bahia um dos poucos oásis de atendimento, caridade e amparo”, sonho pelo qual tanto lutou. Essa era sem dúvida a sua “única aspiração.”<sup>64</sup>

Sua escrita foi uma tentativa de eternizar a si mesmo e ao IBIT. Talvez essa luta contra o esquecimento fosse agravada pelo fato de não ter tido filhos e de ter sido filho único. Não deixaria descendentes que pudessem dar continuidade ao que tinha construído.

### A morte do fisiólogo

José Silveira morreu na sua residência, por falência múltipla dos órgãos, na noite de 03 de abril de 2001. Tinha 96 anos. Seu corpo foi velado no IBIT e de lá transportado para

o Cemitério dos Estrangeiros, vestido de branco, sua farda de trabalho, “em caixão simples”, como desejou. Ele tinha deixado lavrado em escritura, em 1985, o que chamou de meus “últimos desejos”, documento tratando dos encaminhamentos que deveriam ser dados nos momentos finais da sua existência. Era uma tentativa de organizar sua morte, assim como sempre tentou fazer com sua vida. Não queria pompa, nem discurso, mas concluiu: “Não deixem morrer minha Fundação”.<sup>65</sup> Foi enterrado na mesma sepultura em que jazia, há menos de um ano, sua esposa Ivone Silveira, de origem grega, com quem conviveu por 62 anos.

Seu sepultamento, noticiado na primeira página dos jornais *A Tarde*, *Tribuna da Bahia* e *Correio da Bahia*, contou com a presença do Governador da Bahia, César Borges, do Prefeito de Salvador, Antônio Imbassahy, e de empresários como Norberto Odebrecht.<sup>66</sup> Pareceres elogiosos foram publicados de nomes como Heonir Rocha, reitor da Universidade Federal da Bahia e Aleixo Sepúlveda, presidente do Conselho Regional de Medicina da Bahia - CREMEB. O Secretário de Saúde José Maria de Magalhães Netto considerou a morte de Silveira “uma perda irreparável para a medicina baiana”.<sup>67</sup>

A trajetória de Silveira assemelhou-se a de outros médicos que se envolveram com o enfrentamento da tuberculose na primeira metade do século XX: clinicaram, ensinaram, escreveram, publicaram, participaram de

congressos e de Associações Médicas. A criação de uma instituição privada, específica da área de Tisiologia, foi um diferencial, apesar dele não ter sido o único que assim procedeu. Em 1990, Silveira foi um dos onze médicos escolhidos para ser entrevistado na construção do acervo do projeto Memória da Tuberculose, da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, representando reconhecimento por sua atuação profissional.<sup>68</sup>

O IBIT sobreviveu ao processo de descaracterização da Tisiologia enquanto especialidade, ampliando seu campo de atuação e expandindo suas instalações. Foi criado o Hospital do Tórax, transformado, na década de 1980, em Hospital Santo Amaro. Para alcançar seus objetivos, Silveira circulou nos espaços políticos, sem nunca confrontar-se com quem estava no poder. Chegou a afirmar que a “política não era o seu forte”, apesar do caráter político dessa afirmação. Teve apoio financeiro dos governos da Bahia para os seus empreendimentos. Não foi por acaso que, quando da sua morte, o então Senador Antônio Carlos Magalhães apresentou moção de pesar no Senado, subscrita pelos seus correligionários Paulo Souto e Waldeck Ornelas. Referia-se a Silveira como “uma unanimidade”, uma pessoa respeitada e querida, uma das figuras mais “qualificadas do país”, merecendo todas as “homenagens da Bahia e do Brasil”. E prosseguia: “não era político. Não se envolvia com política”.<sup>69</sup>

Por mais que Silveira tenha empreendido outros projetos profissionais, ele sempre se vinculou a tudo que estava associado à tuberculose e à Instituição que criou. E se assim o fez em vida, conseguiu instituir seu legado após a morte. Foi lembrado como um tisiólogo, criador do IBIT. Ironicamente, os jornais *Tribuna da Bahia* e *Correio da Bahia* ora referiram-se ao IBIT como Instituto Brasileiro, ora o chamaram de Instituto Baiano. Realmente, nunca houve uma “grande descoberta” nos domínios da tuberculose que tivesse projetado, nacionalmente, a instituição e seu idealizador, como tanto quis Silveira. No entanto, os eventos que envolveram os momentos finais da sua trajetória mostravam seu incontestável reconhecimento estadual.<sup>70</sup> Nas palavras veiculadas pelo articulista do jornal *A Tarde*, perdia-se o “maior combatente da tuberculose”, deixando de luto “a medicina, a ciência e a Bahia”.<sup>71</sup>

## Notas

- 1 GAY, Peter. *Freud: uma vida para o nosso tempo*. Trad. Denise Bottmann. 16. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 13
- 2 FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Penguin Classics; Companhia das Letras, 2011.
- 3 Parte da discussão aqui realizada encontra-se em SILVA, Maria Elisa Lemos Nunes da. *Do “Centro” para o “mundo”*: a trajetória do médico José Silveira na luta contra a tuberculose. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

- 4 FREUD, Sigmund. *A interpretação dos sonhos*. Edição comemorativa 100 anos. Rio de Janeiro: Imago, 2001.
- 5 José Silveira fez referência aos encontros científicos das quartas feiras em diversos momentos da sua produção. Ver, entre outros, *Revista Arquivos*, v. 8, p. 65, 1949. Ele, em entrevista concedida em 1990 para a construção do acervo Memória da Tuberculose, ressaltou os encontros das quartas feiras. Ver, *Memória da Tuberculose: acervo de depoimentos*. Sobre as reuniões científicas de Freud ver: GAY, Peter. *Freud: uma vida para o nosso tempo*. Obra citada, p.170.
- 6 A revista *Arquivos do IBIT* até 1945 foi uma publicação anual. Nesse período, foram publicados seis volumes, uma vez que os anos de 1941 e 1942 constituíram uma única edição e de 1943 a 1945, outra edição, também única. De 1937 a 1945, os volumes eram iniciados com uma matéria, com foto de algum nome de referência da tisiologia nacional e internacional, seja homenageando-o em vida ou pela morte. A maioria dessas primeiras matérias foi assinada por José Silveira. Nos anos de 1946 e 1947, a revista não foi editada em função da crise mundial do papel ocorrida após a II Guerra Mundial. Ela reaparece em 1948, com outra estrutura. Passa a ser trimestral e introduz os editoriais que, na sua grande maioria, eram assinados por José Silveira. Cada número era dividido em duas partes. Uma parte, contendo os editoriais, os necrológicos e os artigos de um modo geral, quase todos de temas relacionados à tuberculose. Uma segunda parte apresentando as atividades do IBIT, os noticiários de livros revistas, congressos etc. Há a preocupação de incluir em cada número resenhas das obras nacionais e internacionais da área de tisiologia. A impressão que temos é que a partir daí a revista parece querer se apresentar de forma mais elaborada, reforçando o seu “caráter científico”. Em 1965, ela foi denominada *Arquivos Brasileiros de Tuberculose e Doenças do Tórax*. Essa mudança de nome era significativa, no sentido de representar um processo de descaracterização da Tisiologia, enquanto especialidade.
- 7 Considero que a produção memorialista tem um compromisso factual menor do que a produção autobiográfica que se prende,

mais especialmente, a eventos e a datas. De todo modo, a obra memorialística é autobiográfica, assim como essa última também é memorialista.

- 8 As edições desses livros deram-se da seguinte forma: *Vela acesa* (1980) foi publicado pela Civilização Brasileira; *Prado Valladares: idéias, doutrinas e atitudes* (1982), e *Uma doença esquecida: a história da tuberculose na Bahia* (1994), foram editados pelo Centro Editorial e Didático da UFBA; *Pérolas e diamantes* (1984), foi editado pela Fundação Cultural do Estado da Bahia; e *O neto de Dona Sinhá* (1985), foi editado pela PHILOBIBLION, em convênio com o Instituto Nacional do Livro. O livro *A sombra de uma sigla* (1977), foi composto e impresso na Gráfica Econômico e Administração Ltda. Os demais livros foram produções independentes.
- 9 *Diário da Bahia*, Salvador, 21 fev. 1937, p. 3.
- 10 *A Tarde*, Salvador, 6 mar. 1937, p. 3.
- 11 SILVEIRA, J. Discurso pronunciado no ato de criação do IBIT, em 21 de fevereiro de 1937, no Ambulatório Augusto Vianna. In: SILVEIRA, J. *A palavra de José*, Salvador: edição do autor, [s.d.]. p. 20.
- 12 SILVEIRA, José. O Instituto Brasileiro para Investigação da Tuberculose: suas características essenciais. In: *Arquivos do IBIT*, Tomo II, p. 17, 1938.
- 13 SILVEIRA, José. Discurso proferido quando foi empossado o conselho administrativo do IBIT, 3 de fevereiro de 1940. In: *Revista Arquivos*, p. 16, 1940.
- 14 *Idem*, p. 21.
- 15 SILVEIRA, José. *Radiologia da descendente*. Tese de doutorado. Bahia: A Nova Graphica, 1928.
- 16 *A Tarde*, Salvador, 9 nov. 1931. p. 1.
- 17 Ver: NUNES, Fábio de Carvalho. *A mortalidade por tuberculose na cidade do Salvador*. Salvador: Secretaria de Educação e Saúde, 1949. p. 23.
- 18 *Idem*, p. 25.



- 19 Ver: BRASIL. IBGE. Recenseamento demográfico de 1920 e 1940. Não há informação referente a 1930, pois, nesse ano, não houve recenseamento, em função da “revolução de 1930”.
- 20 SANTOS, Mário Augusto Silva. *República do povo: sobrevivência e tensão*. Salvador: EDUFBA, 2001. p. 14-15.
- 21 A Primeira Conferência Nortista de Tisiologia ocorreu em Salvador entre dias 23 a 27 de novembro de 1938.
- 22 SILVEIRA, José. Alocução inaugural da 1ª Conferência Nortista de Tisiologia. *In: Arquivos do IBIT*. Tomo II, p. 73-85, 1938.
- 23 *Idem*, p. 82.
- 24 Ver: NUNES, Fábio de Carvalho. Obra citada p. 27.
- 25 *Revista Brasileira de Tuberculose*, n. 24, ano IV, v. V, out. 1935, p. 1715 a 1764 (encadernação do IBIT). Da mesma forma, Silveira se colocou em 1936, ao publicar o livro *Questões de tuberculose*, no qual apresentava artigos sobre essa temática. Ver: SILVEIRA, José (Org.). *Questões de tuberculose*. Bahia, Brasil: Argeu Costa e Cia. Ed., 1936.
- 26 SILVEIRA, José. *Plano de ação anti-tuberculose*, 1935. (mimeo). O Congresso Regional de Medicina da Bahia ocorreu nos primeiros dias do mês de dezembro. Contou com a participação de médicos que atuavam no estado, professores da Faculdade de Medicina da Bahia, bem como de representantes governamentais. Além da tuberculose esse evento teve como temas de discussão “a lepra, a esquistossomose e a sífile nervosa”.
- 27 SILVEIRA, J. *Plano de ação anti-tuberculose*. Bahia, 1935. p. 10. (mimeo).
- 28 *Idem*, p. 2.
- 29 SILVEIRA, J. *Uma doença esquecida: a história da tuberculose na Bahia*. Salvador: Centro Editorial e Didático/UFBA, 1994. p. 81-110.
- 30 Entrevista realizada com José Silveira. Projeto Memória da Tuberculose. Fita 5, lado A.
- 31 *Idem*, Fita 1, lado A. 1990.

- 32 APEB, Lei 54, de 25 de julho de 1936, cria a Inspeção de Profilaxia da Tuberculose. O decreto 9.961, de 07 de agosto de 1936, aprovou os estatutos da Fundação Santa Terezinha.
- 33 FREYRE, G. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do nordeste do Brasil*. 7. ed. São Paulo: Global, 2004.
- 34 *Idem*, p. 46.
- 35 ALBUQUERQUE Jr, Durval Muniz de. *A invenção do nordeste e outras artes*. Recife: FJN; Massangana; São Paulo: Cortez, 1999. p. 45-48.
- 36 Ver: LEITE, Rinaldo César Nascimento. *A rainha destronada: discursos das elites sobre as grandezas e os infortúnios da Bahia nas primeiras décadas republicanas*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012.
- 37 A Concentração Autonomista da Bahia foi criada em 1933 e desarticulada em 1937 com a implantação do Estado Novo. Reapareceu em 1945, reforçada e ampliada, para fazer frente ao governo de Getúlio Vargas no momento da chamada redemocratização. Ver: SILVA, Paulo Santos. *Âncoras de tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949)*. Salvador: EDUFBA, 2000.
- 38 Ver: SILVEIRA, J. *Vela acesa*, 1980, p. 158.
- 39 No discurso de José Silveira, a modernidade parece controlar a tradição, ao contrário do que identificou Durval Albuquerque no discurso de Gilberto Freyre sobre o Nordeste no qual a tradição controla a modernidade. Ver: ALBUQUERQUE Jr, Durval Muniz de. *A invenção do nordeste e outras artes*. Recife: FJN; Massangana; São Paulo: Cortez, 1999. p. 101.
- 40 ALBUQUERQUE Jr, obra citada, p. 50.
- 41 *A Tarde*, Salvador, 21 fev. 1946. p. 2.
- 42 *Revista Brasileira de Tuberculose*, 1 e 2, 1946, p. 65.
- 43 *Revista Brasileira de Tuberculose*, 1 e 2, 1946, p. 65.
- 44 A história do IBIT, apesar de ter sido referida em diversos livros de memórias de José Silveira, foi objeto do livro intitulado A

*sombra de uma sigla*, publicado em 1977, em comemoração aos 40 anos do Instituto.

- 45 SILVEIRA, J. *A sombra de uma sigla*. Obra citada, p. 58.
- 46 No livro *O alemão do Canela*, Silveira conta que operou Landulfo Alves juntamente com Aristides Maltez. Diz então que lucraram os dois Maltez com o hospital do câncer e ele com o IBIT. Ver: *O alemão do Canela*. Salvador: edição do autor, 1988. p. 15.
- 47 SILVEIRA, J. *A sombra de uma sigla*. Obra citada, p. 62. Silveira enfatizou a ajuda dada pelo empresário e amigo Carlos de Aguiar Costa Pinto (1885-1946) para a construção da sede própria, chamando atenção, de forma agradecida, para o fato de que as dívidas financeiras que o IBIT tinha para com esse empresário foram por ele anuladas antes de morrer.
- 48 APEB, Secretaria de Educação e Saúde, Gabinete do Secretário. Caixa 4024, maço 9.
- 49 Ver, entre outros: SILVEIRA, J; MEDEIROS, Stela. O BCG nos alérgicos. In: *Arquivos do IBIT*, 1948, p. 57-97; SILVEIRA, José; DURVAL, Aloísio. BCG por via oral e alergia infra-tuberculinica. In: *Arquivos do IBIT*, 1948, p. 254-259; MEDEIROS, Stela. *Resultado da vacinação B.C.G. no Brasil*. In: *Arquivos do IBIT*, 1949, p. 43-50; SILVEIRA, J. *O poder protetor do BCG nos alérgicos*. Tese de Concurso, 1949. SILVEIRA, J. B.C.G. versus quimioterapia (Editorial). In: *Arquivos do IBIT*, 1952, p. 63-64.
- 50 SILVEIRA, J. A campanha mundial do B.C.G (Editorial). In: *Arquivos do IBIT*, 1948, p. 55.
- 51 SILVEIRA, José. *É a tuberculose uma doença vencida?* Arquivos do IBIT, v. XII, 1953, p. 1 e 2.
- 52 Arquivos Brasileiros de Tuberculose e Doenças do Tórax. v. XXIV, 1965, p. 1.
- 53 *Vela acesa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 293.
- 54 Silveira considerou os livros “*Vela acesa* (1985), *O neto de Dona Sinhá* (1985) e *O alemão do Canela* (1988) como sendo sua trilogia autobiográfica, e os demais como sendo livros de memórias. Nas suas palavras, em *Vela acesa* se viu a revelar

coisas que jamais pensou interessar. O aplauso o levou a contar um pouco mais. Em *O neto de Dona Sinhá*, superou a fase das memórias de um menino e estudante de medicina simples e deixou fluir as garras mesmo que de felino domesticado, de “uma fera acuada e perseguida”. *O alemão do Canela* foi escolhido como título por ser a forma como os pacientes o chamavam. Talvez por ser alto, louro, assíduo e disciplinado, respeitador dos horários e cumpridor dos acertos. Esse apelido foi assimilado pelos colegas que por “pilhéria” o chamavam fazendo coro com os doentes. Assim, para ele, o livro era “uma homenagem aos caríssimos amigos e aos anônimos enfermos” que atendeu, no longo tempo em que se deu sua formação técnica e se consolidou sua vida profissional (SILVEIRA, 1988, p. 10). Mas ambos os livros enfatizaram a criação e consolidação do IBIT. Três dos seus livros trataram especificamente da história do IBIT e da tuberculose. Aí estariam *A sombra de uma sigla* (1977), *Obstinação* (1992) e *Uma doença esquecida: a história da tuberculose na Bahia* (1994). Mas ele não tem a intenção de respaldar sua análise com documentos. Ele vai contando as histórias a partir de sua experiência. O último livro é também uma compilação do que publicou ao longo da vida. Nos livros *Imagens da minha Devoção* (1975), *Pérolas e diamantes* (1984) e *Paradigmas* (1989), Silveira voltou-se para a produção de crônicas sobre pessoas que foram representativas na sua vida. Assim, tratou de homenagear parentes, amigos, políticos e colegas médicos. Vale ressaltar que nesses livros, entre os homenageados, a presença marcante era mesmo de médicos, especialmente os que se dedicaram à tisiologia e ao IBIT.

- 55 *Colcha de retalhos: ideias, fatos e sugestões*. Salvador: edição do autor, 1990. p. 126.
- 56 *Últimos lampejos*. Salvador: edição do autor, 1993. p. 43-46.
- 57 Entretanto, seu terceiro livro, *A sombra de uma sigla*, escrito com o propósito de ser lançado no evento comemorativo aos 40 anos do IBIT, em 1977, se direcionou especificamente para essa temática. Ver: *À sombra de uma sigla*. Salvador: Gráfica Econômico e Administração Ltda, 1977.

- 58 *Idem*, p. 24.
- 59 SILVEIRA, J. *A sombra de uma sigla*. Obra citada, p. 25.
- 60 *Idem*, p. 24.
- 61 *Idem*, p. 78.
- 62 SILVEIRA, José. *Vela acesa*. Obra citada, p. 14 e 15.
- 63 Silveira, J. *A sombra de uma sigla*. Obra citada, p.78-79.
- 64 SILVEIRA Jose. *O neto de Dona Sinhá*. Rio de Janeiro: Philobliblion / Instituto Nacional do Livro, 1985, p. 270- 271.
- 65 *A Tarde*, Salvador, 5 abr. 2001. p. 3 ; *Correio da Bahia*, Salvador, 5 abr. 2001. p. 3.
- 66 Ver: *A Tarde*, Salvador, 4 abr. 2001. p. 1; *Correio da Bahia*, , Salvador, 4 abr. 2001. p. 1; e *Tribuna da Bahia*, , Salvador, 4 abr. 2001. p. 1. Os três jornais publicaram matéria com a foto de José Silveira.
- 67 *Correio da Bahia*, Salvador, 5 abr. 2001. Poder, p. 3.
- 68 FERNANDES, Tânia Maria Dias (Coord.). *Memória da tuberculose: acervo de depoimentos*. Rio de Janeiro: Fiocruz; Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Nacional de Saúde, 1993.
- 69 *Idem*.
- 70 Em pesquisa realizada nos jornais *Estado de São Paulo*, *Folha de São* e *O Globo* não foi encontrada qualquer referência à morte de José Silveira.
- 71 *A Tarde*, Salvador, 4 abr. 2001. p. 2.

## A TRAJETÓRIA DE ARQUIMÍNIA BARRETO: uma intelectual batista

Elizete da Silva

Este texto discorre sobre a vida da Professora Arquimínia Barreto, mulher negra, nascida no século XIX, que pertenceu à membresia da Primeira Igreja Batista do Brasil, sediada na cidade de Salvador. A atuação dessa Senhora, nos espaços públicos, lhe retirou do anonimato e da segregação, em que viviam os membros do sexo feminino da comunidade religiosa e da sociedade baiana no período.

Longe do estilo biográfico laudatório, vem se desenvolvendo na oficina dos historiadores, narrativas historiográficas que levam em consideração a noção de trajetória. Trata-se de abordagens que se ocupam do percurso cotidiano, das relações de gênero, das pertencas religiosas e identitárias vividas por sujeitos, inseridos nos seus grupos e contextos sociais. Segundo Pierre Bourdieu, a trajetória “significa uma série de posições,

sucesivamente, ocupadas por um mesmo agente (ou mesmo grupo), em um espaço ele próprio em devir e submetido a transformações”.<sup>1</sup>

Para analisarmos a atuação da professora Arquimínia Barreto no contexto da instalação e estruturação da Denominação Batista no Brasil e na Bahia, outro conceito operacional é o de intelectual, visto como uma “criação dos grupos sociais, camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, organizadores de uma nova cultura, de um novo direito etc”.<sup>2</sup> Durante quarenta anos, como membro da Primeira Igreja Batista do Brasil, essa senhora desempenhou um relevante papel como organizadora de uma nova cultura religiosa, educadora, jornalista e polemista arguta em defesa das doutrinas batistas, uma novidade no campo religioso baiano e brasileiro, durante o final do período Imperial e primeiras décadas da República.

## Visões Protestantes sobre a mulher

Embora não tenham mudado essencialmente as concepções a respeito do gênero feminino, os reformadores protestantes do século XVI abriram um leque de perspectivas de participação na vida religiosa às mulheres, que a tradição católica lhes negava. A leitura e o estudo bíblico, no vernáculo, como uma necessidade do fiel protestante,

permitiu, a muitas mulheres, o acesso à leitura e uma motivação para que elas se alfabetizassem.

Com um forte apelo às atividades intelectuais e à moderação dos costumes e do comportamento, a Reforma Protestante atraiu um significativo contingente de mulheres, destacando-se algumas delas em atividades magisteriais e filantrópicas. Acusado de religião de mulheres, o Protestantismo, no entanto, manteve limites claros no que tange à participação feminina: elas conquistaram junto com os homens uma nova relação como fiéis e seguidores da Bíblia, mas ainda desiguais, pois o ministério pastoral continuava um campo masculino onde o acesso feminino foi negado, temendo-se uma completa inversão de costumes.

Seguindo a tradição protestante do sacerdócio universal e a inspiração da leitura bíblica pelo Espírito Santo, essas mulheres capacitaram-se para contestar a submissão feminina, vigorosa no imaginário cristão, pois fora forjada tendo como matriz o mito da responsabilidade de Eva na queda do ser humano. Usando o próprio texto bíblico, as feministas do século XIX passaram a lutar com as mesmas armas contra o androcentrismo vigente no pensamento reformado. Na Convenção dos Direitos da Mulher de Seneca Falls, em 1848, uma ministra dissidente de origem *Quaker* (tremedores em inglês), de nome Lucretia Mott, lavrou o seu protesto: “o rápido sucesso de nossa causa depende dos esforços zelosos e incansáveis tanto de homens quanto



de mulheres para derrubar o monopólio de púlpito e para assegurar às mulheres participação igual aos homens nas várias ocupações”.<sup>3</sup>

Como resultado dessa intensa movimentação por igualdade de direitos, em 1853, Antoinette Brow foi ordenada como a primeira mulher para o exercício do ministério congregacional, quebrando, assim, uma tradição androcêntrica vigente desde o século XVI. Ao longo do século XIX, a luta do movimento feminista norte-americano prosseguiu, incorporando vários setores da sociedade, inclusive mulheres protestantes que formavam a maioria absoluta da população feminina dos EUA.

Resultante da militância de um grupo seletivo de biblistas e exegetas, no final do século, em 1895, e posteriormente, em 1898, publicou-se *The Woman's Bible*, sob a direção de Elizabeth Cady Stanton. Essa obra apresenta uma releitura do texto bíblico referente à mulher, calcado numa rigorosa exegese que colocava por terra a secular teologia protestante, segundo a qual, “a mulher trouxe pecado e morte para o mundo”, precipitando a “queda da raça”. Portanto, deveria ser “julgada nos céus, condenada e sentenciada”.<sup>4</sup>

*A Bíblia da Mulher* constituiu-se em uma verdadeira “pedra de escândalo”, que provocou não só a reação dos setores religiosos e das lideranças eclesiais protestantes, mas estranhamente, da própria Associação Americana do Sufrágio da Mulher. Interessada, naquele momento, apenas, em garantir

o direito de voto ao sexo feminino, não entendeu a dimensão do propósito de Stanton. Esta autora, de origem *Quaker* (os tremedores, em inglês), grupo protestante dissidente, formada na ambiência da livre inspiração do fiel protestante, acreditava na atuação de homens e mulheres como instrumentos divinos e como criaturas feitas à imagem de Deus.

A obra de Stanton mantém a sua atualidade e importância como um esforço hermenêutico, a partir do ponto de vista feminino, demonstrando uma extraordinária acuidade em buscar nas origens das representações religiosas forjadoras da mentalidade e dos valores ocidentais, a matriz de onde se originava a opressão feminina, desvelando o texto bíblico com uma alta crítica exegética e pondo a descoberto o androcentrismo do mundo do Velho Testamento e da Igreja Cristã Primitiva. Não perceberam as sufragistas que, ao fazerem a crítica bíblica, Stanton e suas colaboradoras atingiam, no âmago, a espinha dorsal da cultura norte-americana e o mais poderoso elemento da auto-submissão das mulheres, legitimador da supremacia masculina, conforme tradicionalmente rezava a Bíblia e obedeciam os fiéis protestantes.

*A Bíblia da Mulher* sugeria uma releitura do mito da criação, acrescentando um princípio feminino, em substituição ao Espírito Santo, na composição da trindade: “Pai Celeste, Mãe e Filho seria mais racional.” Contra o primado do homem como imagem de Deus, concluiu que

Deus criou o homem à sua própria imagem, masculina e feminina. Portanto, “as Escrituras, assim como a ciência e a filosofia, declaram a igualdade dos sexos, o fato filosófico, sem o qual não poderia ter havido a perpetuação da criação, nenhum crescimento nem desenvolvimento nos reino animal, nenhum progresso no mundo do pensamento”.<sup>5</sup>

Como uma estudiosa e admiradora das tradições protestantes dos EUA, a professora Arquimínia, certamente, tomou conhecimento de *A Bíblia da Mulher*, porém, seguindo fielmente a orientação dos pioneiros batistas norte-americanos, condenou as biblistas feministas como rebeldes e heréticas.

## O contexto baiano e os primórdios no Brasil

Os missionários norte-americanos Zacharias Taylor e William Bagby escolheram a Província Baiana para iniciar a missão batista pelo significativo fato de a Bahia “ter sido a capital civil e agora ser a capital eclesiástica do País.” Das razões expostas, houve, além das preocupações essencialmente religiosas, fatores econômicos, geográficos e de comunicação, decisivos na escolha do local para o estabelecimento e a expansão da Denominação Batista no território nacional.

Em 15 de outubro de 1882, foi organizada a Primeira Igreja Batista do Brasil, no local denominado Canela, em

Salvador, capital da Província. Inicialmente foi composta por cinco membros: dois casais de missionários americanos e o ex-padre Antônio Teixeira de Albuquerque. A igreja da Bahia é considerada a primeira brasileira exatamente por suas características: além de não ter sido organizada para os fiéis norte-americanos, tinha objetivos missionários e contava em sua membresia com brasileiros. A Igreja de Santa Bárbara D'Oeste, em São Paulo, resumia-se às necessidades espirituais dos colonos norte-americanos. Representando um típico protestantismo missionário, a Primeira Igreja Batista do Brasil foi instalada em Salvador, sob os auspícios da Junta de Richmond, sediada no sul dos EUA.<sup>6</sup>

Para se ter uma visão mais completa sobre as mulheres batistas que viveram em Salvador no final do século XIX e nas três primeiras décadas do século XX, período em que viveu a professora Arquimínia Barreto, torna-se necessário conhecer o universo feminino que predominava na capital baiana de então, ressaltando os diferentes comportamentos ditados por uma sociedade nitidamente dividida em classes e grupos étnicos.

Marcada por relações escravistas ou resquícios escravistas e patriarcais, a sociedade baiana, no período estudado, estendeu às relações homem/mulher a dominação e o autoritarismo, peculiares a intercursos sociais construídos em torno da desigualdade. O espaço público era, preferencialmente, de domínio masculino, enquanto o

espaço privado da casa e do lar reservava-se, exclusivamente, às mulheres, concebidas como seres inferiores que precisavam sempre da tutela masculina de pais, maridos ou filhos e irmãos varões. Condenadas à rotina de um ciclo biológico que incluía o casamento e a maternidade, as mulheres soteropolitanas das classes altas viviam reclusas no interior de suas casas, vivendo a mesmice do cotidiano doméstico.

As mulheres da elite dedicavam-se à administração do lar, dos escravos domésticos, quando os possuíam, e da educação dos filhos, tarefa exclusivamente feminina. Movendo-se essencialmente no círculo doméstico de suas serviçais, as mulheres das classes altas com frequência acompanhavam seus maridos em recepções e jantares, ocasião em que se repetia e se confirmava a subalternidade em que viviam, cotidianamente, em seus lares. Tal constatação foi frequente entre os estrangeiros que visitaram a Bahia e o Brasil.

O Vice-cônsul inglês James Wetherell, membro da Bahia British Church, legou um testemunho substancial de como as relações de gênero, na segunda metade do século XIX, em Salvador, ocorriam de forma androcêntrica e como as mulheres das classes altas, pelo menos, aparentemente, se conformavam com tal situação. Nas suas palavras, nas reuniões, as senhoras sempre se sentavam “entre elas, ao redor da sala” parecendo, “somente olhar umas para as outras e observar os diferentes vestidos”. Os homens pareciam

“realmente olhar para a mulher como sendo de fato um animal inferior”.<sup>7</sup> Não se tratava de constatações apressadas de quem viu um fato, generalizando-o como prática corrente. J. Wetherell morou quinze anos no Brasil, dos quais doze foram vividos em Salvador, inicialmente como negociante, e depois como funcionário consular. Portanto, teve uma larga convivência com a população, demonstrada pela riqueza de seus apontamentos que vão desde a fauna e a flora, até as práticas religiosas de católicos e de afro-brasileiros. Por outro lado, o jovem cônsul chegou a Salvador aos 21 anos, solteiro e desimpedido.<sup>8</sup> Era considerado um belo partido para as jovens casadoiras da elite baiana e por isso mesmo, constantemente convidado para festas, cerimônias de casamentos e outros eventos, como ele próprio registrou nos seus relatos.

Entre os anos de 1865 e 1866, a naturalista Elisabeth Agassiz visitou Salvador, onde foi ciceroneada pelo Reverendo Charles Nicholay, da *Bahia British Church* e, de forma muito sensível, registrou o universo feminino em que as mulheres brasileiras carpiam a fatalidade de serem herdeiras da maldição de Eva. “É impossível imaginar coisa mais triste e monótona do que a existência da senhora brasileira das pequenas cidades... Seus dias decorrem tão descoloridos como o das freiras de um convento e sem o elemento entusiasta e religioso que sustenta estas últimas [...]”<sup>9</sup>

Os saberes científicos também se direcionavam à vida da mulher e como elas deveriam cuidar de si e ilustrar-se

para cuidar bem dos filhos. Adriana Dantas Reis estudou como um certo ideal de higiene tentava padronizar os costumes femininos da sociedade soteropolitana que se queria civilizada. Teses da Faculdade de Medicina da Bahia tratavam da saúde da mulher (aborto, menstruação, doenças sexuais, etc.), da educação física e da moral, da maternidade, da família e do casamento higiênicos.<sup>10</sup> Atitudes moderadas eram um sinal de urbanidade:

Os comportamentos tornaram-se alvo das ideias médicas que tentavam racionalizar e padronizar os costumes femininos. Se antes, as mulheres tinham o direito ao desalinho, agora deveriam seguir regras de asseio apropriadas para o lar, comer com moderação, amamentar, manter a simplicidade no vestir.<sup>11</sup>

A população feminina pertencente às camadas mais baixas da sociedade, que não contava com o suporte material de pais e companheiros provedores, era obrigada a frequentar, cotidianamente, a rua, trabalhar e ganhar o seu sustento e de sua prole na maioria das vezes sozinha. Se tivéssemos que definir com uma palavra a situação feminina no período, diríamos que reclusão exprimiria o universo da mulher das classes altas, e trabalho definiria a vivência feminina das pertencentes às camadas mais baixas. No geral, as mulheres dos segmentos populares tiveram que conciliar o trabalho, para garantir o sustento doméstico, e

a criação dos filhos que muitas vezes as acompanhavam ao local de trabalho.

Lavadeira foi uma categoria profissional muito comum entre as mulheres de baixa renda, que se alugavam para o trabalho de lavagem e passagem de roupas nas casas das senhoras de elite, não afeitas a um trabalho tão pesado e repetitivo. No geral, mães de uma extensa prole, sem contar com a ajuda de terceiros, as mulheres pobres, nos dias de lavagem de roupa, carregavam os seus filhos e montavam precárias lavanderias e cozinhas nas margens dos rios da cidade do Salvador, ainda desprovida dos modernos sistemas de abastecimento de água.

O numeroso grupo de mães solteiras ou desacompanhadas, com a responsabilidade exclusiva da criação dos filhos, foi uma herança nefasta da escravidão. O preceito jurídico “o parto segue o ventre” fazia do filho da escrava um bem do seu senhor, não importando a origem ou paternidade da criança. Além de conceber com dor, a mulher pobre soteropolitana tinha que arcar sacrificialmente com o sustento e a criação dos seus filhos, o que nem sempre acontecia de forma tranquila.

A Abolição da Escravidão e a Proclamação da República não trouxeram mudanças significativas à situação das mulheres pobres. As atividades a elas destinadas eram, em muito, semelhantes às das escravas e forras, visto que a divisão do trabalho ainda excluía, “em 1920, 83,9% das



mulheres do mercado formal de trabalho, espremendo-as, nos dados estatísticos nas profissões “domésticas” ou mal definidas, como nas não declaradas ou sem profissão”.<sup>12</sup> O modelo “rainha do lar” que cuidava da casa e dos filhos com um marido provedor era um estereótipo das classes altas. Para as mulheres pobres, a chefia da família era inerente à sua pobreza.

Paloma Vanderlei estudou as mulheres ganhadeiras em Salvador na Primeira República, concluindo que as mulheres pobres e negras viviam do trabalho na rua, exercendo atividades diversas como, por exemplo, caixeiras, fadeiras, quituteiras, lavadeiras, cozinheiras. Eram elas, e as demais protagonistas do ganho, que ocupavam as páginas policiais, com conflitos e acidentes dos mais variados, seja no ambiente de trabalho ou mesmo nas suas casas. Muitas vezes, residiam com uma ou mais “companheiras”, solteiras, negras ou pardas.<sup>13</sup>

Nesse contexto modernizador em Salvador, “o modo de viver e estar” das camadas populares tornou-se alvo das preocupações daqueles que se empenhavam pela adequação dos hábitos da população citadina, implicando na construção de ideias de civilidade. Neste sentido, recaía sobre a mulher “uma forte pressão”.<sup>14</sup> A professora Arquimínia, embora negra, estaria mais próxima dos valores da elite embranquecida e que demandava virtudes cristãs. “Um novo tipo de mulher era propagado pela imprensa: comportamentos pessoais e

familiares era alvo de especial atenção das elites da cidade. Inúmeros foram os mecanismos de controle para alcançar o tão almejado ideal da família feliz, cristã e saudável! E de uma cidade civilizada!”<sup>15</sup>

Quanto às mulheres da elite, os ventos republicanos e os ares de modernidade que os políticos quiseram implementar, em Salvador, trouxeram poucas mudanças. A sociedade continuava preconceituosamente a exigir o decoro. A mulher solteira e desacompanhada na rua, isto é, aquela que ultrapassava os muros da reclusão doméstica, constituía um verdadeiro desafio aos bons costumes. As religiosas católicas eram forjadoras, juntamente com a família patriarcal, desse modelo de mulher pudica, virtuosa e submissa, que a sociedade baiana acatava como correto e cristão. Um questionamento tímido da condição de subalternidade em que viviam as mulheres baianas só ocorreria no final da década de 1920, com uma espécie de “feminismo religioso” que rejeitava os modernismos do feminismo revolucionário.

Do ponto de vista da cidadania, as mulheres continuavam a ser tratadas como menores e incapazes para o voto. A República continuou a ver a mulher como cidadã de “segunda categoria”. Em 1910, surgiu o Partido Republicano Feminino liderado pela professora Leolinda Daltro, com o objetivo de mobilizar as mulheres para lutar pelo voto. O referido partido não teve sucesso, exatamente pelo seu isolamento e o inusitado de sua plataforma política. Após a

criação da Federação Brasileira para o Progresso Feminino, em 1922, a luta pelo voto feminino ganhou força: em 1927, as mulheres do Rio Grande do Norte votaram nas eleições do estado e municípios; só após cinco anos “como parte de uma nova estratégia de dominação, o voto feminino foi decretado”, estendendo-se a todas as mulheres alfabetizadas.<sup>16</sup>

Quanto à educação formal, as mulheres das classes altas ou tinham preceptoras que ministravam conhecimentos elementares em suas próprias casas, ou frequentavam os colégios femininos católicos onde, além das primeiras letras, aprendiam as artes culinárias preparando-se para o casamento. Algumas continuavam os estudos e diplomavam-se como professoras, não raro para ostentar um diploma, pois quando se casavam, seus maridos não mais permitiam que trabalhassem fora. As mulheres das classes baixas foram as vítimas prioritárias do analfabetismo. Além da precariedade das escolas públicas, atestada nas pesquisas de Ione Celeste Souza, as meninas, desde cedo, tinham responsabilidades no lar, deixando suas mães mais livres para buscar empregos na rua e ocasionando a inexistência de um tempo livre disponível para frequentar a escola. Pobreza e analfabetismo formavam um círculo vicioso na vida dessas mulheres.<sup>17</sup>

Sumariamente, este era o pano de fundo do universo feminino baiano em que as mulheres protestantes transitavam. As batistas se aproximando das mulheres pobres, por motivos de classe e étnicos. Muitas mulheres que

ingressavam na Primeira Igreja Batista eram analfabetas. Os pastores incentivavam o letramento, visando, especialmente, a leitura devocional da Bíblia.

### Arquimínia Barreto: professora, polemista e articulista

Nas comemorações do dia dos Batistas, isto é, dia 15 de outubro de 1882, quando foi instalada a Primeira Igreja Batista do Brasil, *O Jornal Batista*, que circulava nacionalmente, destacava sempre como homenageados os missionários norte-americanos. Às vezes, aparecia o nome do ex-padre Teixeira de Albuquerque, também fundador da primeira instituição eclesiástica batista brasileira, mas nunca foi citado o nome da professora Arquimínia Barreto, convertida e batizada na primeira década da Denominação Batista no Brasil. O trabalho dos varões americanos foi sempre destacado em detrimento dos pioneiros nacionais, dentre eles as mulheres. A despeito dos preconceitos e dos limites da época, algumas delas se destacaram como escritoras, professoras, evangelistas e nas obras assistenciais mantidas pela comunidade.

Arquimínia de Meirelles Barreto nasceu em 1845, no município de Inhambupe, sertão baiano, próximo à região de Canudos. Era filha do Padre Fernando Pinto Meirelles Barreto e de D. Leopoldina Theodolina de Castro. Na época, as famílias de padres eram comuns e extensas. Arquimínia

foi a primeira filha de seis irmãos. Educada pelo pai e dedicada aos estudos, aos trinta anos, mediante concurso, obteve diploma e nomeação para o exercício do magistério público.<sup>18</sup> Lecionou cinco anos no então distrito de Pirajá, periferia de Salvador.

A leitura dos textos escritos da professora Arquimínia revela uma mulher culta, conhecedora de línguas estrangeiras, como o latim e o francês, e que demonstrava profundo conhecimento da História Universal e Nacional. Com tal bagagem cultural, a professora conseguiu adentrar o seletivo grupo do professorado baiano, composto, majoritariamente, na época, por mestres do sexo masculino.

Em 1880, dois anos antes da fundação da Primeira Igreja Batista do Brasil, ela foi acometida por uma grave doença, recebendo da Província da Bahia uma licença de seis meses para tratamento de saúde.<sup>19</sup> Nesse período, ela teve as primeiras informações sobre as doutrinas batistas, através da leitura de folhetos evangélicos. Em fevereiro de 1893, Arquimínia Barreto e sua irmã, Jaqueline Barreto Dias, deram profissão de fé na Primeira Igreja Batista, após terem demonstrado “claramente a sua fé em Jesus como seu Salvador”.<sup>20</sup> Ambas foram batizadas pelo missionário norte-americano Zacharias Taylor.

No período em que se tornou membro do grupo batista, Arquimínia era uma experiente professora, de 48 anos, casada e mãe de duas filhas. O matrimônio durou

pouco para as expectativas da época. Logo após sua filiação à Denominação Batista, o marido passou a persegui-la, não concordando com as novas doutrinas religiosas que abraçara. Certamente, após ameaças de abandoná-la caso permanecesse na Igreja Batista, cumpriu sua promessa, deixando a casa e as duas filhas sob sua responsabilidade.

Provavelmente o desenlace conjugal trouxe problemas, porém a mestra não sofreria tanto como as outras irmãs mais pobres da comunidade religiosa: tinha uma profissão e um emprego público que garantiram seu sustento e o das filhas. Quem sabe se o próprio fato de ter independência financeira não teria sido um incentivo para separar-se do marido autoritário e “incrédulo,” que não aceitava a sua nova opção religiosa? Por outro lado, esse episódio demonstra que a submissão ao marido tinha limites nítidos, sendo a obediência a Deus mais forte que os laços conjugais, como talvez pensassem a professora Arquimínia e as suas companheiras da membresia batista. Porém, isto revela, também, certa independência e autonomia de mulheres que eram capazes de romper laços conjugais para manter a adesão a um novo credo religioso, fato inusitado numa sociedade onde as mulheres viviam sob a tutela masculina, desprovidas de iniciativas.

Arquimínia Barreto considerava o catolicismo a sua primeira confissão religiosa, como paganismo, e admitia que só saíra da cegueira espiritual quando conheceu as doutrinas

evangélicas. Referiu-se às dificuldades que lhe sobrevieram após a conversão às doutrinas batistas, nos seguintes termos:

Suportei por muitos anos, esta cegueira espiritual, desejei ardentemente iluminar a minha pátria, tão digna de melhor sorte, a fim de elevarmos o nosso espírito para o infinito. Bem sabia eu que uma idéia desconhecida é sempre mal recebida; mas, que importa? A verdade, cedo ou tarde triunfará.<sup>21</sup>

A filiação de uma professora, filha de padre, foi aceita com bastante receptividade pelo grupo religioso. Tratava-se de fato, de um duplo prestígio: o primeiro, ter na membria, formada majoritariamente por classes baixas, um membro ilustrado e com dotes intelectuais inegáveis e, em segundo lugar, legitimava as doutrinas batistas capazes de converter os mais ferrenhos católicos, demonstrando a falência do catolicismo enquanto doutrina religiosa. O concurso de Arquimínia na expansão e consolidação do trabalho batista no Brasil foi de fundamental importância. De imediato, a liderança percebeu que a professora poderia ir muito além do seu papel de mãe ou professora da Escola Dominical, papéis tradicionalmente reservados às mulheres batistas.

Professora Arquimínia foi uma intelectual orgânica, uma assídua militante da Denominação Batista, disposta a levantar a pena e os seus conhecimentos na argumentação apologética do seu grupo religioso. Seus dotes intelectuais

foram reconhecidos, imediatamente, pelos líderes eclesiásticos batistas: “era uma especialista, uma sábia mulher, de reconhecida erudição, como uma *sholar*, que conseguira grande conhecimento na esplêndida biblioteca de seu pai”.<sup>22</sup> Em 1899, Arquimínia Barreto, seis anos após ter sido batizada, publicou, na *novel* imprensa batista, um trabalho comparando o catolicismo com as “sãs doutrinas evangélicas”.

O livro fora o resultado de uma solicitação de Taylor, que, embora versado nas doutrinas batistas, reconhecia suas limitações na língua portuguesa e nos liames e enraizamentos afro-católicos da religião majoritária dos brasileiros. Em sua autobiografia, o Reverendo Taylor rememorou que sugeriu a professora Arquimínia que usasse os seus talentos para o trabalho de Deus e que escrevesse artigos no jornal mensal e um livro que apresentasse “as verdades do Evangelho”.<sup>23</sup>

Arquimínia Barreto era a pessoa talhada para tal missão. Na dedicatória do livro feita ao Reverendo Taylor, credita a ele a inspiração e o ânimo necessários na elaboração do tratado, “digno pastor do evangelho que me aconselhastes a escrever um trabalho mais amplo. A princípio desanimei, porém sempre me destes coragem para o trabalho espiritual que pode vir um dia libertar o nosso país da corrupção, com que os deuses falsos costumam entorpecer os nossos corações.”<sup>24</sup> Em *Mitologia Dupla*, Professora Arquimínia, demonstrando um profundo conhecimento da mitologia



greco-romana, argumentava que o catolicismo, vivido no Brasil, não passava de paganismo revitalizado com outras práticas supersticiosas de origem africana, nada tinha de Cristianismo.

Na segunda edição de *Mitologia Dupla*, em 1925, o missionário W. E. Entzinger, responsável pela Casa Publicadora Batista, escreveu um prefácio reconhecendo a importância do trabalho de Arquimínia como escritora, “recomendando o seu nome à posteridade batista brasileira, como a mais preclara escritora que até aqui tem aparecido nas nossas fileiras”.<sup>25</sup> Não era um elogio desmerecido: dentre as mulheres batistas de sua geração, a professora Arquimínia sobressaiu-se como articulista de grande visibilidade. Evidentemente, para conquistar tanto prestígio na Denominação Batista, a autora manteve-se nos limites da ortodoxia, argumentando sempre em favor de uma prática conservadora e que não ameaçava o *status quo*. Escreveu ainda artigos evangelísticos, em que resgatava a primazia das doutrinas evangélicas em detrimento da falácia e da “miscelânea do catolicismo”.

Quando os batistas brasileiros precisaram de uma polemista à altura da Professora Amélia Rodrigues, que defendia as doutrinas católicas nas páginas do *Mensageiro da Fé*, órgão noticioso católico que circulava em Salvador, foi a professora Arquimínia Barreto a escolhida para responder e replicar a argumentação de sua colega católica, o que fez

com brilhantismo nas páginas da *Mensagem*, periódico batista que circulava na Bahia, e no *Jornal Batista*, de tiragem nacional. Lastimável que Arquimínia e Amélia Rodrigues tenham gasto tantas energias e conhecimentos em defesa da fé que defendiam e em nenhum momento tivessem descoberto os laços que as uniam enquanto mulheres e o quanto ambas poderiam contribuir para a “elevação humana” de suas companheiras. Eram duas inteligentes professoras em campos opostos e a serviço de cleros e hierarquias misóginas, guiadas por cabeças masculinas.<sup>26</sup>

### Concepções sobre as mulheres

Desde o início do estabelecimento da Denominação Batista na Bahia, as missionárias preocupavam-se com a conversão das mulheres. Havia uma espécie de divisão sexual do trabalho, em que os missionários homens faziam a evangelização dirigida ao sexo masculino e as missionárias ocupavam-se em arrebanhar as mulheres e organizar as sociedades femininas. Em 1883, o Reverendo Bagby referindo-se às tarefas da Sra. Anne Bagby e da Sra. Katherine Taylor na Igreja Batista do Brasil, assim escreveu no seu relatório: “as senhoras agora acham que suas oportunidades serão gradativamente maiores, e esperam começar sem demora trabalho ativo e regular entre as mulheres e crianças daqui.” As missionárias organizaram uma classe de estudos

bíblicos específica para as mulheres: “Sra. Bagby já conseguiu que várias mulheres prometessem assistir um estudo bíblico, e espera ganhá-las da idolatria e superstição para o lado da liberdade e a luz do evangelho de Jesus”.<sup>27</sup>

O trabalho proselitista entre as mulheres rendeu frutos, tanto que elas eram maioria entre a membresia da Primeira Igreja Batista. As mulheres eram incentivadas a participar da vida eclesiástica e deveriam preparar-se, adquirir conhecimentos, e não se conformar com o obscurantismo que se vivia “o dia já se passou quando as mães ficavam ignorantes e os maridos educados. Uma mulher crente deve procurar INFORMAR-SE E EDUCAR-SE. Nós temos de ensinar os nossos filhos a dar os seus primeiros passos no mundo, por isso precisamos nos instruir bem”.<sup>28</sup> A Escola Dominical e a escola anexa, onde os adultos também eram recebidos, de fato, se constituíam em espaços onde a maioria das mulheres batistas, sem escolaridade, podia receber uma formação básica.

Nas primeiras décadas, as mulheres participavam do cântico congregacional, do coral, recitavam poesias e textos bíblicos. No entanto, nas assembleias elas não podiam falar. Caso alguma irmã quisesse se pronunciar, teria que comunicá-lo a um irmão homem para que ele o fizesse em voz alta à congregação. Poderiam votar, porém, na verdade, tratava-se de um voto sem peso e certamente com as vicissitudes do “voto de cabresto” que reinava na política dos coronéis baianos

naquele momento. Parafraseando Michelle Perrot, dir-se-ia que na história do protestantismo, a questão do poder, de quem tem a competência para deliberar e administrar, está no centro das relações entre homens e mulheres.<sup>29</sup>

Só a partir de 1916, as mulheres começaram a falar nas sessões e a participar das comissões que administravam as atividades eclesiásticas. Inicialmente, participavam apenas da comissão de sociabilidade, isto é, da comissão que providenciava a ornamentação do templo, as reuniões de congregamento, as festas de Natal, atividades consideradas tipicamente femininas. No entanto, convém ressaltar que apesar dessa mudança qualitativa, os relatores dessas comissões eram sempre homens, mantendo-se a primazia masculina. Fica a indagação: as mulheres batistas aceitavam passivamente tal situação ou também faziam as suas estratégias silenciosas de resistência?

Gradativamente as mulheres foram se tornando e se fazendo necessárias e até imprescindíveis para o razoável funcionamento do grupo. Embora tenham conseguido algumas conquistas que lhes permitiram maior participação na vida eclesiástica, ao longo desse período, as mulheres batistas continuaram a ser alijadas do direito de se ordenarem como ministras.

Se por um lado elas eram tolhidas e silenciadas, encontravam uma espécie de compensação num espaço que era essencialmente feminino e onde poderiam, desde que

tivessem competência e escopo espiritual, transformar-se em líderes com ativa participação. A Sociedade de Moças e de Senhoras constituía-se em um lócus privilegiado de sociabilidade feminina, evidentemente com objetivos religiosos, de troca de experiências sobre a educação dos filhos e a administração do lar, sem a tutela e a presença masculinas. As sociedades femininas eram fortes e muito presentes na vida eclesiástica. Tinham como finalidade precípua o crescimento espiritual das sócias e o apoio às tarefas proselitistas.<sup>30</sup>

Na esfera do discurso, o pensamento batista elevava a mulher a um patamar de dignidade, equiparado ao homem, na prática, entretanto, houve profundo desencontro entre o concebido e o vivido no dia-a-dia tanto no lar, quanto na vida eclesiástica. É bem verdade que a ênfase no discurso da igualdade feminina era uma grande novidade na sociedade soteropolitana da época, onde todas as tentativas emancipacionistas eram minimizadas ou ridicularizadas. No entanto, ao nível prático das relações de gênero, os batistas continuaram a manter as tradicionais representações femininas e a definir os papéis masculino e feminino, seguindo os padrões vigentes na sociedade circundante.

Em um dos seus artigos, na Seção Feminina do *Jornal Baptista*, a professora Arquimínia doutrinava as mulheres a permanecerem no âmbito privado familiar e não aspirarem atividades públicas ou extra casa, pois “não é nos

negócios do Estado, mas nos da família, que uma mulher deve mostrar o seu tino, a sua bondade a sua prudência, e, sobretudo, a sua moral e religião”. Recomendava, ao sexo feminino, preocupar-se com a beleza interior e cultivar virtudes santas: “A mulher pois, que quiser corresponder a sua missão sublime nesta vida, deve adornar-se de modéstia, de fortaleza, de amabilidade, de virtude de discernimento, de energia e de verdade, a fim de aprender a ciência que mais lhe convém, isto é, a do regime doméstico”.<sup>31</sup> Certamente que a articulista Arquimínia Barreto, como professora e mulher bem informada, deveria conhecer a movimentação feminista no exterior e algumas tentativas tímidas que já se faziam no País. No entanto, ela buscou nos androcêntricos textos do Velho Testamento, o embasamento de suas ideias de forma anacrônica e fundamentalista. Retirava a sua inspiração dos conselhos atribuídos ao polígamo rei Salomão, que reconhecia como “mulher virtuosa, aquela que o seu valor excedia a rubis e diamantes, a mulher que administrava a sua casa”.<sup>32</sup>

Os papéis reservados à mulher circunscreviam-se aos limites do lar: mãe, filha e esposa. Em uma série de artigos, a articulista batista tratou do tema, argumentando de per si cada papel, destacando os deveres inerentes a cada um deles e aconselhando a melhor forma de desincumbir-se. A maternidade era considerada como a mais importante e sublime tarefa “imposta pela palavra de Deus, pela

sociedade e pela mesma natureza à mulher.” Ser mãe não era uma escolha que o sexo feminino fazia voluntariamente, porém era uma ordem divina a que a mulher não podia desobedecer. Consoante com a visão sexista da teologia reformada, resgatava-se a Eva maldita e a sua concepção como punição pelo seu pecado de induzir o homem à queda. Assim, a maternidade lhe foi imposta como castigo, mas ao mesmo tempo como triunfo sobre o inimigo, porquanto da mulher havia de nascer o Divino Salvador da humanidade.

Elisabeth Stanton estava plenamente correta no seu projeto de fazer uma leitura da Bíblia sob o ponto de vista feminino, pois o patriarcalismo antigo havia contaminado todo o texto das Escrituras e, qualquer tentativa de mudança relativa às condições de vida da mulher, necessariamente teria que passar pela desmistificação das representações bíblicas sobre a figura feminina, que poderosamente permeava toda a cultura ocidental e, particularmente, o protestantismo que se implantou no Brasil.

Seguindo as máximas bíblicas, acreditava a articulista Arquimínia Barreto que, tendo sido iludida pela serpente, a mulher estava vivendo em transgressão e que de tal estado de “prevaricação ela só se libertaria pela maternidade: ela se salvaria pelos filhos que der ao mundo se permanecer na fé e caridade e em santidade com modéstia”.<sup>33</sup> Interpretação do texto tão literal não subsiste a argumentos minimamente elementares, a exemplo de como ficariam as mulheres

solteiras que nunca procriaram, ou então, bastaria ter filhos para ganhar a salvação eterna?

Na perspectiva de Arquimínia, a mulher, como parte mais fraca, tem a maternidade com dores, o seu ato sacrificial de purgação dos pecados e com ele transforma-se em mãe abençoada, pura e virtuosa. Ter filhos era uma tarefa socialmente imposta à mulher casada, sendo objeto de escárnio, aquelas que não procriavam. Embora o protestantismo não aceitasse o dogma da imaculada virgindade de Maria após o nascimento de Cristo, do ponto de vista simbólico continuou-se a cultivar o estereótipo da virgem ou da mãe exemplar, de uma mulher assexuada, sem desejos, fadada a manter relações sexuais apenas para perpetuar a espécie humana. No papel de filha, cabia à mulher obedecer a seus pais e amá-los, “deve honrar seus pais nada fazendo sem os consultá-los; mesmo o bem.” Esperava-se ainda, que a boa filha devesse ser grata e reconhecida pelos esforços de seus genitores, além de “socorrê-los na velhice ou na pobreza, e suportá-los na enfermidade. Se forem mais sábios não se gloriem, pois a seus pais o devem: em tempo nenhum sejam ingratos, pois a mordedura de uma serpente é menos cruel que a ingratidão de um filho.”<sup>34</sup>

Segundo a articulista do *Jornal Baptista*, o casamento era “uma obrigação da natureza e que dominava a vida dos cônjuges.” Certamente ao expressar tal opinião, ela tinha



em mente os conselhos bíblicos de que “era melhor casar do que abraçar-se.” Isto é, o instinto sexual estava presente no ser humano, notadamente no sexo masculino, e em função disso, e para manter uma vida pura e digna, os cristãos deveriam limitar suas atividades sexuais dentro dos laços do casamento, oficialmente, reconhecido. Recomendava-se amor recíproco entre o casal, no entanto pedia-se à mulher que resignadamente aceitasse a falta de afeto nos homens em nome da paz e da manutenção dos “laços indissolúveis” do matrimônio. A esposa era sempre concitada a perdoar: “o amor produz mais heroísmo nas mulheres, do que a ambição nos homens; por esta causa tomamos a liberdade de aconselhar a esposa que sentir-se menos amada, o sacrifício de perdoar ao seu esposo as suas fraquezas, e vencê-lo pela paciência”.<sup>35</sup>

Na visão da professora Arquimínia, as mulheres deveriam ser diligentes, trabalhadoras, pois “a boa esposa nunca deve ficar ociosa, porque a ociosidade é como a ferrugem.” Legitimava-se o comportamento subserviente da esposa e o autoritarismo dos maridos ao considerar como natural as exigências masculinas em relação às tarefas domésticas. A mulher tinha obrigação de cuidar da casa para “alegrar seu marido na volta do trabalho. Deve ter todo o cuidado, mesmo nas coisas menores, para não se expor ou sofrer uma censura de seu esposo e muitas vezes uma censura justa”.<sup>36</sup> Cabia à esposa também a educação dos seus

filhos. Educação que deveria ser feita baseada nos postulados bíblicos, pois, só assim, as boas esposas contribuiriam para salvar a “pátria da podridão do pecado”.<sup>37</sup>

Ao longo do artigo da professora Arquimínia, não havia alusão alguma à satisfação da esposa como mulher e ser humano que tivesse desejos pessoais, projetos próprios, ou mesmo que ela precisasse ser companheira do marido também no plano erótico-afetivo. Ao contrário, o modelo de esposa concebido pela mestra batista era de uma mulher serviçal, tarefaira, assexuada, sem vida própria e que vivia em função dos desejos do marido e da criação dos filhos, conforme recomendavam os ensinamentos bíblicos e exigia a sociedade soteropolitana.

Certamente, essas mulheres viveram tensões provenientes do desencontro entre o discurso emancipacionista e a prática cotidiana, conservadora e machista. Mas a religião, ou a teologia como discurso elaborado e sistemático dava-lhes respostas e atenuantes muito eficazes: os problemas e as dificuldades dessa vida seriam transformados em glória futura no céu. Ademais, o fato que realmente pesava era que diante de Deus elas eram iguais aos seus maridos, elas eram amadas e protegidas igualmente e, na comunidade, recebiam a acolhida e a solidariedade necessárias para se colocarem dignamente como pessoas, mas sempre dentro dos limites “de sua condição de mulher.”

Nesse mundo privado, onde estavam reservados os papéis de filha, esposa e mãe como uma fatalidade, como ordens divinas para serem obedecidas, a única possibilidade de atividade pública disponível para a mulher era o papel de professora. Prioritariamente, as mulheres batistas deveriam dedicar-se “aos negócios da família”, mas se algumas delas fossem capacitadas, poderiam também ser mestras e exercer a nobre tarefa de educar gerações, pois “um povo bem educado pode também levantar o seu país a grandes eminências, à nobreza, e à felicidade”.<sup>38</sup>

No período, considerava-se o magistério como um sacerdócio, como atividade extensiva e similar à educação dos filhos, que era uma tarefa, eminentemente, feminina. No entanto, na Bahia do século XIX e primeiras décadas do século XX, o maior número de mulheres que passaram a se dedicar ao magistério como profissão não foi resultado de nenhuma concessão masculina. Marta Leone Lima em um estudo sobre Magistério e Condição Feminina sugere que “os baixos salários e as péssimas condições de trabalho foram as razões que propiciaram o afastamento dos homens do magistério, ao mesmo tempo que tornava-se gradativamente uma profissão feminina [...]”.<sup>39</sup>

Como mestra pública, Arquimínia Barreto deveria vivenciar todos os problemas sofridos pelo professorado baiano no período. No entanto, nos seus escritos ressaltou apenas as máximas do pensamento androcêntrico vigente,

declarando que “a experiência tem mostrado que o sexo feminino presta-se perfeitamente para o ensino”.<sup>40</sup> Na ótica da articulista, a mulher batista, como professora, poderia exercer um papel de suma importância, que era o de ensinar a verdadeira religião, a moral evangélica. Em tom patriótico, conclamava as mestras a exercerem seu dever:

Avante, pois, mulheres brasileiras, façam um sacrifício de nossas forças em prol da nossa terra natal; ide ao menos espalhando pela infância flores de virtude perfumadas de bondade; a fim de ver se o amor e a verdade ainda podem ter a força de abalar o cheiro nauseabundo de tanta podridão social.<sup>41</sup>

O artigo dirigia-se a um reduzidíssimo número de mulheres: apenas quatro mulheres foram identificadas como professoras na Primeira Igreja Batista, em Salvador e nas outras comunidades do país, certamente, seguir-se-ia tal tendência. As missionárias brasileiras, as mestras das mulheres batistas, foram exímias professoras. O Colégio Taylor Egydio, por exemplo, surgido em Salvador, em 1898, sob a direção da professora Laura B. Taylor, recrutou a maioria do professorado entre as missionárias.

Em um artigo intitulado *A Mulher como Esposa*, Arquimínia afirmou: “o conhecimento das nossas obrigações é o mais importante de todos os nossos conhecimentos. A esposa deve saber as suas obrigações e cumpri-las.” E

as suas obrigações eram obedecer ao marido, cuidar bem dos filhos e manter a ordem da casa. Exorta a esposa a “ser fiel e dedicada no [plano] material, para vos apresentardes sem mancha e sem ruga ao verdadeiro Esposo das nossas almas.” Numa leitura alegórica do Cântico dos Cânticos, livro que compõe o cânone bíblico, mas que se apresenta como um poema erótico que destaca o amor entre um casal, Arquimínia Barreto sugeria que as mulheres só encontrariam o verdadeiro prazer no Reino dos Céus, isto é, revestida de um corpo espiritual, usufruiria o “verdadeiro gozo espiritual”: “o êxtase da vossa alegria, já passada toda a amargura deste deserto, ouvireis a melodiosa voz do Esposo Celeste dizer-vos: “Quem é esta que sobe do deserto inundando de delícias, firmada sobre o seu amado?”<sup>42</sup> Na visão da articulista, na vida cotidiana de esposa, a mulher só encontraria amargura e aridez. O êxtase da alegria, do prazer de gozar as delícias do amor como a esposa do texto bíblico, ela só viveria na sua vida futura, no reino celeste. Fruto de uma leitura moralista, ou da própria vivência do casamento mal sucedido, Arquimínia não via possibilidade de uma interpretação que levasse em consideração o contexto e se aplicasse de fato às relações erótico-afetivas entre um casal, e sim uma alegoria do amor entre Cristo e sua Igreja.

Coerente com essa interpretação, o corpo é o templo do Espírito Santo e o sexo serve apenas para a perpetuação da espécie. As mulheres casadas, muito menos as solteiras, não

deveriam buscar na prática sexual nenhum prazer, nada que lembrasse os prazeres da carne. O corpo tem de ser rotinizado no trabalho diário, para dar lugar às obras do Espírito. A interpretação do Cântico dos Cânticos seguia a polêmica e o desconforto que alguns exegetas sentiam frente a um texto tão erótico e desconcertante. Os batistas não queimaram o livro-poema, conservaram-no no cânone bíblico, mas o desfiguraram tanto que os apelos e as declarações de amor da sulamita e do seu pastor apaixonado se transferiram para uma dimensão escatológica. As “delícias do amor” só se consumam no plano espiritual.

Sob o título *A mulher e o Romanismo*, Arquimínia Barreto escreveu um longo artigo para provar que a Igreja Católica nada tinha a oferecer para a felicidade da mulher, pois se tratava “de uma religião falsa, uma religião hipócrita”. Após criticar a prática da confissão católica como algo despidorado, a articulista pergunta de forma retórica: “que exemplo de modéstia poderá dar a uma mulher no romanismo os seus sacerdotes tão vaidosos, tão cheios de amor próprio? Homens que se idolatram a si mesmos, e tiranizam os outros serão modestos?” E responde de forma enfática:

[...] a infeliz mulher sujeita ao romanismo não pode ter o verdadeiro pudor, modéstia, verdade e sabedoria [...] a mulher no romanismo não encontra segurança nem consolação ela se acha em um terreno estéril como os arredores do Vesúvio; e a mulher no Cristianismo pisa

firme, sobre um solo feliz abençoado onde correm arroios de leite e de mel.<sup>43</sup>

Deixando clara a distinção que fazia entre o Catolicismo e o verdadeiro Cristianismo, seguido pelos batistas, Arquimínia prosseguiu na sua argumentação, convocando a “História como testemunha dos tempos”. Ela referiu-se a um conjunto de mulheres católicas com seus “costumes licenciosos e ações sanguinárias”, a exemplo de Maria Stuart, Maria Tudor, Irene e Catharina de Medicis, “ricas rainhas que encheram o mundo de sangue e vergonha”. Ao contrário, mulheres pobres e pacifistas tiveram seus nomes e vidas escritos no Evangelho, como “Maria de Nazareth, virtuosa mãe do Salvador, Maria Madalena, pecadora regenerada por Jesus, Thabita realizando boas obras e a mulher de Samaria, divulgadora da mensagem de Jesus aos samaritanos”.<sup>44</sup>

Ao contrapor o modelo de mulher católica versus mulher protestante, ressaltando os benefícios que o credo reformado e o verdadeiro Cristianismo bíblico trouxeram para a condição feminina, entrava no debate um forte componente que era o anticatolicismo dos batistas. O que os artigos de Arquimínia Barreto traziam como novidade era o fato de terem sido escritos por uma “cabeça feminina”, conhecedora do catolicismo, professora e filha de padre, educada nas doutrinas católicas.

Concordava que o Cristianismo dava direitos à mulher, mas não de se lançar em espaços públicos. “Quando a mulher, sob o influxo da doutrina cristã, conhecer todos os seus direitos não diremos que vá para as praças fazer *meetings* políticos, povoar as academias de medicina e direito, tomar lugares no parlamento e na magistratura, desertando do lar onde ela é rainha, mas que fará valer perante o mundo os seus justos direitos”.<sup>45</sup>

Aparentemente contraditórios aos elogios emancipacionistas do Cristianismo, era a condenação da luta feminista encetada em nível político e social. A contradição é só aparente, porque de fato os batistas acreditavam, no âmbito do discurso, que o Cristianismo igualava homens e mulheres. No entanto, apesar desse legado de emancipação, o protestantismo mantinha na prática a primazia do homem em detrimento da autonomia feminina. Por outro lado, avessos às manifestações políticas, os batistas condenavam a politização das reivindicações femininas por igualdade de direitos. Organizações e sociedades com caráter reivindicativo soavam sempre aos batistas como movimentos suspeitos que questionavam o *status quo*. Portanto, o fiel batista delas deveria afastar-se, cabendo-lhe como tarefa a obra evangelística e a difusão do Cristianismo, capazes de mudar a sociedade e dar à mulher “a posição de dignidade” que ela deveria ter “junto ao homem.”

Embora mantivesse a androcêntrica representação da mulher como rainha do lar, os batistas tentavam seguir os



ventos progressistas das novas ideias a respeito da mulher, evidentemente dentro dos limites do grupo e sem extrapolar para organizações emancipacionistas. Afirmavam que o “sexo frágil” já não era tão frágil e que as mulheres deveriam instruir-se e buscar espaços dentro da nova sociedade moderna e progressista

O programa feminista de A Bíblia da Mulher, liderado pela Sra. Elisabeth Stanton e direcionado às senhoras batistas, estaria no mesmo rótulo do feminismo confuso e absurdo do ponto de vista bíblico, “cheio de liberdade e licenciosidade”, pois a agenda de reivindicações incluiria desde uma nova leitura dos androcêntricos textos bíblicos questionados no que se refere à sua veracidade hermenêutica, até a assunção do pastorado pelo sexo feminino. O fundamentalismo batista não suportava tanta radicalidade hermenêutica, muito menos tanta bravura política que as feministas apresentavam naquele momento! O máximo que as mulheres batistas se permitiam, era a simpatia pela Associação Christã Feminina, que congregava mulheres evangélicas, com uma proposta de trabalho assistencialista, sem conteúdo reivindicatório.

No campo católico baiano ocorria um processo similar. Maria Amélia Almeida conclamava a professora Amélia Rodrigues, escritora católica de destaque e fundadora da Liga Católica das Senhoras Bahianas, a congregar as mulheres católicas em torno da fé e de obras assistenciais. Condenava o feminismo revolucionário e defendia “o

ideal do bom feminismo que, portanto, se desenha nítido, belo sem confusão possível como o outro: é dar meios de existência menos dolorosa ao sexo feminino, sobretudo às pobres desamparadas que precisam ganhar seu pão como operários”.<sup>46</sup> Pelo menos no conservadorismo, batistas e católicas estavam muito próximas ao defenderem o “feminismo cristão, o bom feminismo” contra os “meetings políticos do feminismo revolucionário.”

Dir-se-ia que o “feminismo cristão” dos batistas seria uma espécie de meio termo, “uma terceira via”, contrária ao patriarcalismo opressor da mulher, sem, contudo, aceitar o feminismo militante, defensor da igualdade de direitos e oportunidades entre os gêneros. Uma espécie de alternativa de acomodação frente a um problema que tendia a crescer no interior da comunidade, e ao mesmo tempo mantinha as práticas conservadoras, vigentes na sociedade circundante. Apesar de todas as diferenças doutrinárias, embora com trajetórias pessoais semelhantes, as ideias emancipacionistas do gênero feminino de Amélia Rodrigues e Arquimínia Barreto tocavam em um ponto comum que foi o “feminismo cristão,” admitido, com toda a carga conservadora, tanto por batistas, quanto por católicas, num recurso estratégico de manutenção do *status quo* feminino de suas membezias, frente ao avanço das ideias feministas radicais, no Brasil.

Em 1921, após muitos embates teológicos, Maude Royder conquistou o púlpito da Catedral Anglicana de St.

Paul, em Londres, sendo a primeira mulher pregadora da Igreja Anglicana com permissão do seu Reitor, mas sob protesto do Bispo. As pregações da sufragista inglesa tiveram repercussão internacional. Em Salvador, o jornal *O Imparcial* noticiou o fato como uma vitória do feminismo.

A nova pregadora participou de vários debates sobre a tese se as mulheres podem ser admitidas como sacerdotes, fazendo citações do Novo Testamento, tentando provar que a missão do sacerdócio foi conferida por Jesus Cristo, em Jerusalém, tanto aos homens como às mulheres [...].<sup>47</sup>

Certamente, Arquimínia Barreto tomou conhecimento do fato, mas não comentou nos jornais batistas, nos quais era articulista assídua.

Cabe registrar que a professora não escreveu apenas nos jornais denominacionais, publicando artigos evangelísticos e apologéticos das doutrinas Batistas nos jornais locais, a exemplo do Diário de Notícias, periódico que circulava em Salvador.

### Concepções sobre ciência

No século XXI, parecem estranhas as disputas religiosas no espaço escolar, porém no final do XIX e nas primeiras décadas do XX elas existiram. As escolas,

contendo clérigos católicos entre seus professores, utilizavam catecismos como material didático. Ione Souza, estudando a cultura escolar na Bahia, identificou uma solicitação de materiais feita por um professor do arraial de Sant’Anna da Aldeia, na Bahia, ainda no último ano da década de 1860, contendo entre a “Relação dos objetos precisos” para um “maior desempenho das funções” da aula: “Relógio, Coleções de Exemplos Ciências de Bom Homem Ricardo, Aritméticas, Padre Segur Catecismos, Gramáticas e Silabários Caligrafias”.<sup>48</sup>

Longeva em sua existência, professora Arquimínia Barreto, atravessou o século, presenciou a abolição da escravidão, a proclamação da República, a instalação da liberdade religiosa no país e os esforços dos protestantes para se estabelecerem no campo religioso brasileiro. Em 1910, a mestra batista também testemunhou mais uma passagem do cometa Halley na terra. Os acontecimentos astronômicos sempre despertaram o interesse e provocavam no imaginário popular o medo do desconhecido, de uma provável catástrofe enviada por Deus para castigar os pecadores. Jean Delumeau estudou o medo no Ocidente e como esses temores foram alimentados na pastoral católica e pelo sermonário apocalíptico.<sup>49</sup>

O histórico cometa, estudado pelo cientista inglês Edmund Halley desde o século XVII, de quem recebeu o nome, em mais uma aparição no planeta terra provocou

na Europa, nos EUA e no Brasil intensa curiosidade e, ao mesmo tempo, medo e histeria coletiva em alguns setores da população. Em maio de 1910, o *Diário de Notícias* publicou uma série de reportagens sobre os efeitos da passagem do Cometa e algumas reações: “O cometa de Halley, o afamado cometa, ainda não está disposto a deixar de influir nas coisas de cá do nosso planeta. O falado vagabundo das alturas já inundou a França, já fez chover no Ceará e tem praticado muitas outras coisas boas e más”<sup>50</sup>

Os cientistas e intelectuais baianos também estavam preocupados com o cometa e decidiram fazer conferências públicas sobre o Halley, liderados pelo futuro Governador Otávio Mangabeira. Segundo um periódico soteropolitano:

A comissão acadêmica abaixo subscrita, comunica ao público que, não podendo efetuar-se ontem, no Paço da Câmara Municipal a conferência do Dr. Octávio Mangabeira sobre o cometa Halley, e achando-se o Politeama em concertos, a conferência se realizará hoje, no Teatro S. João.<sup>51</sup>

Através de reportagens e transcrição de artigos da imprensa europeia, especialmente do Observatório Romano, o *Diário de Notícias* tentava esclarecer aos seus leitores os efeitos do Cometa Halley:

O cometa de Halley, agora já passou à mínima distância do Sol, ao passo que está se encostando à Terra”. O efeito do encostamento à Terra provoca ao cometa um aumento contínuo de claridade, porquanto vai afastando-se do Sol: o efeito máximo será no dia 19 de maio, mas, naquele dia, o astro projetar-se-á em cima do sol e por isso para ver-se bem o cometa, é preciso observá-lo pela manhã, depois das 4 horas da madrugada, a leste e isto até a 10 ou 12 de maio e depois esperar a noite de 20 de maio e as noites seguintes, para observar, ao poente, um astro de magnífico efeito. É muito provável que o cometa se enxergue a olho nu até por todo o mês de junho.<sup>52</sup>

Não tivemos acesso a algum estudo histórico que tratasse da repercussão do Cometa Halley na sociedade brasileira, porém, analisando algumas fontes da época, é possível afirmar que, além do interesse dos cientistas e intelectuais, provocou uma intensa curiosidade popular e reações variadas. O poeta feirense Godofredo Filho, que na época da passagem do astro tinha apenas seis anos de idade, registrou num poema dedicado a Feira de Sant’ Ana suas impressões: “minha infância morta/minha terra/foi lá que eu vi o cometa de Halley/no transparente azul da fria madrugada”.<sup>53</sup> Na década de 1980, já octogenário, o poeta feirense foi entrevistado e de forma lírica revelou como sua existência foi marcada pela visão do Halley: “Viu na fria madrugada feirense de maio de 1910 e temos esperança

(ó esperança!) de revê-lo em 1986... Impressionou-nos tão vivamente, foi para nós uma espécie de fio condutor, a “estrela” a cuja trajetória, num céu imaginário, prendemos nosso destino”.<sup>54</sup> Em 9 abril de 1910, o jornal *O Município*, de Feira de Santana, publicou na primeira página um longo artigo sobre o Cometa Halley, explicando detalhes da sua trajetória, os avanços astronômicos e as pesquisas dos observatórios europeus.<sup>55</sup> No jornal *Folha do Norte*, o Cometa Halley recebeu o apodo de vagabundo: “ já não é necessário se afrontar o frio das madrugadas, para observar o famoso vagabundo de cabeleira que, a 18 do mês findo, passou próximo da terra, numa distância de 25 quilômetros...”.<sup>56</sup> Ao que parece, o Dr. Octávio Mangabeira tornou-se uma autoridade científica na trajetória do Halley. As informações detalhadas sobre o cometa foram extraídas de uma missiva expedida pelo político baiano, referenciada pelo periódico feirense. De forma irônica, também, noticiou que um rapaz de 18 anos, pardo e aguadeiro, ficou olhando para o céu “a procura do Halley, quando plantou o pé direito num fragmento de vidro”.<sup>57</sup>

Quando da passagem do Cometa Halley na Bahia, em 1910, a professora Arquimínia estava residindo e lecionando em Pojuca, recôncavo baiano, para onde havia sido transferida. Essa tinha sido mais uma de suas várias remoções impostas como castigo por ser protestante e querer ensinar as doutrinas evangélicas aos seus alunos.

O Padre do município de Pojuca resolveu fazer uma procissão e anunciou a possibilidade de haver chegado o fim do mundo. Enquanto a professora Arquimínia permanecia sossegada em sua casa com os seus familiares, a população dirigiu-se “à praçinha da Igreja Católica, onde se fez erguer um enorme cruzeiro para abrigar o povo que, apavorado, aglomerou-se em torno da cruz a rezar e cantar esperando o fim do mundo.” Por ter sido contrária àquela histeria coletiva, alimentada pela “desinformação popular e o oportunismo do padre”, Arquimínia foi intimada pelo clérigo a retirar-se da cidade. Não se intimidando, pediu providências ao Chefe de Polícia, exigindo garantias de vida e liberdade de culto conforme prescrevia a Constituição do País.<sup>58</sup>

O incidente entre a professora Arquimínia e o padre católico serviu de inspiração para a publicação de um artigo em *O Jornal Baptista*, acusando duramente a Igreja Católica de explorar a ignorância dos seus fiéis para extorquir bens e lucros financeiros. A racionalidade teológica dos batistas não coadunava com a datação de episódios para marcar o fim do mundo. Por outro lado, tão arguta e curiosa Arquimínia deve ter acompanhado as informações sobre o Cometa Halley e manteve-se na moderação costumeira dos que “têm certeza da salvação e não temem a morte”. Segundo Delumeau: “nos setores protestantes a pregação alarmante fez-se cada vez mais discreta e ocupou finalmente menos lugar do que no espaço que permaneceu católico”.<sup>59</sup>



Em 26 de maio de 1910, *O Jornal Baptista* publicou uma pequena matéria sobre a passagem do Cometa Halley, ressaltando que “passou, felizmente, sem consequências funestas, a não ser alguns suicídios de neurastênicos e explorações por parte de certos miseráveis que de tudo se servem para tirar proventos pecuniários”. Além de criticar a superstição e a falta de conhecimento dos avanços da Ciência, o periódico batista foi drástico contra a religião majoritária: “houve indivíduos que andaram vendendo uma oração em forma de cruz que, como de praxe, foi ditada por um anjo a uma menina”.<sup>60</sup>

Outro aspecto a se considerar em relação à posição de Arquimínia Barreto, frente aos avanços da Astronomia e da ciência em geral naquele momento, prende-se ao fato dos protestantes sempre terem se autoidentificado com o progresso e as inovações científicas, proclamando-se arautos da civilização e da modernidade. Tal visão se contrapunha, fatalmente, ao atraso do catolicismo, ao analfabetismo dos países católicos e ao desenvolvimento tecnológico dos países protestantes. Nas páginas de *O Jornal Baptista*, vários artigos ressaltavam as descobertas científicas e a biografia dos cientistas, protestantes ou originários de países de maioria reformada.<sup>61</sup> Mesmo que recomendasse que a melhor ciência era a economia doméstica, a mestra Arquimínia aprendeu bem a lição com os pioneiros norte-americanos e reproduzia, competentemente, essas

concepções anglo-saxônicas que beiravam o darwinismo social ou o etnocentrismo.

A passagem do Cometa Halley também despertou o interesse dos outros grupos protestantes. *O jornal Esthandarte Christão*, dos episcopais anglicanos, publicou artigos sobre a trajetória do cometa e ressaltou o papel da Ciência na compreensão da natureza criada pela mão divina: “A Ciência nos auxilia, agora, a melhor compreender a criação de Deus, e é mais fácil confiar nele, quando a dita Ciência nos afirma sobre o cometa Halley, cortar duas vezes a órbita da terra, humanamente falando, não há a menor possibilidade de uma colisão com o nosso planeta”.<sup>62</sup>

Convém ressaltar que um segmento da elite política anticatólica pensava que o protestantismo traria ao Brasil, atavicamente, o progresso material e crescimento intelectual. Ideias que se coadunavam perfeitamente com o pensamento Batista. A curiosidade e inclinação da elite brasileira para o sistema republicano e a cultura dos EUA podem ser atestadas na prática política de Ruy Barbosa e Tavares Bastos, dois políticos que ainda na vigência do Império, ou seja, da oficialidade da Igreja Católica, ressaltavam os benefícios que a introdução do protestantismo traria para o desenvolvimento do Brasil. O gosto pelo debate e a crítica ao ultramontanismo do catolicismo serviram como incentivo para que Ruy defendesse, em nome do liberalismo, o “protestantismo que nasceu da liberdade da consciência individual”.<sup>63</sup>

A vinculação estreita do analfabetismo com o catolicismo foi um tema recorrente na literatura Batista, constituindo-se em parte significativa do seu discurso e de sua estratégia evangelística em busca de novos prosélitos. Admitiam os líderes Batistas que, mesmo que Arquimínia Barreto tivesse feito sua formação intelectual sob a direção do seu genitor católico, após o seu ingresso na comunidade Batista, ela aperfeiçoara cada vez mais os seus conhecimentos.

### O outono da venerável mestra

A misoginia dos líderes batistas era tão grande que ao elogiar a combatividade e a argúcia literária da professora Arquimínia, no seu necrológio, o redator de *O Jornal Baptista* não titubeou em dizer que a “veneranda irmã D. Arquimínia Barreto, professora aposentada do Estado, tinha um caráter másculo e cristão”.<sup>64</sup> Consideravam que a firmeza de caráter e a fidelidade eram privilégios da personalidade masculina, improváveis de serem encontradas no sexo feminino.

Embora a iconografia indique que Arquimínia Barreto era afrodescendente, não houve qualquer referência à sua negritude nas fontes consultadas. No período, ainda não se contava com o papel pedagógico dos movimentos negros. Os missionários norte-americanos eram brancos e nada divulgavam da movimentação dos Batistas negros norte-americanos pelos direitos civis. Ione Celeste Souza

estudou a cultura escolar na Bahia, no período, concluindo que muitas famílias afrodescendentes incentivaram os seus filhos a profissionalização como mestres, uma estratégia de mobilidade social.<sup>65</sup> O pai de Arquimínia poderia ser branco e sua genitora negra, as fontes pouco esclarecem. O certo é que a filha do padre de Inhambupe tornou-se mestra, garantindo uma profissão pública que lhe assegurou autonomia financeira, sem precisar contar com um marido provedor, como era a prática no final do século XIX.

Após longa enfermidade, a professora partiu aos oitenta e sete anos. Em sessão da Primeira Igreja Batista, o “pastor propôs que se lançasse em ata alguns trabalhos da vida cristã da morta”.<sup>66</sup> A irmã falecida era um modelo de mulher a ser seguido pela comunidade, “para servir de exemplo e estímulo especialmente às novas gerações,” conforme escreveu o redator de *O Jornal Baptista* no editorial intitulado “Professora Arquimínia Barreto”, lamentando o seu falecimento e elogiando o seu trabalho de escritora fecunda que, pelo seu zelo, energia e competência, escreveu em jornais e panfletos.

Entre os batistas baianos, o desaparecimento da mestra foi lamentado nas páginas do *Libertador dos Batistas Independentes* e de *O Batista Bahiano*, pertencente à Convenção Batista. Este último destacou os seus dotes de escritora: “esta serva devotada e fiel serva do Senhor, passou para as mansões dos justos no dia 20 de janeiro do corrente.

Nunca tivemos o privilégio de conhecê-la pessoalmente, mas sim através de seus trabalhos literários. Foi uma serva heroína”.<sup>67</sup>

Arquimínia Barreto teve uma existência longa para desempenhar os papéis que defendia para as mulheres. Foi uma filha obediente e uma esposa fiel. Mesmo após ter sido abandonada pelo marido, em pleno vigor, permaneceu só e não há informação de que tenha buscado outros relacionamentos conjugais. Como mãe, educou as suas filhas e sobrinhos desamparados, e viu os filhos de suas filhas nascerem no regaço de seu lar. Como mestra, dedicou-se ao ensino básico público, no interior, principalmente no recôncavo baiano. Na vida eclesiástica, desempenhou atividades importantes como professora da Escola Dominical, evangelista, escritora, polemista e jornalista, ou seja, ela foi uma verdadeira intelectual a serviço da consolidação da Denominação Batista.

No Brasil, a ordenação de mulheres protestantes apenas ocorreria na segunda metade do século XX, entre Anglicanos, Luteranos e Presbiterianos Ecumênicos. A Convenção Batista Brasileira discute a ordenação feminina há três décadas, ainda sem uma posição oficial. Apesar das restrições, várias mulheres se destacaram como líderes, professoras, apologistas e intelectuais de seus grupos religiosos. Arquimínia Barreto ultrapassou, em muito, o que estava estabelecido como papéis femininos na Denominação Batista e na sociedade

baiana nas primeiras décadas do século XX. Isso não ocorreu gratuitamente. Foi, em primeiro lugar, resultado da competência profissional e intelectual demonstrada por ela e, em segundo, mas num mesmo grau de importância, o fato de a professora ter prestado um serviço fundamental na divulgação das doutrinas Batistas, e o fazia seguindo discursos e representações, a partir de uma ótica masculina, coadunada com o pensamento da liderança do grupo.

Arquimínia M. Barreto muito honrou os Batistas, pois refletia limpidamente o perfil do fiel abnegado e temente a Deus e da mulher virtuosa e submissa, modelo a ser seguido pelas demais. Por outro lado, a trajetória da professora Arquimínia se adequava aos novos modelos de conduta feminina que a elite republicana brasileira queria construir.

## Notas

- 1 BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papirus, 1996. p. 81.
- 2 GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. São Paulo: Círculo do Livro e Civilização Brasileira, 1982, p. 6.
- 3 *Apud* REUTHER, Rosemary, R. *Sexismo e religião*. Trad. Walter Waltmam e Luiz Marcos Sander. São Leopoldo, RS: Sinodal, 1993. p. 166.
- 4 STANTON, Elisabeth. *The womans bible*. Boston: Northeastern University, 1993. p. 7.
- 5 *Idem*, p. 1.

- 6 SILVA, Elizete da. *Cidadãos de outra pátria: Anglicanos e Batistas na Bahia*. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- 7 WETHERELL, James. BRASIL Apontamentos sobre a Bahia 1842-1857. Salvador: Banco da Bahia, 1972, p.134
- 8 Livro de Registro de Residência de Estrangeiros, Maço 5659 p. 310.
- 9 AGASSIZ, L e Elisabeth C. Agassiz. *Viagem ao Brasil: 1865-1866*. São Paulo: Cia Editora Nacional. 1938. p. 336.
- 10 REIS, Adriana D. *Cora: lições de comportamento feminino na Bahia do século XIX*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 2000. p. 113.
- 11 *Idem*, p. 147.
- 12 FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. *Salvador das mulheres: condição feminina e cotidiano popular na Belle Époque imperfeita*. 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1994. p. 25.
- 13 VANDERLEI, Paloma. “Mamãe-bote, ganhadeiras, quituteiras”: sociabilidades, identidades e representações nas ruas de Salvador (1900-1930.) Salvador: CEAO/UFBA, 2008.
- 14 *Idem*.
- 15 *Idem*, p. 4.
- 16 COSTA, Analice Alcântara. *La mujer en el poder local em Bahia-Brasil: la imbricacion de lo público y lo privado*. México: UNAM, 1995. p. 222. Mimeo.
- 17 SOUSA, Ione C. Prover as aulas, regular o tempo: uma leitura sobre a cultura escolar na Bahia oitocentista. In: SILVA, J. C. Araújo; LUZ, J. A. R. *História da Educação na Bahia*. Salvador: Arcádia, 2008.
- 18 BARRETO, Arquimínia. *Mitologia dupla ou religião católica e sua máscara*. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1971. p. 17.
- 19 Leis e Decretos. Livro 11, p. 16
- 20 Livro de ATAS da Primeira Igreja Batista do Brasil, n. 248, p. 235.

- 21 BARRETO, Arquimínia. Obra citada, p.10.
- 22 TAYLOR, Zacharias. *The rise and progresso of baptist mission in Brazil*. EUA: Cuachita University, 1969. p.122.
- 23 TAYLOR, Z. Obra citada.
- 24 BARRETO, Arquimínia. Obra citada, p. 10.
- 25 BARRETO, Arquimínia. Obra citada, p. 7.
- 26 SILVA, Elizete da Obra citada.
- 27 *Foreing Mission Journal*, Fev. 1883. p. 3.
- 28 *O Jornal Baptista*, 30 maio 1904. p. 7.
- 29 PERROT, Michelle. *Mulheres públicas*. São Paulo: Ed. UNESP, 1998. p. 184.
- 30 SILVA, Elizete da. Obra citada.
- 31 BARRETO, A. *O Jornal Baptista*, 30 jan. 1904. p. 5.
- 32 Bíblia Sagrada.
- 33 BARRETO, A. *O Jornal Baptista*, 10 mar. 1904. p. 5.
- 34 BARRETO, A. *O Jornal Baptista*, 30 jun. 1904. p. 5.
- 35 BARRETO, A. *O Jornal Baptista*, 30 jun. 1904. p. 5.
- 36 BARRETO, A. *O Jornal Baptista*, 30 jun. 1904. p. 5.
- 37 BARRETO, A. *O Jornal Baptista*. 30 jun. 1904. p. 5.
- 38 BARRETO, A. *O Jornal Baptista*. 30 jun. 1904. p. 5.
- 39 LIMA, Maria Marta Leone. Magistério e Condição feminina. In: COSTA, Analice. *Ritos, Mitos e Fatos Mulher e Gênero na Bahia*. Salvador: NEIM/UFBA, 1997, p.134.
- 40 BARRETO, A. *O Jornal Baptista*. 30 de agosto de 1904, p. 5.
- 41 BARRETO, A. *O Jornal Baptista*, 30 de agosto de 1904, p.5.
- 42 Cântico dos Cânticos, 8:5,7: 7-8. Bíblia Sagrada. In: BARRETO, A. *O Jornal Baptista* , 30 jun. 1904 jun. p. 6.
- 43 BARRETO, A. *O Jornal Baptista*, 20 jan.1904. p. 5.
- 44 BARRETO, A. *O Jornal Baptista*, 20 jan. 1904. p. 5.
- 45 BARRETO, A. *O Jornal Baptista*, 02 dez. 1915 jan. p. 2.
- 46 ALMEIDA, 1986



- 47 *O Imparcial*, 30 jul. 1921. p. 3.
- 48 APUD, SOUSA, Ione Celeste. Obra citada, p. 8.
- 49 DELEMEAU, Jean. *O pecado e o medo: a culpabilização no Ocidente*. Bauru, SP: EDUSC, 2003. v. II.
- 50 *Diário de Notícias*, 12 maio 1910.
- 51 *Diário de Notícias*, Bahia, 18 maio 1910.
- 52 *Diário de Notícias*, Bahia, sábado, 18 maio 1910.
- 53 GODOFREDO FILHO. Secretária de Cultura e Turismo. Salvador, EGBA, 1999. p. 26.
- 54 GODOFREDO FILHO. *Revista Sitientibus*, 1984. p. 90.
- 55 *O Município*, 09 abr. 1910. p. 1-2.
- 56 *Folha do Norte*, 04 jun. 1910, p. 2.
- 57 *Folha do Norte*, 23 abr. 1910. p. 3.
- 58 BARRETO, A. Obra citada, p. 21.
- 59 DELEMEAU, Jean. *O pecado e o medo: a culpabilização no Ocidente*. Bauru/SP: EDUSC, 2003. v. II., p. 434.
- 60 *O Jornal Baptista*, 26 maio 1910. p. 1.
- 61 SILVA, Elizete da. Obra citada.
- 62 *Esthandarte Cristão*, 30 abr. 1910.
- 63 SILVA, Elizete da. Obra citada.
- 64 *O Jornal Baptista* 20 mar. 1930 abr. p. 3.
- 65 SOUSA, Ione C. Prover as aulas, regular o tempo: uma leitura sobre a cultura escolar na Bahia oitocentista. In; SILVA, J C. Araújo; LUZ, J.A.R. *História da Educação na Bahia*. Salvador: Arcádia. 2008.
- 66 Livro n. 3 de Atas da Primeira Igreja Batista, ata n. 44, p. 29.
- 67 *O Baptista Bahiano*, fev./mar. 1930. p. 6.

A OBRA DE MANUEL QUERINO:  
análise de uma trajetória intelectual  
(Bahia, 1851-1923)

Maria das Graças de Andrade Leal

Pistas de uma trajetória

Enquanto território a ser desbravado no âmbito da micro-história, como unidade de observação analítica, Manuel Querino (1851-1923) impõe-se no roteiro das biografias, por tratar-se de um indivíduo emblemático que polemizou e debateu com as esferas intelectuais, e de poder, ao revelar protagonistas ausentes na historiografia tradicional. Negro, oriundo das camadas populares, sintetizou, em um único sujeito, diversas possibilidades para a compreensão das muitas dimensões que constituíram a vida de um homem e da sociedade em que viveu. É o que se revela ao esmiuçarmos as suas interferências nos processos de transformações

vivenciados nos meados do século XIX e primeiros anos do XX na Bahia. Ora militando na política partidária, reivindicando direitos sociais e políticos aos trabalhadores, negros, africanos, mestiços, pobres, ora atuando nos campos de luta como artista, professor e intelectual, Querino movimentou-se nos mais diferentes espaços de sociabilidade, traduzindo experiências de outros sujeitos com os quais conviveu.

Estudar a vida desse homem significa retirar do anonimato sujeitos sociais comuns e esquecidos da memória social que, através do seu testemunho, são trazidos à luz do conhecimento histórico. A sua individualidade, caracterizada pela complexidade de ações que empreendeu na sociedade, o distingue entre tantos outros que viveram e interferiram nos rumos sociais, políticos e culturais da Bahia em um período de significativas transformações sociopolíticas marcadas, sobretudo, pela Abolição da Escravidão e Proclamação da República.

Querino merece uma atenção diferenciada, pois a intensidade de sua vida estava ainda para ser revelada. O que se conhecia sobre o político, intelectual, professor, artista, restringia-se a alguns ensaios biográficos, produzidos após a sua morte, em 1923, em forma de necrológios, que reproduziam informações baseadas em depoimentos de contemporâneos como Teixeira Barros (1916), Antonio Vianna (1923) e Gonçalo de Athayde (1932). Nascido em

Santo Amaro da Purificação no recôncavo baiano a 28 de julho de 1851, sua filiação é cercada de interrogações. No texto de batismo consta ser filho legítimo de José Querino e de Luiza. Foi batizado aos cinco meses de idade, na Igreja Matriz de Santo Amaro, tendo como padrinho Joaquim da Silva Victor. Ao lado do registro, uma anotação: Manoel menor, filho natural. Algumas suposições podem ser levantadas em torno das pistas sobre a sua filiação: poderia ter ocorrido, no ato de registro do batismo, um equívoco ou uma dúvida do escrevente quanto à situação legal da união dos pais de Querino? Por não ter a mãe o sobrenome correspondente, poderia ela ser uma escrava e só mais tarde teria adotado o sobrenome do seu senhor ou sua senhora Rocha Pitta? Ou ainda, teria ela formalizado a união com o casamento? Ao compararmos o batismo com o registro de casamento as interrogações aumentam: consta ser filho legítimo de José Querino com Dona Luzia (e não Luiza) da Rocha Pitta, e no de óbito diz ser “ilegítimo de Maria Adalgisa”. Poderia ter sido criado, por algum tempo, por Maria Adalgisa ao ficar órfão de pai e mãe?<sup>1</sup>

Tornou-se órfão de pai e mãe, aos quatro anos de idade, vitimados pela epidemia do cólera que assolara o recôncavo baiano em 1855. A partir de então, sob a tutela do Bacharel, Professor e Político Manuel Correia Garcia, a cidade do Salvador se constituiu no palco das suas realizações. Pelas qualificações do tutor, ele teria iniciado Querino no estudo

das primeiras letras e no aprendizado do ofício de pintor. Manteve-se sob a tutela do referido Professor até os 16 ou 17 anos de idade, quando teria se deslocado para a Província de Pernambuco e, de lá, para a do Piauí, onde fora recrutado para a guerra do Paraguai.

Serviu na qualidade de inferior no Exército Brasileiro de 28 de julho de 1869 a 6 de setembro de 1870.<sup>2</sup> Pelas suas habilidades, certamente por saber ler, escrever e contar, permaneceu no Rio de Janeiro, servindo como escriturário do seu Batalhão. Com a morte de Francisco Solano Lopez, em 1870, a guerra deu-se por terminada, quando teria sido promovido a cabo de esquadra, conseguindo baixa do serviço militar em outubro do mesmo ano, e retornado à terra natal. Carregava na sua bagagem experiências vividas no contexto de grandes manifestações sociais e políticas no Império brasileiro que culminaram na Abolição da Escravidão e Proclamação da República. A conjuntura da guerra proporcionou alterações consideráveis no modo de pensar a sociedade, especialmente por parte das camadas populares e escravizadas.

### Aspectos profissionais: um artista multifacetado

A década de 1870 foi, para Manuel Querino, um período de aprendizados e exercícios nas quatro áreas de conhecimento e ação em que se ocupou ao longo da vida –

trabalho artístico, educação, política e produção intelectual. De volta a Salvador em 1871, matriculou-se nos estudos preparatórios do recém-criado Liceu de Artes e Ofícios da Bahia (1872) e iniciou seu aprendizado de francês e de português no Colégio Vinte e Cinco de Março, enquanto trabalhava como pintor-decorador em obras de construção civil. Segundo Miguel Chaves, ex-diretor do Liceu de Artes e Ofícios, Querino teria integrado o grupo de artistas que aderiu à ideia de fundação do Liceu, “tendo assinado uma das listas paroquiais e se seu nome não [figurava] entre os instaladores da velha instituição [foi] porque só contribuiu com a primeira quota em 1874”.<sup>3</sup> Em 1874, foi distinguido em francês, obtendo aprovação plena em português.<sup>4</sup>

Do Liceu seguiu o seu mestre Miguel Navarro & Cãnizares na criação da Academia de Belas Artes (1877), participando da sua instalação, quando contratado para os serviços profissionais de pintor-decorador, por ocasião das reformas do Solar Jonathas Abbott, local inicial de instalação. Ali, diplomou-se Desenhista (1882), onde também cursou Arquitetura. Pela falta de professor que lecionasse a cadeira de Resistência dos materiais e estabilidade das construções, não conseguiu obter o respectivo diploma. Manuel Querino teve, na Academia, seu nome destacado entre os alunos fundadores.<sup>5</sup> Ainda estudando arquitetura, em 1883 elaborou, para o Congresso Pedagógico do Rio de Janeiro, um plano “Modelos de casas escolares adaptadas ao clima do

Brasil”. Este trabalho foi apresentado pelo Professor Antônio Bahia, o que se pode inferir que, por ser o autor negro e pobre, não teria condições sociais, raciais e nem prestígio profissional para efetivamente estar presente no referido evento. Mesmo assim, o *Jornal de Notícias* reconhecia o seu trabalho, ao lhe reconhecer como “artista de merecimento”, por elogiar o primeiro trabalho de arquitetura do referido estudante, o que revelava “a sua aptidão para ela (arte)”.<sup>6</sup> A princípio, esse projeto arquitetônico de casas escolares pode ser considerado como a primeira produção apresentada a um público intelectualizado no referido evento e na imprensa local. Seu nome passou a ser citado, o que se constituiu em passo essencial para os desdobramentos futuros, nesta área de atuação.

Como aluno e depois expositor das principais instituições educacionais abertas ao público modesto, o Liceu de Artes e ofícios da Bahia e a Academia de Belas Artes, Querino foi premiado com medalhas de bronze, prata e menção honrosa, conquistando reconhecimento profissional. Em 1885, foi nomeado membro do júri na Exposição da Escola de Belas Artes, iniciando sua inserção no universo intelectual da cidade.<sup>7</sup>

Ainda no campo das artes, Querino, além de ter realizado obras de pintura decorativa e, provavelmente, pintura de cavalete, produziu trabalhos didáticos sobre desenho linear e geométrico (*Desenho Linear das Classes*

Elementares (1903) e Elementos de Desenho Geométrico – compreendendo noções de perspectiva linear, teoria da sombra e da luz, projeções e arquitetura (1911)), supondo-se serem as primeiras elaborações intelectuais que dedicou à arte, na perspectiva do que atualmente concebe-se como *design*.<sup>8</sup> Outras se seguiram na perspectiva histórica, o que lhe garantiu o lugar de pioneiro na história da arte. Como historiador da arte, deixou registrado em artigos, depois reunidos em dois livros, seu testemunho, baseando-se na memória, estudos e pesquisas apoiadas, sobretudo, na oralidade, que ainda hoje são importantes fontes de informações para os estudiosos da área: As Artes na Bahia (escorço de uma contribuição histórica), de 1909, e Artistas Bahianos: indicações biográficas (1909).

Como pintor-decorador e desenhista, ele expandiu a sua atuação dedicando-se ao magistério, na função de professor de desenho para as classes populares, e ao funcionalismo público, na antiga Repartição de Obras Públicas. Além da sua profissão de artista, desenvolveu atividades intelectuais no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), a partir das quais viabilizou a divulgação dos seus trabalhos sobre artes, artistas e operários, tradições culturais da Bahia colonial, imperial e republicana, africanos e sua participação na formação da identidade brasileira. A sua experiência de trabalhador e artista garantiu-lhe requisitos importantes para tratar, em sua escrita, sobre a situação das artes, da



educação e dos artistas e operários no novo regime que pretendia “civilização” e “progresso”.

As múltiplas habilidades artísticas de Querino também foram objeto de atenção de Antônio Vianna, jornalista e consócio do Instituto Geográfico Histórico da Bahia, como podemos observar na passagem abaixo:

Confesso-me incapaz de analisar ponto a ponto sua operosidade. Da sua arte disseram os mestres que era conscienciosa, e por isto mesmo o tornou mestre.

No traço geométrico, no modular da escala cromática, no pincel ou na flauta ou no violão, em qualquer desses elementos artísticos o notaram como sabedor.

Se não figurou nas galerias imortais dos pintores ou nos arquivos diletos dos executores clássicos, nem por isto deixou de revelar aquelas qualidades que o elevaram à estima julgadora dos seus coevos.<sup>9</sup>

Apesar da lacuna existente sobre a sua produção artística, a obra que criou se constituiu em fonte de informações sobre as artes e artistas do passado colonial, imperial e republicano. Também se transformou em foco de polêmicas levantadas sobre a autenticidade e a veracidade dos dados informados.

## Política e militância

Manoel Querino foi militante das causas dos trabalhadores livres e escravos e de outras questões sociopolíticas que afetaram diretamente os interesses das “classes artísticas e operárias”. No contexto dos movimentos abolicionista e republicano, participou dos respectivos debates acompanhando os acontecimentos e publicando, na imprensa local, artigos sobre o tema da escravidão.<sup>10</sup>

A sua fase de militância político-partidária (1876-1899) foi significativa o suficiente para serem identificadas dimensões pouco referenciadas sobre os rumos do nascente movimento operário na Bahia e sua participação no processo de constituição do regime republicano. Da sua base operária, Querino enveredou pelo mundo da política partidária, integrando-se aos movimentos sociais relacionados às causas das liberdades, da democracia e da cidadania, direcionados, sobretudo, aos interesses da população trabalhadora, englobando trabalhadores manuais, artífices, artesãos, operários. No Império, militou no trabalhismo, participando da criação da Liga Operária Bahiana (1876) e, na República, foi um dos fundadores do Partido Operário (1890), a partir do qual foi conduzido ao Conselho Municipal, assumindo o cargo de Conselheiro por duas legislaturas (1891-1892 e 1897-1899).

A Liga Operária Bahiana se constituiu, para Manuel Querino, em porta de entrada para a sua atuação política. Ali, tornou-se um representante das classes trabalhadoras, uma das primeiras lideranças da nascente classe operária baiana e interlocutor dos negros junto aos poderes constituídos, militando em um movimento sociopolítico mais amplo no “guarda-chuva” do abolicionismo. Como militante, foi considerado “uma das primeiras lideranças classistas do movimento operário baiano”,<sup>11</sup> ou ainda “pioneiro do Trabalhismo no país”,<sup>12</sup> fundou dois jornais – *A Província*, que circulou entre os anos de 1887 e 1888 e *O Trabalho* em 1892 – os quais debatiam sobre as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores.

No Conselho Municipal, Querino esteve envolvido em diversos debates sobre assuntos variados. A sua maior contribuição, contudo, esteve relacionada à urbanização da cidade do Salvador. Elaborou e apresentou projetos voltados à ordenação dos serviços públicos e a obras de melhoria das condições urbanas, à regulação do uso do solo, etc. O tema que afligia as camadas populares foi tratado por ele no âmbito da defesa da instrução, com o restabelecimento e criação de aulas públicas nos diversos pontos da cidade, a inclusão nos orçamentos municipais de subvenções para o Liceu de Artes e Ofícios, Colégio dos Órfãos de São Joaquim, a Escola de Belas Artes e sociedades mutuárias e a isenção da décima urbana das associações de trabalhadores.

Entre os anos de 1893-1897, período em que esteve afastado do Conselho Municipal, aproximou-se de instituições como do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB). Nesse período, a luta pela existência ficou mais ostensiva, pois possuía uma família de quatro filhos, com o último nascido em 1894. Integrou a Guarda Nacional como 1º tenente na cidade do Salvador<sup>13</sup> e ingressou como auxiliar de desenhista na Repartição de Obras Públicas (1893). Foi nomeado professor de desenho industrial no Colégio dos Órfãos de São Joaquim (1895)<sup>14</sup> e pleiteou, sem sucesso, nomeação de professor da cadeira de desenho linear na Escola de Belas Artes, a qual fora preenchida pelo Prof. Agrippiniano Barros (1895).<sup>15</sup>

Na então Repartição de Obras Públicas, ingressou como auxiliar de desenhista<sup>16</sup> e, na reforma das Repartições do Estado pela Lei 115 de 16 de agosto de 1895, quando passou a denominar-se Secretaria da Agricultura, Viação, Indústria e Obras Públicas, passou a exercer o cargo de 3º. Oficial, no qual permaneceu até 1916, quando foi colocado à disposição, com a garantia dos vencimentos integrais, sem nunca conseguir promoção, como era o seu desejo, demonstrado pelas petições encaminhadas neste sentido. Desempenhou funções de amanuense, escriturário, serviços de contabilidade e, freqüentemente, ao assumir interinamente o cargo de 2º. Oficial em substituição, de almoxarife. O seu afastamento compulsório do serviço público lhe propiciou

a dedicação exclusiva ao magistério, ao Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e à produção de conhecimento nos campos em que atuou.<sup>17</sup>

Querino marcou sua presença nas associações beneficentes e irmandades religiosas. Estas se constituíam em espaços de sociabilidade que, além de assegurar proteção material e espiritual, também garantiam certo grau de importância e prestígio para a vida dos associados. Muitos artistas e operários apareciam com frequência simultaneamente associados a mais de uma Sociedade, como foi o caso de Manuel Querino: apareceu, no Império, na Liga Operária Bahiana (1876), na Irmandade de Nossa Senhora da Conceição do Tororó (1884 – como escrivão) e, na República, na Sociedade Monte Pio dos Artistas (1894), no Liceu de Artes e Ofícios (provavelmente anterior a 1893), na Sociedade Protetora dos Desvalidos (1877 e readmitido em 1894) e na Sociedade Beneficente Auxílio Fraternal (Presidente da Assembléia Geral – 1898). Certamente, este fato, além de lhe garantir mais possibilidades de acesso aos auxílios, também lhe proporcionava mais prestígio e oportunidade de reunir aliados políticos.<sup>18</sup>

Após seu último mandato de Vereador (1897-1899), retirou-se do jogo político-partidário. Continuou sua militância dedicando-se ao ensino, à pesquisa, à produção de conhecimento e à publicação de trabalhos históricos, etnográficos, folclóricos, jornalísticos, memorialísticos,

artísticos, nos legando vasta obra sobre as artes na Bahia, os costumes, o cotidiano e a cultura afro-brasileira.

### Uma obra engajada: entre ciência, memória e empiria

“Ilustre escritor e artífice baiano”, “professor-pesquisador-historiador”, “precursor do design brasileiro”, “ícone do design baiano” são alguns atributos consagrados ao militante e político engajado nas causas da liberdade e da inclusão social de trabalhadores, artistas, operários, negros e pobres que reivindicavam cidadania na prometida República. Através do IGHB<sup>19</sup> e de algumas articulações com periódicos e gráficas locais, Querino veiculou e perpetuou suas ideias, tornando-se sujeito emblemático, por ter-se debruçado nos estudos e nas pesquisas que inauguravam o debate em torno da identidade brasileira, cujo principal fator identitário estava marcado pelos saberes e fazeres da população africana e seus descendentes.

Como intelectual afro-brasileiro, se inter-relacionou com os universos da cultura dita popular e erudita. Nos campos de lutas cotidianas estabelecidas nas ruas, terreiros de candomblé, associações artísticas e operárias, nos botequins, bem como nos círculos políticos e de letrados, como nos partidos, no Conselho Municipal, nas academias, no IGHB, nos Colégios, Manuel Querino experimentou, articulou, analisou criticamente e produziu a sua literatura, destacando

as contradições presentes na sociedade brasileira e baiana em particular no interior da nova ordem republicana que aderiu ao ideal de “civilização” e “progresso” na esteira do poder da ciência. Como pesquisador, Querino enveredou pela história do africano, do negro nacional, das camadas populares, dos trabalhadores, dos artistas, dos operários que, para ele, se constituíam em foco das preocupações intelectuais, sociais e políticas, apoiando-se nos princípios positivistas em voga, com base na memória e na oralidade.

Entre 1903 e 1922, produziu a sua escritura na perspectiva da história-testemunho enquanto participante, observador, pesquisador crítico que viveu em um período de muitas transformações no interior de tantas outras permanências que marcaram os processos que culminaram na abolição da escravidão e implantação e “consolidação” da República no Brasil.<sup>20</sup>

Os “heróis” e “grandes eventos” fixados por Querino foram retirados do meio popular e do seu cotidiano. Foram registros mais ou menos ordenados de acontecimentos fortuitos, de tradições de grupos africanos remanescentes da escravidão, ameaçados de extinção e fadados ao esquecimento. Seus escritos inauguraram, junto com Nina Rodrigues, estudos e registros sobre o africano como constitutivo de uma identidade em construção e ao mesmo tempo negada pela “ciência” iluminista, aprisionada no seio das elites brancas e letradas. Artur Ramos oferece algumas

pistas interessantes sobre o valor da “cientificidade” de Nina Rodrigues em detrimento do “investigador” Manuel Querino. O diálogo temático que estabeleceu com a obra de Nina Rodrigues esteve intrinsecamente relacionado a posições teóricas opostas. Manuel Querino, nesse sentido, respondeu à tese racista de Nina Rodrigues, de forma a positivar a presença africana na formação da cultura brasileira em contraposição aos argumentos biológicos do negro como raça “inferior”. É importante realizar um recorte sobre as discussões alimentadas a partir da segunda metade do século XIX, com desdobramentos no século XX, sobre o projeto de “branqueamento” da nação brasileira e consequente “apagamento” do negro.<sup>21</sup>

A sua obra se constitui em referência para o estabelecimento do debate sobre o exercício de libertação da memória dos cânones de uma pretendida “ciência” que aprisiona ideias e oprime a criatividade. Através do testemunho de Querino, revestido de lembranças e conteúdos político-sociais, foram reveladas vivências de outros sujeitos e autores que fizeram a história, em detrimento dos grandes feitos e heróis que hegemonizavam a escrita historiográfica, particularmente aquela produzida no interior dos Institutos Históricos no Brasil.

Querino desenvolveu, assim, uma linguagem baseada em suas experiências, observações e interpretações. Enquanto produto de vivências e observações, ele procurou



a sua origem ancestral e demonstrou a diversidade das influências culturais para a formação da identidade nacional, “recordando-nos que nossa identidade não foi estruturada apenas por monarcas, primeiros-ministros ou generais”.<sup>22</sup> Para ele:

[...] os membros das classes inferiores foram agentes, cujas ações afetaram o mundo (às vezes limitado) em que eles viviam... tornando claro que existe muito mais, que grande parte de seus segredos, que poderiam ser conhecidos, ainda estão encobertos por evidências inexploradas.<sup>23</sup>

Como texto memorialístico, e em certa medida autobiográfico, considerado uma “escrita do eu” permeada pela identificação entre autor/narrador/personagem, Querino materializou-se em um relato retrospectivo enquanto “experiência de alguém que [queria] contar sua vida para dizer quem [era]”.<sup>24</sup> Eternizou-se na obra que concebeu, considerando que toda obra é sempre biografia, vida grafada.<sup>25</sup> Ao narrar a história dos negros, dos trabalhadores, dos artistas e das camadas populares na sua mais diversificada atividade cotidiana, Querino contou a sua vida com intensidade, tal como reviveu a sua história na história de outros num discurso que transita pela fronteira do ficcional e do verídico.

Como criador e intérprete, Querino reconhece-se no universo construído por quem deseja ressuscitar o que teria ficado no esquecimento. Ao recuperar dimensões sociais e culturais da memória coletiva, fez emergir o eu refletido no outro, fugindo, assim, do destino individual para buscar a aceitação da alteridade. Desta forma, Querino “lembra para continuar vivendo e tomar consciência de si”.<sup>26</sup>

A sua obra está distribuída em duas fases que se complementam. A primeira, realizada entre 1903 e 1916, se caracterizou pela produção de ensaios, artigos, crônicas publicados em periódicos e livros que retratavam, criticamente, a situação das artes e dos artistas, dos trabalhadores manuais no contexto republicano. Narrando e rememorando fatos, recuperou biografias de artistas contemporâneos, produzindo uma memória da produção artística através de sujeitos históricos, social e profissionalmente desprezados pelo avanço das técnicas e dos monopólios, bem como do preconceito e discriminação para com o trabalhador nacional, em sua maioria negros e mestiços, livres ou egressos do cativo.

Em *As Artes na Bahia* (1909), Querino estabeleceu a relação entre trabalho e arte nas diversas expressões, inseridas no contexto de transformações socioculturais e políticas experimentadas pelos artistas e artífices no processo de formação do operariado urbano. Querino inaugurou uma forma de registro articulado à memória e às pesquisas

documental e oral, inserindo social e politicamente o tema da arte e do trabalho nas discussões que transitavam em torno da montagem de uma república disfarçada de democracia e que tratava com indiferença as suas tradições coloniais e imperiais representadas pelo “povo trabalhador.” Ou seja, pela mão de obra negra, mestiça, que remetia ao passado escravista. Ressaltou a existência de artistas que deixaram valiosas obras e denunciou as condições de abandono, de miséria, de esquecimento em que viviam – realidade inspirada nos princípios da civilização e do progresso, em que o novo substituíu o passado, relegando-o ao esquecimento. Certamente foi quem iniciou uma discussão a respeito da preservação do patrimônio e do resgate das matrizes culturais, somente aberta nos anos de 1930.

No trabalho de resgate das atividades de artistas, autores de obras que ornamentavam igrejas, edifícios públicos e privados, fossem eles laureados ou não, Querino procurou recuperar talentos despercebidos na história da Bahia e do Brasil. Elaborou, desta forma, uma história social da arte associada à história do trabalho, ao relacionar aspectos da produção artística à situação social de seus autores, na condição de trabalhadores que viviam da sua arte. Com a intenção de demonstrar, através de obras e autores, a riqueza artística produzida na Bahia e no Brasil, Querino pretendeu dignificar artistas anônimos. Nesse sentido, o seu trabalho de recolher nomes, aqui e acolá, na sua maioria de origem

pobre, foi uma resposta que pretendeu dar àqueles que desdenhavam da produção artística brasileira, ou ainda, do trabalhador nacional – de maioria negra e mestiça.

Desde o seu falecimento em 1923, diversas notícias se multiplicaram no sentido de homenagear o “pranteado” artista, professor, historiador, folclorista. Na maioria marcando o seu perfil de “trabalhador incansável” e do “intelectual inteligente”. Em artigo comparativo sobre Querino e Sílio Boccanera, Carlos Chiacchio chamou a atenção sobre os dois intelectuais, considerados “mal [compreendidos] por seu tempo”. Após a avaliação sobre a produção de ambos, Chiacchio concluiu:

Nenhuma atividade, todavia, se poderá enaltecer mais do que a empregada por eles, em labutas com arquivos, com alfarrábios, com lápides, com edifícios, com figuras e fatos do nosso remoto passado, ou recente passado histórico. Manoel Querino tem uma obra, que ainda carece de classificação, na ordem das produções informativas, das rebuscas de cousas de antanho, tão do gosto dos curiosos da vida dos nossos antepassados.<sup>27</sup>

Os seus escritos foram, simultaneamente, acolhidos e criticados. A partir dos anos de 1930 as versões escritas sobre Querino foram concentradas na sua obra, especialmente relativas aos trabalhos acerca do negro na Bahia, período em que os estudos sobre a mestiçagem e a influência

africana na cultura nacional foram-se tornando tema preferencial da antropologia. Em 1938, foram reeditados alguns dos seus trabalhos na coletânea *Costumes Africanos no Brasil* organizada por Artur Ramos, na qual o próprio Ramos salientava ser aquele período caracterizado por um movimento de interesse pelo “problema do negro, no Brasil, não [podendo] ser esquecida a contribuição de Manuel Querino”.

Dentro do longo período de silêncio que desabou sobre a obra de Nina Rodrigues – quase dois decênios! – a única voz que se levantou, cheia de entusiasmo e de emoção, em defesa do Negro brasileiro, foi a de Manuel Querino, na Bahia, falando da contribuição do africano à civilização brasileira.<sup>28</sup>

Enquanto alguns intelectuais o consideravam fonte privilegiada para os estudos das artes, dos costumes, das tradições e dos africanos, outros passaram a questionar o valor da sua produção. A maior polêmica surgiu com Carlos Ott, pesquisador das artes na Bahia. Ao conhecer, em 1946, um manuscrito na Biblioteca Nacional, sob o título *Noções sobre a procedência da arte de Pintura na Província da Bahia*, sem identificação de data, local, nem autoria, chamou-lhe a atenção a semelhança do seu conteúdo presente no livro de Manuel Querino, *Artistas Bahianos*. Após análises dos dados registrados no manuscrito, atribuiu a autoria ao pintor

José Rodrigues Nunes, salientando a “liberalidade com que Querino se serviu do trabalho alheio, sem a necessária alusão à fonte, em seu referido e famoso livro.”<sup>29</sup>

Carlos Ott não poupou críticas desabonadoras a Manuel Querino, relacionando, de forma preconceituosa, a sua produção intelectual à origem de classe. Em relação à semelhança evidente e indubitável ao manuscrito, criticou a postura de Querino de ter omitido qualquer referência àquela fonte anônima que havia lhe fornecido boas informações. Reagindo a esta atitude, Ott considerou inadmissível, em pleno século XX, a repetição de informações sem indicar a fonte. “Faltara a Manoel Querino a cultura que, evidentemente, possuía o autor anônimo...”. Assim o referido crítico se dirigiu ao artista e intelectual, demonstrando seus preconceitos em relação às fontes orais e à origem de classe de Querino:

Podemos desculpar-lhe o deslize, considerando que nos primeiros anos de sua vida era simples oficial mecânico (pintor de paredes; posteriormente professor de desenho), e que, entusiasmado pelo estudo da arte na Bahia, procurou reunir tudo quanto pôde a este respeito. Seu foi o mérito de salvaguardar para a posteridade inúmeras informações, que de outro modo se perderiam irremediavelmente, já que outros mais bem dotados para estes estudos não cogitaram de fazê-lo. Ao mesmo tempo divulgou erros, já repetindo enganos cometidos pelo seu informante anônimo, no

que diz respeito às obras executadas antes de 1820, já contradizendo o seu informante sem motivo sério aparente.

[...]

Manoel Querino não cogitou de pesquisar os papéis velhos e, imprudentemente, foi repetindo a tradição oral sem investigar a sua veracidade.

[...]

A publicação deste manuscrito sobre a procedência da arte de pintura e escultura na Bahia é um passo avante para a melhor discriminação do valor das fontes. Manoel Querino, com o seu prestígio abalado, cederá parte da sua autoridade ao autor anônimo que, por ter escrito 30 a 40 anos antes, supomos ter captado mais límpidas as águas da fonte da tradição. Contudo, ambos fazem parte do mesmo gênero duvidoso de fontes: da tradição oral, onde há muito joio misturado ao trigo.<sup>30</sup>

É inquestionável a utilização do referido manuscrito como fonte para o trabalho de Querino por ter, em algumas partes, transcrito o texto anônimo.<sup>31</sup> Possivelmente aquele documento o tivesse inspirado a prosseguir e aprofundar um trabalho inicial e incompleto, com o objetivo de desenterrar e fazer ressuscitar artistas “que não tiveram os clarins da fama” e, por conseguinte, estariam “sepultados na vala do anonimato” e “apagados na memória do povo”.<sup>32</sup> Conheceu

esse documento como tantos outros da sua época, talvez como material de estudo, elaborado por algum dos seus professores, na própria Escola de Belas Artes ou outros cursos que tenha feito.

Clarival Valladares, em defesa do acusado, procurou evitar que a denúncia sobre Manuel Querino continuasse a deteriorar sua memória e argumentou:

[...] será justo indagar-se se a utilização de um texto anônimo, limitado e incompleto, aproveitado por outro autor nos fins dos oitocentos e começo dos novecentos, como subsídio de uma obra que se estende muito além do documento, é, em verdade, um ato doloso.

Querino entendeu-o como documento de uma tradição local, que ele procurou ordenar e fixar, permitindo aos pósteros melhor aproximação de estudo ao passado, mesmo ao preço da correção dos erros daqueles que fazem os primeiros caminhos, as primeiras pontes, a primeira luz do conhecimento.<sup>33</sup>

Possivelmente esta tenha sido a matriz que originou as diversas desconfiças que se sucederam sobre a obra de Querino, em função de “eventuais erros de precisão científica [...]”<sup>34</sup> ou ainda da “falta de preparo científico”.<sup>35</sup> Apesar de se referir às qualidades de Manuel Querino, como “benemérito divulgador de suas obras de arte, e biógrafo dos



autores do melhor patrimônio que o passado nos legou [...]”, Marieta Alves, também pesquisadora das artes na Bahia, apelava para que o livro *Artistas Bahianos* fosse revisto e apresentado “em condições de prestar aos estudiosos informações seguras e mais completas sobre os artistas da Bahia.”<sup>36</sup> Contudo, quem o conheceu, como Torquato Bahia, autor do Prólogo desse livro, o referendou como um “livro desprezioso, mas sincero e verdadeiro, feito à luz de fatos históricos, sem enxertos, nem fantasias”,<sup>37</sup> demonstrando ter o autor investido muito trabalho para realizá-lo. Por ter sido um “investigador decidido”, consultou arquivos, coleções de jornais, obras diversas, visitou templos e estabelecimentos públicos “onde uma cópia valiosa de trabalhos [atestava] a existência de artistas de merecimento, desde o Brasil colônia até os dias atuais”, além de ter realizado entrevistas com antigos artistas, colhendo “tradições de nomes que a crônica baiana registra.”<sup>38</sup>

Antônio Vianna, companheiro de Querino no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – IGHB, e que o acompanhou nas suas publicações de artigos sobre as artes, em homenagem ao falecido, atestou o trabalho sistemático que realizou para escrever sobre “jóias do passado”. Para assegurar a importância da sua obra, Vianna informava sobre a prática da pesquisa realizada por Querino, a qual, através de “fontes próprias, de pesquisa em pesquisa, recolhendo idôneos testemunhos ou documentos verazes”,

se caracterizava em método que devia “servir de padrão a quantos quisessem seguir o curso daquela carinhosa predileção”.<sup>39</sup>

Descrevendo sobre o “incansável investigador”, Antonio Vianna considerou a sua atividade intelectual como uma voz dedicada aos mais humildes trabalhadores:

Nessas horas, falando dos que, humildes no berço, ascenderam aos postos avançados, na sua órbita de atividade, parecia doutrinar ao acaso.

É que ele bem sabia que, recordando aos seus companheiros de artes, aos filhos do povo, a vida e feitos de outros modestos obreiros, lhes dava a melhor das lições: ensinava-lhe o verdadeiro catecismo da igualdade, que é atingir ao máximo pelo trabalho fecundo que a tudo resiste e vence.<sup>40</sup>

Procurando compreender a sua origem, a sua ancestralidade de matriz africana, Querino enveredou pelas ruas de Salvador, pelos candomblés, oficinas de negros artesãos escondidas nas ruelas da cidade, nos botequins, em todos os lugares onde pudesse encontrar africanos, na tentativa de salvar o que sobrevivia na memória de homens e mulheres em seus saberes clandestinos e misteriosos. Através da tradição de velhos africanos que sobreviviam nas franjas da sociedade baiana, que guardavam segredos das tribos na

condição de reis e rainhas, de nobres que, “na terra natal [...] ocuparam posição social elevada, como guias dos destinos da tribo, ou como depositários dos segredos da seita religiosa”, explicitou a crueldade com que foram “subjugados à tirania da escravidão, criada pela opressão do forte contra o fraco”.<sup>41</sup> Pesquisou, na sua tarefa de etnólogo, o mundo africano, e resgatou valores culturais, sociais e políticos ameaçados de extinção da memória nacional através da política de “branqueamento” presente na jovem república.

Pesquisando e colhendo informações aqui e acolá entre africanos e “seus descendentes mais diretos, indivíduos sabedores das práticas religiosas dos ascendentes”,<sup>42</sup> Querino foi ao encontro do seu passado que tendia a desaparecer com o fim da escravidão, com a promessa da liberdade, com a intenção de extermínio da “mancha” do passado escravista. O pretendido processo de “branqueamento” através da política imigratória europeia, assumida como forma de resolver a questão de “falta de braços” para a lavoura e indústria, e a crença na miscigenação regeneradora da raça, se transformaram em ameaças, em aplicação de ações discriminatórias nas dimensões sociais, raciais e culturais.

A partir da análise crítica da sua obra, pode-se concluir que a atitude intelectual de Manuel Querino é incontestável. Apesar das críticas agudas ao seu trabalho de pesquisador, bem como dos elogiosos depoimentos de contemporâneos, especialmente do IGHB, a sua produção literária perseguiu

propósitos científicos da época, além de incluir métodos inovadores utilizando-se da memória e da oralidade. Ele dialogou com intelectuais, como Mello Moraes (pai), Braz do Amaral e outros. Questionou “verdades históricas” reproduzidas sem as devidas averiguações. Polemizou e interrogou a história dita “oficial”. Uma das polêmicas que lançou foi sobre a origem do pintor José Joaquim da Rocha, levantando dúvidas sobre as informações presentes no *Brasil Social e Político*, de Mello Moraes, que teria, para Querino, reproduzido informações sem um meticuloso trabalho de investigação e crítica.<sup>43</sup> Teria criado desassossegos para alguns intelectuais da época, ao se posicionar naquele circuito restrito e destinado às elites.

Em “Episódio da Independência”, Querino analisou a “guerra de independência” na Bahia, observando, as “injustiças históricas” praticadas sobre os “verdadeiros” patriotas que lutaram em defesa da liberdade. Utilizando-se da oralidade de contemporâneos, narrou a atuação de Labatut na guerra, a qual havia desagradado o povo, os soldados, os altos escalões do exército e as elites políticas, pelo desrespeito com que tratava a todos.

[...] não mediu conseqüências do seu poderio. Mandava fuzilar sob qualquer pretexto, não só militares, mas também a quem quer que fosse. Pobres escravizados, porque pertenciam a portugueses, foram vítimas dessas atrocidades,

havendo benevolência para as mulheres, que eram apenas surradas.<sup>44</sup>

Considerava injusto elevar Labatut à condição de “astro de primeira grandeza, no primeiro plano dos acontecimentos heróicos, deixando na penumbra, em posição secundária, outros, com iguais direitos”.<sup>45</sup> E assim Querino se posicionou, afirmando não desconhecer “o prestígio militar de Labatut, oficial afeito aos embates perigosos das batalhas; mas, não *posso* me conformar com a injustiça da sua preferência, no comando geral das forças libertadoras.”<sup>46</sup>

Por tudo que havia realizado nas ações arbitrárias e prepotentes no meio do exército, indagou mais uma vez sobre a injustiça histórica:

Cogita-se de uma memória a Labatut, e atiram-se no limbo do esquecimento outros bravos, de igual ou maior merecimento. Que justiça é essa, que levanta a um e despreza os outros? Não tem justificativa essa romaria anual ao túmulo de Labatut, sem que sejam prestadas iguais homenagens aos demais batalhadores. Não foi o iniciador, nem lhe coube a glória de terminar a luta.<sup>47</sup>

Aqui ele se referiu, sobretudo, à população pobre, negra, cativa ou livre, que havia lutado pela liberdade por não suportar o sofrimento oriundo do “absolutismo ferrenho da metrópole”. Pela audácia, ou melhor, pela

interpretação pioneira sobre diversas passagens da história do Brasil e da Bahia, ao registrar aspectos não “autorizados” ou não “recomendados” pela historiografia vigente, a obra de Querino foi considerada frágil. A “falta de rigor científico”, conforme ressaltada por alguns estudiosos da história da Bahia, foi alegada como justificativa para limitar o seu valor.<sup>48</sup> Sobre essas e outras referências à obra de Querino, Leite expressou a sua inquietação ao apresentar o autor negro e pobre como vanguarda e merecedor de respeito:

Edelweiss, ao mesmo tempo em que toca fundo no problema, levanta também a lebre da *falta de preparo científico* de Querino: de então por diante, numerosos outros estudiosos aludiram a esse despreparo, esquecidos, todos, de quanto deviam ao grande precursor. Mormente no que diz respeito aos escritos sobre artes visuais, numerosos foram os que arremeteram, com maior ou menor intensidade, contra Querino. O crítico José Valadares, por exemplo, dizendo-o embora “bem intencionado”, alude ao seu “mau gosto”, enquanto Marieta Alves elenca, em erudito estudo, seus “equivocos”. Carlos Ott vai mais longe, e aparentemente não vê, no humilde professor de Desenho do Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, senão um reles plagiário. Afinal, *este negro não se enxerga?* [...].<sup>49</sup>

No que diz respeito aos assuntos que pesquisou, narrou, descreveu, interpretou, Querino teve o cuidado

de articular empiria, dados bibliográficos, fontes escritas e orais, associando à sua memória pessoal aspectos, até então desdenhados pela historiografia vigente, refletindo sobre eles e interpretando-os à luz da sua experiência, da sua origem de classe e de raça. Foi múltiplo nas suas abordagens e, portanto, ampliou o leque de conhecimento nas esferas dos costumes, das tradições, do trabalho e da arte, apoiando-se, em todo o seu percurso intelectual, na crítica política. Ao denunciar o esquecimento, afirmava sobre a existência e a importância do negro na composição da identidade nacional e, como ambicioso pelo saber, esforçou-se em garantir o lugar de destaque na cena social, pelo talento e mérito. Individualmente, pode colher reconhecimento social em função do patrimônio intelectual que reuniu ao longo da sua trajetória de estudioso.

## O africano colonizador

Na segunda fase de sua obra (1916-1922), Querino dedicou-se a estudar e narrar costumes populares. Através da memória e da oralidade, recuperou práticas cotidianas, bem como as tradições africanas, enfatizando a contribuição do africano na constituição da “civilização brasileira”. Resgatou, positiva e afirmativamente, a participação de africanos e seus descendentes, respondendo, com uma interpretação inovadora, às teorias raciais do século XIX

que os consideravam raça inferior e incapaz de criar “civilização”.

Nessa fase, Manuel Querino mergulhou numa outra interpretação sobre os caminhos e descaminhos experimentados pela população de cor após a abolição da escravidão até a “consolidação da República”. Deixou transparecer uma profunda angústia ao concluir que, além de humilhado socialmente, os negros, os artistas e os trabalhadores eram humilhados e discriminados culturalmente, especialmente por se tratar da sua origem étnica.

Em 1916, Querino publicou *A raça africana e seus costumes na Bahia*, obra na qual a temática popular e do negro era analisada numa perspectiva que ia de encontro às teorias raciais em voga. Ele ressaltou, a partir da trajetória do trabalhador africano no Brasil, o seu valor na formação da sociedade brasileira através de seu trabalho e dos costumes trazidos da África. Descreveu os costumes africanos no candomblé, nas festividades, nos funerais e casamento e sobre a revolta de 1835 (dos malês).<sup>50</sup> Protestou “contra o modo desdenhoso e injusto por que se [procurava] deprimir o africano, acoimando-o constantemente de boçal e rude, como qualidade congênita e não simples condição circunstancial, comum, aliás, a todas as raças não evoluídas”.<sup>51</sup> Artur Ramos, ao comentar esta passagem, a considerou de vanguarda por ter o autor se insurgido “contra o preconceito



de inferioridade antropológica do negro, atribuindo o seu atraso a contingências socioculturais e não à inferioridade de raça.”<sup>52</sup> *A raça africana e seus costumes na Bahia* foi apresentado no 5º Congresso Brasileiro de Geografia, sendo o único estudo de conteúdo racial no rol de outros específicos inscritos no evento.<sup>53</sup>

Ainda em 1916, publicou *A Bahia de Outrora – vultos e factos populares*, onde reuniu artigos e crônicas, alguns já publicados em jornais locais e na Revista do IGHB. Dois anos depois, publicou *O colono preto como fator de civilização brasileira*, em que discorreu sobre a importância do africano para a “civilização brasileira”, referindo-se às práticas da colonização portuguesa pelo colono branco e pela escravidão indígena e africana. Este estudo veio marcar a sua discussão acerca da trajetória de sofrimentos e resistências dos africanos, transformados em referências de força e dedicação com que produziram a cultura brasileira. Ele tratou da chegada do africano no Brasil, suas habilitações, ideias de liberdade, suicídio, violência contra os senhores, resistência coletiva, Palmares, levantes parciais, juntas de alforrias, bem como abordou o africano e seus descendentes, destacados nas artes, na política e na educação.

Arthur Ramos, no prefácio da coletânea *Costumes Africanos no Brasil*, de 1938, comparou o trabalho de Querino com o de Nina Rodrigues, atribuindo ao primeiro falta de rigor metodológico e ao segundo erudição científica,

apesar de considerar Querino “um pesquisador honesto, um trabalhador incansável, impulsionado por aquele interesse insuspeito que provinha das suas próprias origens”.<sup>54</sup> Nessa publicação, Ramos classificou como “memórias” *A raça africana e os seus costumes na Bahia* e *O colono preto como fator da civilização brasileira*, o que caracterizava a sua postura em relação aos trabalhos de Querino como destituído de cientificidade. A sua intenção era reunir os principais escritos de Querino referentes aos negros, como aqueles extraídos de *A Bahia de Outrora* e reunidos sob o título de “Notas de folk-lore negro”.<sup>55</sup> Ainda no sentido de colocar o trabalho de Querino em segundo plano, apesar de reconhecer a sua importância, corroborando com o julgamento de João Ribeiro ao identificá-lo como “um dos mais consideráveis que temos sobre a raça africana no Brasil”, Artur Ramos reafirmou a ambiguidade das suas impressões, “apesar das falhas, e algumas de certa gravidade, que tiram a esse trabalho o cunho rigorosamente científico, ele permanece como um dos marcos mais sólidos de documentação honesta sobre o Negro no Brasil.”<sup>56</sup>

Querino recuperou a cultura africana, experimentada e pesquisada através da tradição oral, e inaugurou, positivamente, a abordagem etnográfica da formação da sociedade brasileira a partir da influência africana. Estabeleceu, *a priori*, um debate em torno das teorias raciais apoiadas na eugenia e inspiradas em Lombroso, cujo

principal seguidor na Bahia foi Nina Rodrigues. Com esse referencial interpretativo sobre a raça africana, estabeleceu um diálogo com Nina Rodrigues através das afirmações “não-científicas” de um e das análises “científicas” de outro.

Referindo-se ao seu amor às tradições e ao passado, Artur Ramos observou ter Querino escrito *A Bahia de Outrora* sem as preocupações de sociólogo, mas considerou o trabalho “um magnífico repositório de observações de todo um passado da vida social baiana”.<sup>57</sup> Apesar de apontar os “limites científicos” nessa obra, Ramos a considerou como fonte onde muitos estudiosos poderiam colher muitas informações. Ou seja, reconhecia o valor documental e etnográfico da obra:

O que outros fizeram com relação a outros setores da civilização brasileira, fê-lo Manuel Querino, na Bahia, modestamente, sem alardes, sem exibição científica, mas com os mesmos propósitos de análise das relações de raça e de cultura, principalmente entre o africano e o luso-brasileiro, na nova sociedade em formação.<sup>58</sup>

Em *A Bahia de Outrora*, Querino narrou, noticiou, descreveu as tradições culturais então ameaçadas de desaparecer no contexto demolidor da República. Esse trabalho repercutiu positivamente no meio intelectual, enquanto conjunto de artigos “curiosos”, “quadros

pitorescos”, “reunião de festividades, usos, costumes e tipos” que caracterizavam a Bahia como a cidade “mais alegre do Brasil”.<sup>59</sup> Em notícia publicada sobre o referido livro, Manuel Querino foi tratado como “inteligente artista e festejado escritor tradicionalista” que restaurava a Bahia de outrora, relembrando e descrevendo minuciosamente a vida baiana na antiga cidade do Salvador. “Escrito em estilo correntio, [tinha] o sabor de uma documentação autêntica sobre o passado desta cidade [...]”<sup>60</sup> Assim foi comentado o referido livro:

Livro de recordações, feito por uma testemunha que ainda pertence em parte àquele viver descuidoso, simples e meio patriarcal da sociedade de há meio século, estas páginas hão de evocar a muita gente, com deliciosa saudade, uma época que a Bahia resumia de fato toda a originalidade da raça brasileira.

Ler os pequenos quadros que Manuel Querino, com emoção, reconstrói [...] que se associam homens e tipos excêntricos que viviam na tradição oral, – é gozar a impressão retrospectiva de uma cidade e uma sociedade que ressurgem, oferecendo à geração moderna a medida da diferenciação e do progresso que se operou de uma a outra.<sup>61</sup>

Esta foi a leitura que permaneceu até recentemente. Manuel Querino foi considerado um folclorista, apesar

de alguns antropólogos se referirem a ele como “etnólogo prático”. Neste conceito estão contidos dois aspectos do racismo e preconceito: tratar das práticas africanas significava tratar do “folclore”, tendo em vista serem os africanos considerados primitivos, inferiores, e suas culturas qualificadas de menor valia, exóticas, porque dificilmente seriam construtores de “civilização”; e a competência do “tradicionalista” Manuel Querino se limitava a narrar tais aspectos culturais de menor valia – era um negro, de origem operária, esforçado, inteligente, mas carente de erudição e ciência.

Nesse trabalho em particular Manuel Querino revelou a sua indignação, ora criticando os descaminhos adotados pelas elites republicanas, ora ironizando ou provocando o leitor atento ao seu testemunho desabonador sobre aquela República implantada. Diferentemente do que se pretendeu com a mudança do regime, que previa igualdade, democracia, cidadania, soluções sociais especialmente para as classes trabalhadoras, Querino apontou o oposto. Não poupou críticas e, conseqüentemente, arregimentou inimigos políticos e intelectuais que o pressionaram e o desvalorizaram, especialmente no plano profissional.

A *Bahia de Outrora* teve reedições em 1922 (2.ª edição), 1946 (3.ª edição) e 1954 (4.ª edição). No prefácio de 1946, Frederico Edelweiss se referiu a Manuel Querino pelo seu valor de “coleccionador das tradições”,

cujo trabalho foi por ele considerado o “mais valioso repositório das tradições baianas... que será sempre uma fonte indispensável para os estudiosos dos nossos costumes e de alguns episódios históricos correlatos”.<sup>62</sup> A sua percepção sobre o autor como estudioso que se decepcionara com a política e reivindicava “a favor dos seus irmãos de raça”, foi assim explicitada:

Manuel Querino foi a estranha resultante das suas aspirações sociais reacionárias (sic) e do seu pendor para os estudos tradicionalísticos. Nas primeiras estava fadado ao fracasso. Quanta vez deve ter ouvido a frase feita e ainda corriqueira: “Este negro não se enxerga!”

As reivindicações a favor dos seus irmãos de raça haviam de trazer-lhe simpatias e desafetos; mais desafetos. A sua condição de professor de desenho dificilmente poderia garantir-lhe a subsistência na Bahia de há cinqüenta anos e, como funcionário de convicções políticas próprias, não lograria acesso importante.<sup>63</sup>

Ao mesmo tempo em que valorizava o “coleccionador”, por não possuir o preparo científico necessário, escorregava no preconceito ao considerá-lo “estranho” ao seu meio e “reacionário” por reivindicar “a favor dos seus irmãos de raça”. Seria Manuel Querino um reacionário? Estaria mais próximo da vanguarda! Por ser pobre, diante da sua condição profissional, pôde Querino encontrar “as portas humildes”

abertas, o que lhe garantiu “farta colheita” para os estudos dos nossos costumes populares.

A sua produção respondia criticamente aos valores projetados para a implantação da Bahia “civilizada”, constatando, historicamente, sobre a necessidade de considerar os elementos populares representados pelos trabalhadores, africanos e afro-brasileiros como essenciais na construção da “civilização brasileira”. A sua pergunta de fundo era o porque desprezar as raízes culturais e sociais que pesaram sobremaneira na constituição da sociedade brasileira e tentar infiltrar valores europeus que destoavam do pulsar cultural da população. Hábitos e costumes franceses foram registrados por Querino como incompatíveis com o clima da cidade, por exemplo. Entre tantos elementos que destacou sob a ótica de quem viveu a força dos preconceitos, denunciou o quanto a cultura popular estava sendo rapidamente obscurecida pelas luzes da “civilização” e do “progresso”.

Explicitou a sua inquietação ao compreender que tudo o que assistia e experimentava fazia parte de uma política que visava o “desmoronamento moral”, político e cultural da sociedade, cujos principais alvos eram os pobres, os negros, os artistas, a população trabalhadora. Demonstrou que, na sociedade baiana e brasileira, estavam presentes aqueles que trabalharam para a construção da riqueza da nação – os africanos e seus descendentes – e que começavam a ser

expulsos do circuito urbano com a sua cor, os seus hábitos e costumes, suas tradições que, ironicamente, integravam a sociedade dos brancos. A partir da culinária, da música, das artes, da religiosidade, das festas, Querino revelou aspectos da cultura baiana, a partir do resgate das tradições coloniais imbricadas nas matrizes europeias e africanas. Nesse aspecto, procurou afirmar que independente da política, do discurso eugênico que se pretendia incorporar à “Bahia civilizada”, havia “elementos indestrutíveis” presentes na alma da população, seja branca, negra ou mestiça. E a partir da recuperação da memória, da oralidade de africanos remanescentes, de afro-brasileiros, afrontou intelectuais, médicos, políticos e autoridades. Não estaria na contramão dos acontecimentos o seu afastamento compulsório da Secretaria da Agricultura em 1916, onde serviu por mais de 20 anos.

### Construção de um epílogo

Decepcionado com o destino de trabalhadores livres e libertos pela Lei de 13 de maio de 1888, que oficializava a universalização do trabalho livre, no pós-abolição e na República proclamada, Querino morreu reivindicando o lugar do africano e de seus descendentes no seio de uma sociedade justa e inclusiva. Era Quarta-feira de cinzas, 14 de fevereiro de 1923. O féretro do cidadão Manuel Raymundo Querino saía de sua casa, no Matatu Grande, às 16 horas,



seguido por grande número de amigos e admiradores em direção ao Cemitério das Quintas dos Lázaros, “com extraordinário acompanhamento de pessoas de todas as classes e alta representação oficial”.<sup>64</sup> Alguns sabiam que ali descansava uma “pessoa ilustre”, com uma vida a ser desbravada pela posteridade. Afinal era o Querino para os amigos, o Manuel Querino para a intelectualidade, o Manuel Raymundo Querino de nascimento que passava conduzido pelo bonde da Companhia Linha Circular em direção à sua última pousada.

“Naquele cemitério, antes de baixar o corpo de Manuel Querino à sepultura, dirigiram-lhe o último adeus os senhores Major Cosme de Farias, Dr. Marinho Braga, os professores Oséas Santos e Antônio Vianna, este, em nome do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia”.<sup>65</sup> E assim, muitos jornais noticiaram o passamento daquele que deixava “inúmeros testemunhos de pesar” junto à viúva D. Laura Querino e aos dois filhos, Paulo Querino, artista violinista, e professora Anatildes Querino.<sup>66</sup> Tantas outras homenagens se sucederam durante a semana, após 30 dias, por anos seguidos, pela Câmara Municipal, pelo Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, pelo Centro Operário da Bahia, pela Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas do Estado da Bahia, pela Sociedade Protetora dos Desvalidos, pelo Colégio dos órfãos de São Joaquim, Liceu de Artes e Ofícios, pela Escola de Belas Artes,

e outras instituições de beneficência por onde havia passado, como sócio de grande influência, e contribuído com o seu trabalho.<sup>67</sup>

Na sua trajetória conseguiu sair do anonimato, passando a integrar a galeria dos estudiosos baianos que levantaram a bandeira da participação ativa de africanos e descendentes na construção do Brasil. Foi o mérito do falecido. A sua luta foi eternizada em seus escritos, considerados fonte de inspiração, na qual a memória se constituiu em principal arma de resistência ao persistir na batalha pela afirmação histórica dos excluídos do “banquete da civilização”.

Por ter sido um leitor contumaz do seu tempo, capturou nas entrelinhas do texto social o que estava subentendido nos discursos e práticas das elites. Posicionou-se no jogo social, político e cultural assumindo o lugar do polêmico, do propagandista, do crítico. Divulgou suas ideias, expôs-se como sujeito social comprometido com a causa das camadas populares, no contexto do pós-abolição e da configuração republicana que pregava civilização, progresso e apagamento do passado escravista, ainda presente nos grupos egressos do cativo, de africanos remanescentes da escravidão, e tantos outros indivíduos marcados pela cor da pele e pela pobreza. Afinal, a sua matriz social e racial o impulsionou na sua luta.

Através da sua obra, Querino manifestou opiniões, expôs-se, posicionou-se, protestou, afirmou-se, militou em busca do ideal de liberdade, de justiça, de igualdade, de democracia, cujo foco era a emancipação social e política da população excluída, do negro discriminado, do pobre rejeitado, dos artistas e operários deslocados do mundo do trabalho e do lugar de cidadão. Acreditou que a República poderia aplicar o projeto de uma sociedade redentora. Assim ele se realizaria e compartilharia a felicidade com todos. Contudo, de redentora, a República transformara-se no alçó de da população pobre, negra e mestiça.

Não deixou de denunciar em todas as oportunidades o sofrimento, os maus-tratos, a exclusão daqueles que teriam sido os principais conquistadores do Brasil, representados pelos trabalhadores de diversos matizes e variadas profissões, fossem cativos, livres ou libertos. O Brasil tinha uma fisionomia plural, colorida, com ritmos e modos de fazer diferentes, originais.

Querino, nesse sentido, foi pioneiro na interpretação sobre a sociedade brasileira e baiana em particular ao levantar duas questões: o lugar do “povo” na República, inicialmente, e, depois, o lugar do negro na sociedade brasileira. Fez-se escutar. Contou a história do africano, do negro, do mestiço, do pobre, do artista, do trabalhador. Ele emergiu do meio popular. Sua matriz africana referendou o seu trabalho intelectual sobre a identidade brasileira. Contou a sua história.

## Notas

---

- 1 Livro de Baptismo, 1846 a 1854, p. 220. Arquivo da Cúria.
- 2 Petição de Manuel Querino de 12 de junho de 1896. Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Legislativa, Câmara dos Deputados.
- 3 *O Democrata*, 15 de fevereiro de 1923.
- 4 Sobre a história do Liceu de Artes e Ofícios ver: LEAL, Maria das Graças de Andrade. *A arte de ter um ofício: Liceu de Artes e Ofícios da Bahia*. Salvador: Fundação Odebrecht; Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, 1996.
- 5 Atas da Congregação da Academia de Belas Artes de 31/01/1881; 19/02/1881; 14/04/1881; 03/01/1882; 09/01/1882; 31/01/1882; 22/04/1883; 17/03/1883. Termos de Julgamento dos trabalhos de 02/06/1880, 08/02/1882 e 21/12/1883. Atas de 12e 22/12/1883; 10/11/1892. Querino, *Artistas Bahianos*, 1911, p. 146-149.
- 6 Antônio Bahia foi um professor de prestígio que atuou em diversas frentes na Salvador do século XIX. Tornou-se deputado provincial no Império e, na República, participou de diversos pleitos municipais, seguidos de sucessivas derrotas.
- 7 QUERINO, Manuel. *Artistas Baianos – indicações biográficas*. 2. ed. melhorada, cuidadosamente rev. Bahia: Oficina da Empresa “A Bahia”, 1911. p. 146-147. Naquele período, provavelmente após ter concluído o curso de Desenhista pela Academia de Belas Artes, Querino casara-se com Cecília do Espírito Santo Quirino, com quem teve quatro filhos: Maria Anathildes Querino, nascida em 1884 aproximadamente; Manoel Querino Filho (1887-1908); Paulo Querino (1890-1935) e Alzira Querino (1894-1921). Ver LEAL, 2009.
- 8 Sobre as duas obras didáticas que produziu para os seus alunos, Athayde Pereira informou terem sido “aprovadas pelo Conselho de Instrução Municipal e levadas à Exposição Nacional no Rio, em 1908, conseguindo por todas elas recompensas de mérito.” Ver PEREIRA, Athayde. *Manuel Querino, sua vida e suas obras*. [S.l.]: [s.n.], 1932. p. 5. Em verbete de *Artistas Bahianos*, Manuel Querino atribui a sua participação em diversos trabalhos de

pintura: “Auxiliou seu mestre Cãnysares na pintura do atual pano de boca do teatro S. João e ao Professor Manoel Lopes Rodrigues, nos trabalhos da igreja de Nossa Senhora da Graça. Tem-se encarregado da pintura de casas públicas, particulares, bondes, do Hospital da Santa Casa de Misericórdia e do pano de boca de um pequeno teatro, com 20 palmos por 16.” Querino, *Artistas bahianos*, *op. cit.*, p. 148.

- 9 VIANNA, Antonio. *Manoel Raymundo Querino*. Discurso proferido em a noite de 14 de março de 1923, no salão nobre do Centro Operário por Antonio Vianna (profecto jornalista e ilustrado poeta) e mandado publicar pela Comissão promotora das homenagens cívicas à memória do grande artista bahiano. Bahia, 1923. p. 310.
- 10 Segundo J. Teixeira Barros, Querino havia colaborado na *Gazeta da Tarde*, jornal abolicionista, escrevendo sobre a libertação dos escravos em *A Bahia de Outrora*, 1916.
- 11 <sup>11</sup> HARDMAN, Francisco Foot. Cidades Errantes: representações do trabalho urbano-industrial Nordeste do século XIX. *Ciências Sociais Hoje*, p. 75-76, 1988.
- 12 LEITE, José Roberto Teixeira. *Pintores negros do Oitocentos*. São Paulo: Edições K; Motores MWM, s/d, p. 91.
- 13 *Jornal de Notícias*, 10 jan. 1893. Foi nomeado para o segundo batalhão de posição. Em documento não datado, identificado no Arquivo Nacional “Livro de Índice Geral dos Oficiais da Guarda Nacional deste Estado – Bahia”, consta no N°. 359 – Letra M - Manuel Raymundo Querino, no posto de capitãoda 7ª brigada de artilharia na comarca de Maragogipe. Entre os nomes aparecem alguns conhecidos como o de Domingos Silva (capitão) com a observação de “morto”, Cosme de Faria (Major), Ismael Ribeiro Mendes (Tenente Coronel). Certamente é um documento posterior a 1895 porque quando toma posse no Colégio dos Órfãos de S. Joaquim ainda é referido como tenente.
- 14 Ata da Sessão do dia 14/7/1895. Arquivo Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim. No Liceu de Artes e Ofícios da Bahia,

- Querino vai aparecer como professor de desenho industrial a partir de 1905.
- 15 Atas da Academia de Belas Artes de 07/01 e 03/02/1895; APEB, Portaria de 30/11/1893; Arquivo da Casa Pia, Petição de 03/02/1896; Atestado Médico de 03/02/1896; Ata da Sessão do dia 23/02/1896; Portaria de 06/03/1896; Ofício de 14/02/1898; Portaria, 07/10/1902 e Ofício de reassunção de 06/12/1902.
  - 16 Em requerimento de 7 de fevereiro de 1913, Manuel Querino contava com 20 anos de serviço público (APEB, petições), o que sugere ter ingressado em 1893.
  - 17 Querino sofreu perseguições que se tornaram públicas, por razões não identificadas. Uma delas foi veiculada na imprensa local ao defender-se de acusações de “um tal Silvano”. Tratava-se de Silvano Ramos de Queiroz, Conselheiro Municipal por diversas legislaturas (1904-1907; 1916 a 1927). Ver RUY, 1996. *Diário de Notícias*, 17 nov. 1903, p. 03. *Diário de Notícias*, 20 nov. 1903. Por ocasião do seu afastamento da Secretaria de Obras Públicas, assinou um requerimento à Secretaria da Fazenda solicitando providências para “se tornar efetivo o pagamento de sua gratificação adicional, no exercício de 1918...” Arquivo do IGHBA. Requerimento de dezembro de 1917.
  - 18 Arquivo da Sociedade Protetora dos Desvalidos: *Termo de Admissão da Sociedade Protetora dos Desvalidos, 1877; Relatório da Sociedade Protetora dos Desvalidos, 1879; Ata da Sessão do Conselho da Sociedade Protetora dos Desvalidos, 1880. Livro de Matrícula da Sociedade Protetora dos Desvalidos, 22/08/1894.* No Liceu de Artes e Ofícios, apareceu entre 1892-1893 como sócio na condição de “socorrido”, por estar doente e recebendo auxílio. *Relatório do Liceu de Artes e Ofícios. Bahia: Typ. E Encadernação do “Diário da Bahia”, 1894. Relatório de Lyceu de Artes Offícios. Ba: Typ. E Encad. Do Lyceu de Artes e Offícios, 1909; Relatório da Sociedade Beneficente Bolsa dos Patriotas, 23/10/1900;* 1909 apareceu como 1º secretário do Club da Guarda Nacional. *Diário de Notícias, 07/05/1909;* e em 1910 como vice-presidente com o título de capitão. *Arquivo Municipal, Intendência.* Em 1917 na Sociedade Propagadora

de Bellas Artes. *Acta da sessão de instalação da Sociedade Propagadora de Bellas Artes na Bahia, 11/06/1917*; de 1920-1921 compôs a mesa administrativa da Irmandade do Rosário dos Pretos, eleito no cargo de “definidor”. *Lista de Irmãos que compõem a Mesa de 1920-1921*. Em 1896 passou por problemas de saúde, pela hepatite, necessitando afastamento do Colégio dos Órfãos onde ensinava, bem como de socorros os quais foram concedidos pelas Sociedades Monte-Pio dos Artistas e Protetora dos Desvalidos.

- 19 Em 3 de maio de 1894, Manuel Querino participou da fundação do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia-IGHB, tornando-se sócio efetivo fundador e depois honorário. Ali, envolveu-se no seu funcionamento, especialmente a partir de dezembro de 1899, tornando-se mais presente nas sessões e integrando Comissões. Realizou diversas doações e passou, a partir de 1905, a publicar diversos artigos na Revista do Instituto. Ver *Revistas do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia* do n.º. 1 (1894) ao n.º. 52 (1928).
- 20 Bibliografia publicada - Livros: *Desenho Linear das Classes Elementares*, 1903; *As artes na Bahia (Escorço de uma contribuição histórica)*, 1909 (2. Ed. 1913); *Artistas Baianos – indicações biográficas*, 1909 (2. Ed. 1911); *Elementos de Desenho Geométrico – compreendendo noções de perspectiva linear, teoria da sombra e da luz, projeções e arquitetura*, 1911; *Bailes Pastoris*, 1914; *A Bahia de Outrora – Vultos e Fatos Populares*, 1916 (2. Ed. 1922; 3. Ed. 1946; 4. Ed. 1954); *A Raça Africana e os seus Costumes na Bahia*, 1916 (2. Ed., 1917; 3. Ed. 1955); *O colono preto como fator de civilização brasileira*, 1918 (2.ed. 1954 com o título *O Africano como Colonizador*); *A Arte Culinária na Bahia*, 1928 (2.ed. 1951); *Costumes Africanos no Brasil*, 1938 (Coletânea de 4 trabalhos organizada por Arthur Ramos; 2. Ed. 1988). Artigos: *Os Artistas Baianos – indicações biográficas*, 1905; *Contribuição para a história das artes na Bahia – José Joaquim da Rocha*, 1908; *Teatros da Bahia*, 1909; *Contribuição para a História das Artes na Bahia – os quadros da Cathedral*, 1910; *Contribuição para a História das Artes na Bahia – Notícia biográfica de Manuel Pessoa da Silva*, 1910; *Episódio da*

- Independência I (1913); A Bahia e a Campanha do Paraguay, 1913; As Cavalhadas, 1913; A litografia e a gravura, 1914; Primórdios da Independência, 1916; Candomblé de Caboclo (ligeiras notas a propósito de uma oferta feita ao Instituto pelo Coronel Arthur Atahyde de objetos pertencentes a um famoso Candomblé de caboclo da cidade do Salvador), Maio de 1919; Notícia Histórica sobre o 2 de Julho de 1823 e sua comemoração na Bahia; Os Homens de Cor preta na História; Um bahiano ilustre – Veiga Murici (1923).
- 21 Arthur Ramos prefaciando *A raça africana e seus costumes na Bahia*, na coletânea de 1938.
- 22 SHARPE, Jim. A História Vista de Baixo. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. UNESP, 1992. p. 60.
- 23 *Idem*, p. 60.
- 24 JOSEF, Bella. “(Auto)Biografia”: os territórios da Memória e da História. In: LEENHARDT, Jacques; PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). *Discurso histórico e narrativa literária*. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1998. p. 296-298.
- 25 HOISEL, Evelina. *A escritura biográfica*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996. p. 39.
- 26 BURGOS, Elizabeth. Meu nome é Rigoberta Menchú *apud* JOSEF, Bella. “(Auto)Biografia”: os territórios da memória e da História. In: LEENHARDT, Jacques; PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). *Discurso histórico e narrativa literária*. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1998. p. 298.
- 27 CHIACHIO, Carlos; BOCCANERA JUNIOR, Silio. Bahia epigráfica e iconográfica. *A Tarde*, 07 jun. 1932.
- 28 QUERINO, 1938, p. 5 (Prefácio e Notas de Arthur Ramos).
- 29 VALLADARES, 1960, p. 119. Trata-se do manuscrito citado por Carlos Ott e publicado na Revista Serv. Patr. Hist. Art. Nac., Rio de Janeiro, n. 11, 1947, em que o autor demonstrou ter conhecido o manuscrito em 1946.
- 30 OTT, 1947, p. 200-203.



- 31 O manuscrito é composto por um conjunto de pequenas biografias e respectivas obras comentadas de pintores e escultores que produziram na Bahia e que se destacaram pela qualidade dos trabalhos existentes em igrejas e conventos de Salvador. Biblioteca Nacional, ref. II – 33, 34, 10 – microfilme.
- 32 Torquato Bahia no Prólogo da obra de Querino, *Artistas Bahianos*, 1909. Foi professor de Português, Presidente da Congregação, Presidente da Assembleia e sócio-benemérito no Liceu de Artes e Ofícios da Bahia.
- 33 VALLADARES, Clarival do Prado. *Riscadores de Milagres*. Rio de Janeiro: Secretaria de Educação do Estado da Bahia, 1967. p. 141.
- 34 *Idem*, p. 139-141.
- 35 EDELWEISS, Frederico. Prefácio em QUERINO, Manuel. *A Bahia de outrora: vultos e fatos populares*. 3. ed. Bahia: Livraria Progresso, 1946. (Coleção de Estudos Brasileiros, série 1ª – Autores Nacionais).
- 36 ALVES, Marieta. CONGRESSO DE HISTÓRIA DA BAHIA, 1., 1951. *Anais...* v. 5, p. 542.
- 37 BAHIA, *op. cit.*, p. III.
- 38 *Idem*, p. II.
- 39 VIANNA, Antonio. *Manoel Raymundo Querino*. Discurso proferido em a noite de 14 de março de 1923, no salão nobre do Centro Operário por Antonio Vianna (provetto jornalista e ilustrado poeta) e mandado publicar pela Comissão promotora das homenagens cívicas à memória do grande artista bahiano. Bahia, 1923, p. 5.
- 40 *Idem*, p. 5-6.
- 41 QUERINO, Manuel. *Costumes Africanos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938 (Prefácio e Notas de Arthur Ramos), p. 22.
- 42 *Idem, ibidem*.
- 43 QUERINO, *Artistas bahianos, op. cit.*, p 50-56. Outras indicações de preocupação com a pesquisa ver sobre os quadros da

- Catedral, às p. 44-46, como também sobre o artista José Tehophilo de Jesus, às p. 59-60.
- 44 QUERINO, Manuel. *A Bahia de outrora: vultos e fatos populares*. 3. ed. Bahia: Livraria Progresso, 1946. (Coleção de Estudos Brasileiros, série 1ª – Autores Nacionais). Com prefácio e notas de Frederico Edelweiss. p. 282.
- 45 *Idem*, p. 287.
- 46 *Idem, ibidem*.
- 47 *Idem*, p. 191.
- 48 Essas narrativas haviam sido publicadas na 1. ed. em 1916 e, na 3. ed. de 1946 algumas notas foram acrescentadas por Frederico Edelweiss. Em nota de “Episódio da Independência”, Edelweiss indicou outros estudos sobre a independência na Bahia publicados por ocasião do 1º. centenário, destacando alguns de autorias de historiadores como Braz do Amaral, Bernardino Ferreira Nóbrega e Antônio Moniz de Souza, como referências autorizadas de credibilidade.
- 49 LEITE, José Roberto Teixeira. *Pintores negros do Oitocentos*. São Paulo: Edições K; Motores MWM, 1988. p. 96.
- 50 *A raça africana* teve a sua 2. ed. publicada no ano seguinte, 1917; depois, em 1938 foi inserido na publicação *Costumes africanos no Brasil*, organizada e prefaciada por Artur Ramos. Novamente foi publicada em 3. ed. em 1955 e por fim, em 2. ed. de *Costumes africanos* em 1988, organizada, prefaciada e com notas de Raul Lody e apresentação de Thales de Azevedo, por ocasião das comemorações dos 100 anos da abolição.
- 51 QUERINO, 1938, p. 22.
- 52 *Idem*, nota 1.
- 53 O 5º Congresso Brasileiro de Geografia aconteceu entre os dias 7 e 15 de setembro de 1916 em Salvador. Ver notícias nos Jornais *Diário da Bahia* e *Diário de Notícias* de 02 a 16 de setembro de 1916.
- 54 *Idem*, p. 5.
- 55 *Idem*, Ramos, *op. cit.*, p. 14. Foram reunidos os seguintes títulos:  
1. *A raça africana e seus costumes na Bahia* – com apêndice:

Candomblé de Caboclo; 2. *O colono preto como fator da civilização brasileira*; 3. A arte culinária na Bahia; 4. Notas de folclore negro (excertos de *A Bahia de Outrora*).

56 *Idem*, p. 6.

57 *Idem*, p. 7.

58 *Idem, ibidem*.

59 *O Democrata*, 03 dez. 1916, p. 01.

60 *Idem*.

61 *Idem*.

62 Prefácio da 3. ed. em QUERINO, *A Bahia de outrora*, 1946, p. 2.

63 *Idem, ibidem*.

64 *Diário de Notícias*, 15 de fevereiro de 1923. Faleceu às 5:00 horas da manhã do dia 14 de fevereiro de insuficiência mitral de concomitância = paludismo (malária) e sepultado no mesmo dia por volta das 17:00. Certidão do registro Civil e Óbito de Manoel Raymundo Querino atestado pelo Dr. Guilherme Pereira da Costa. APEB.

65 *Idem*. Foi enterrado no carneiro no. 25 da Irmandade de Santa Cecília.

66 *Idem*.

67 *Diário da Bahia*, 16 fev. 1923.

## CLASSE, COR E POLÍTICA NA TRAJETÓRIA DE ISMAEL RIBEIRO DOS SANTOS (1857-1931)

Aldrin Armstrong Silva Castellucci

Na manhã do dia 8 de janeiro de 1931, um fato de todo extraordinário ocorreu na casa de número onze do Moinho do Tororó, distrito de Santana da antiga cidade do Salvador. Um homem de 74 anos aproveitou um momento de distração de seus familiares, escalou até o telhado de sua residência e se atirou à calçada da rua. Seus vizinhos correram para socorrê-lo, encontrando-o ainda com vida. O médico Odilon Machado foi enviado ao local em uma ambulância da Assistência Pública, mas nada pôde fazer em função da constatação da morte do “pobre velho”. O fato foi comunicado à Polícia, que encarregou o médico-legista Arthur Ramos de tomar as providências cabíveis.<sup>1</sup>

O suicida era o alfaiate Ismael Ribeiro dos Santos, um sujeito bastante conhecido de grande número de habitantes da capital baiana da época, fossem ou não dos

meios operários. As razões que levaram o antigo coronel da Guarda Nacional a tirar a própria vida são desconhecidas. Talvez elas estivessem relacionadas ao fato de ele estar velho e debilitado. É possível que estivesse passando por sofrimentos derivados de alguma doença não mencionada pelas evidências que encontramos. Contudo, há uma grande quantidade e diversidade de fontes históricas que nos permitem reconstituir certos momentos de sua trajetória com o objetivo de, por meio dela, adentrarmos no mundo dos trabalhadores e de suas lutas por cidadania.

Este texto reconstitui a trajetória do alfaiate negro Ismael Ribeiro dos Santos (1857-1931), indivíduo que iniciou sua militância engajando-se nas causas da Abolição e da República, e que depois foi um dos protagonistas do movimento operário e socialista na Bahia ao longo da Primeira República. Atenção especial foi dada à luta que o personagem travou por cidadania para si e para seus companheiros de classe a partir de sua atuação nas eleições, quando chegou a receber sufrágios suficientes para conduzi-lo ao cargo de membro do Conselho Municipal de Salvador. Utilizamos uma gama variada de fontes, tais como inventários *post-mortem* e testamentos, imprensa operária e grande imprensa, além dos estatutos, atas de reuniões e relatórios anuais do Partido Operário da Bahia, da União Operária Bahiana e do Centro Operário da Bahia, três das principais organizações onde nosso biografado militou.

Ismael Ribeiro dos Santos nasceu no dia 22 de outubro de 1857 na vila de São Francisco, atual cidade de São Francisco do Conde, então comarca de Santo Amaro da Purificação, no recôncavo baiano. Era “filho legítimo” de Ricardo Ribeiro dos Santos e Felismina da Conceição dos Santos.<sup>2</sup> Não foi possível conseguir nenhuma informação relevante sobre a vida e a condição social dos pais de nosso personagem quando de seu nascimento. A despeito de seus primeiros trinta e um anos terem transcorrido na vigência do regime escravista, seu testamento e seu volumoso inventário *post mortem* se limitaram a classificar nosso biografado como “pardo”, silenciando completamente sobre seu eventual passado no cativo ou descendente de escravo.<sup>3</sup> De todo modo, é preciso reconhecer que a região onde o sujeito que estamos estudando nasceu era um importante enclave da economia agro-exportadora açucareira. Portanto, Ismael Ribeiro dos Santos obrigatoriamente viveu a experiência da escravidão, direta ou indiretamente.<sup>4</sup>

## A República e a organização do Partido Operário da Bahia

Talvez a melhor maneira de compreendermos a trajetória de Ismael Ribeiro dos Santos seja analisando as várias frentes de militância e a ampla e diversificada rede associativa na qual ele se envolveu. Há fortes indícios de que ele já estivesse envolvido com a política desde o Império. De

outra forma não explicaríamos sua bem sucedida aparição nas tramas das eleições da Primeira República logo no início do novo regime. A própria patente de Capitão da 3ª Companhia, 188º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional, com a qual ele foi investido em 19 de outubro de 1901 pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, mais que um mero título honorífico, era uma porta de entrada para a política formal, isto é, para as eleições.<sup>5</sup> Portanto, era um caminho seguro para a aquisição de cidadania nos marcos do sistema político vigente.

De fato, no alvorecer da República, inúmeros partidos que se autoproclamavam operários e/ou socialistas foram fundados em várias cidades de todas as regiões do Brasil. Como foi observado por vários autores, em geral essas organizações professavam um socialismo eclético, cientificista e positivista. Muitas de suas lideranças pensavam ser possível melhorar as condições de vida da classe operária através de reformas sociais graduais, garantidas por uma legislação especial sobre o assunto. De acordo com Claudio Batalha, os programas desses partidos abarcavam reivindicações como o estabelecimento do voto secreto, a ampliação do direito de voto, a revogabilidade dos mandatos eletivos, a jornada de trabalho de oito horas, a criação de tribunais arbitrais entre patrões e empregados, a proibição do trabalho de menores de 14 anos, a restrição ao trabalho noturno, o direito de greve e o direito de associação. Essas leis de proteção aos trabalhadores seriam promulgadas

a partir da ativa intervenção dos representantes dos operários nas câmaras municipais, nas assembleias legislativas e no próprio Congresso Nacional.<sup>6</sup>

Em Salvador, Ismael Ribeiro dos Santos tomou parte das articulações políticas engendradas em junho de 1890 para fundar o Partido Operário da Bahia ao lado do também alfaiate Elysiario Elysio da Cruz, do ferreiro Francisco Pedro do Bomfim e do carpinteiro José Maria de Souza. Eles lideraram um grande número de artesãos dos mais diversos ofícios e fizeram várias reuniões no Club dos Maquinistas, na Sociedade Montepio dos Artistas e no Club Democrático. Contudo, desde o início, a organização foi centro de muitas dissensões e os conflitos internos deram lugar à cisão da entidade e ao surgimento da União Operária Bahiana, que, a partir de então, passou a reunir seus membros nas dependências da Sociedade Filarmônica Luso-Guarani. Ismael Ribeiro também estava nas fileiras dos dissidentes, juntamente com os tipógrafos Candido de Araújo Brizindor e Argemiro de Leão e o pintor e desenhista Manuel Raymundo Querino (1852-1923), seus principais aliados doravante.<sup>7</sup>

## A União Operária Bahiana e o Congresso Operário Nacional de 1892

Não apenas o núcleo original do Partido Operário da Bahia, cuja liderança era mais próxima de Domingos Silva,



mantinha relações com o tipógrafo Luiz da França e Silva. Os dissidentes, ligados ao grupo de Ismael Ribeiro dos Santos, também estabeleceram contatos estreitos com o Partido Operário do Brasil. Prova disso é que, quando França e Silva organizou o Congresso Operário Nacional, também conhecido como Primeiro Congresso Socialista Brasileiro, realizado no Rio de Janeiro, de 1º de agosto a 5 de setembro de 1892, a União Operária Bahiana enviou representação. Após algumas reuniões e discussões no mês de junho de 1892, feitas no Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, da qual tomaram parte, entre outros, os operários Caetano de Mattos, Prediliano Pereira Pitta, Anastácio Vicente Vianna, José Polybio da Rocha, Guilherme Conceição Foeppel e Tertuliano Guimarães, indicaram-se os nomes do pintor e desenhista Manuel Raymundo Querino e do tipógrafo Argemiro de Leão, este último já residente no Rio, como delegados da Bahia ao conclave.<sup>8</sup>

Contudo, em carta datada de 18 de julho de 1892, enviada ao Partido Operário liderado por França e Silva, a União Operária Bahiana apresentou os nomes de Argemiro de Leão e Cândido Brizindor como seus delegados ao Congresso Operário Nacional. O documento era assinado por Ismael Ribeiro dos Santos e toda a diretoria da organização dissidente do Partido Operário da Bahia: José Polybio da Rocha (presidente), João Pessoa de Britto (vice-presidente), Manuel Querino (1º secretário), Guilherme Conceição (2º secretário), Severino Godofredo de Mattos (vogal).<sup>9</sup>

Uma comissão foi formada, presidida pelo artesão Prediliano Pereira Pitta, forte aliado de Ismael Ribeiro dos Santos nos anos seguintes, com o objetivo de indicar, preliminarmente, o que deveria ser apresentado no conclave. Entre os pontos a serem defendidos pela delegação baiana, estavam: a) “dia normal de 8 horas de trabalho”; b) “criação de bancos com ações de pequeno valor, sendo acionistas os operários”; c) “criação de um jornal operário de propaganda em cada estado, a fim de que o operário tenha verdadeira intuição de seus direitos”; d) “criação de escolas profissionais em todas as cidades, quer pelo governo, quer pela iniciativa particular, a fim de serem aperfeiçoados os nossos produtos”; e) “criação de uma caixa de socorros mútuos para socorrer os operários que se invalidarem no trabalho”; f) “neutralidade completa em tudo que possa afetar responsabilidade política”.<sup>10</sup>

O objetivo de aglutinar as dezenas de clubes, centros e partidos operários e socialistas que existiam espalhados pelo Brasil numa única organização de base nacional não foi alcançado, mas os 41 pontos, publicados no jornal carioca *O Socialista*, constituíam-se no mais amplo e minucioso documento de seu tempo, apontando para questões centrais da política e da vida operária.

O programa do Partido Operário do Brasil defendia, entre outras coisas, a realização de eleições diretas para todos os cargos eletivos pelo sufrágio universal e sua

revogabilidade pelo mesmo sistema; o direito de votar e de ser votado para todos os indivíduos que atingissem a maioria civil; imposto único direto sobre salários e rendimentos; instrução primária, técnica e secular, gratuitas e obrigatórias; “completa liberdade de consciência, de pensamento, de imprensa, de reunião, de associação e de locomoção”; criação de bolsas de trabalho; exclusão dos patrões e proprietários da administração das sociedades operárias; proibição do trabalho infantil (menores de 12 anos); jornada de trabalho normal de 8 horas/dia, menor que 8 horas nos setores insalubres e de 5 horas no noturno; salário mínimo que atendesse às “necessidades da vida social”; “garantia de todos os direitos civis e políticos à mulher”; e imposto sobre heranças.<sup>11</sup>

### **A difícil unidade de classe: a fundação do centro operário da Bahia**

As duas associações rivalizaram e disputaram hegemonia junto à classe operária por dois anos, quando o grupo fundador e a dissidência se realinharam para criar uma nova organização, o Centro Operário da Bahia. Em um dia de domingo, 18 de junho de 1893, o grupo que se autoproclamou “comissão da classe operária” realizou uma grande reunião no Liceu de Artes e Ofícios, para a qual foram convocados “todos os artistas, operários e proletários”.<sup>12</sup> O

pedreiro Domingos Silva, principal adversário político de Ismael Ribeiro dos Santos na nova organização, redigiu um longo “Manifesto aos dignos Artistas, Operários e Proletários do Estado da Bahia”, no qual concitava seus companheiros a lutarem por uma república social, baseada na igualdade, sem oligarquias, sem privilégios e sem influência dos ricos.<sup>13</sup>

Junto a esse manifesto foi encaminhado à Câmara dos Deputados da Bahia um ofício, datado de 1º de julho de 1893, no qual era informada a criação, na reunião do dia 18, de uma “Comissão Provisória”, que, com a denominação de Centro Operário da Bahia, organizaria, unificaria e representaria, por meio de uma Lei, a classe operária baiana. A comissão era composta de 21 operários, sobressaindo os nomes dos operários que haviam fundado o Partido Operário, a exemplo de Elysiario Elysio da Cruz e Domingos Silva, apresentado como presidente, mas também apareceram os nomes daqueles que aderiram à União Operária Bahiana, a dissidência do Partido Operário, caso de Ismael Ribeiro dos Santos, doravante expoente da facção rival à de Domingos Silva no interior do Centro Operário.<sup>14</sup>

Uma reunião da comissão executiva do Centro Operário foi feita na noite de quinta-feira, 27 de julho de 1893, momento em que outra comissão se formou, sendo composta pelos operários Domingos Silva, Virgílio Francisco Coelho, Ubaldo José de Oliveira Couto, Matheus Alves da Cruz Rocha e Alypio José Vianna. Seu objetivo era “estudar

e terminar a lei da organização de classe”.<sup>15</sup> Até o final do ano, outras sessões do Conselho Executivo e assembleias gerais foram feitas, sem que o quadro delineado fosse alterado.

Pode-se dizer que, do ponto de vista da dinâmica do movimento operário, a reunião do dia 18 de junho de 1893 foi o marco de fundação do Centro Operário da Bahia. Porém, sua formalização e instalação solene só ocorreram no dia 6 de maio de 1894, numa grande assembleia realizada no Teatro Politeama Bahiano, à qual se fizeram presentes cerca de cinco mil operários, além de “todo o mundo oficial” e de representantes das diferentes associações existentes em Salvador à época. De fato, a presidência provisória dos trabalhos foi confiada ao conselheiro José Luiz de Almeida Couto, intendente municipal de Salvador, e depois ao Dr. Joaquim Manoel Rodrigues Lima, governador da Bahia, uma prática que pode ter sido informada pelas antigas formas de controle que o Governo Imperial impunha às sociedades mutualistas.<sup>16</sup>

De todo modo, na sessão de assembleia geral do dia 6 de maio de 1894, promulgou-se a Constituição do Centro Operário do Estado da Bahia, sendo o operário construtor Domingos Francisco da Silva aclamado seu primeiro presidente, o que atesta o crescimento de sua liderança, já que nas origens do Partido Operário o papel de maior destaque coube ao alfaiate Elysiario Elyσιο da Cruz. O Centro Operário foi instalado inicialmente em um prédio

na antiga rua Direita do Palácio (depois rua Chile), e sua primeira diretoria refletia a tentativa de reconciliar as duas facções rivais, o que fica evidente pela assimilação de Ismael Ribeiro dos Santos, principal antagonista de Domingos Silva a partir de então.<sup>17</sup>

A Constituição do Centro Operário do Estado da Bahia, promulgada em 6 de maio de 1894, foi publicada nas edições dos dias 8, 9 e 17 de junho de 1894 do *Diário da Bahia*, o antigo órgão do Partido Liberal, do qual fizera parte o conselheiro José Luiz de Almeida Couto, sendo depois o jornal oficial do Partido Republicano Federalista sob o novo regime. Ela consagrava uma estrutura organizativa interna muito semelhante às adotadas pelo Partido Operário da Bahia e pela União Operária Bahiana, sendo, pois, quase um decalque dos elementos constitutivos das regras do sistema político brasileiro surgido com a República, especialmente no que tange às eleições.<sup>18</sup>

Com efeito, a Constituição do Centro Operário da Bahia apresentava-o como um ente que falaria “em nome da união, prosperidade e garantias dos seus membros”, assegurando o “desenvolvimento das artes, ofícios e indústrias” e aglutinando as “classes artística, operária e proletária”. Do mesmo modo que ocorrera nas duas entidades que o antecederam, o Centro Operário da Bahia possuía um núcleo do qual se irradiavam as principais decisões. Esse centro político decisório era chamado de conselho executivo

do Centro Operário, composto de 21 membros, inclusive um presidente, um vice-presidente, 1º e 2º secretários. Em cada paróquia dos municípios, inclusive na capital, haveria conselhos paroquiais do Centro Operário. As paróquias que tivessem dois distritos teriam o mesmo número de conselhos paroquiais. Os conselhos paroquiais teriam nove membros, inclusive um presidente, um vice-presidente, 1º e 2º secretários. Em cada vila, cidade ou comarca do interior do estado que tivesse um grupo de operários dispostos a aderir à entidade seria organizado um conselho filial do Centro Operário. A direção dos conselhos filiais teria quinze membros e a mesma estrutura do conselho central e dos conselhos paroquiais. Os conselhos paroquiais só seriam formados quando possuíssem cem operários agremiados ou mais por paróquia, ao passo que era exigido um mínimo de cinquenta trabalhadores filiados para que fosse fundado um conselho filial.

Todos os cargos seriam eletivos, com mandatos de quatro anos, a contar da data da posse, que deveria ser feita trinta dias após a eleição, a ser marcada com pelo menos quinze dias de antecedência. Só poderiam votar os operários filiados e que estivessem quites com suas mensalidades. O sufrágio seria feito por uma chapa constando os nomes de todos os candidatos e seus respectivos cargos, do mesmo modo que ocorria nas eleições institucionais, só podendo “ser eleito e ocupar qualquer cargo do Centro Operário o

agremiado associado que viver da profissão e estiver em dia com seus compromissos”. Os “poderes” dos “novos eleitos” precisavam ser “reconhecidos” pelos que tivessem terminado seus mandatos, uma incrível semelhança com o esquema vigente na Primeira República por meio do qual a Câmara dos Deputados controlava sua própria renovação a partir da “comissão de verificação de poderes”, promotora das famosas “degolas”.

As mesmas disposições estatutárias do Centro Operário definiam, entre as muitas atribuições do conselho executivo, organizar um tribunal de arbitragem, composto de nove membros, com a finalidade de dirimir conflitos entre operários e proprietários, uma clara influência do pensamento do tipógrafo Luiz da França e Silva, um dos fundadores dos jornais cariocas Voz do Povo e Echo Popular e do Partido Operário Nacional. A direção deveria organizar, também, uma tabela de preços de obras, com especificações quanto à idade e ao sexo do operário, bem como, quanto à duração do trabalho. Os valores deveriam estar em sintonia com a variação cambial e dos preços dos gêneros de primeira necessidade. Este segundo ponto é um traço típico de sindicatos de ofício com pretensões de regulamentar, proteger e até controlar o mercado de trabalho em benefício de seus filiados por meio do chamado *closed shop*, e já estava presente na Lei Orgânica do Partido Operário. O Centro Operário deveria, por fim, lutar pela jornada de trabalho



de oito horas, começando às oito da manhã e terminando às dezesseis horas, sem redução dos salários, e combater o emprego de menores de dez anos e de mulheres casadas ou viúvas de sócios em “trabalhos forçados por necessidade”, bandeiras igualmente defendidas pelos integrantes do Partido Operário da Bahia e da União Operária Bahiana.

A Constituição do Centro Operário estabelecia, ainda, que essa organização deveria oferecer curso “primário”, “secundário”, “acessório” e “técnico”, um ponto que, certamente, era tributário das preocupações que aqueles militantes sociais manifestaram, desde 1890, com a instrução enquanto mecanismo de aquisição da cidadania política. O Centro deveria criar, também, uma biblioteca, uma filarmônica e uma orquestra; estabeleceria uma tipografia para uso dos oficiais sócios e para a impressão do jornal *A Voz do Operário*; criaria uma casa de recolhimento de menores pobres e de órfãos de operários para serem treinados como aprendizes de um ofício; uma segunda casa de recolhimento destinada a abrigar os operários filiados vítimas de invalidez, velhice ou doença; uma caixa de socorros para operários acometidos de moléstia ou invalidez, auxílio funerário e pensão para viúvas em casos de morte;<sup>19</sup> assistência judiciária nos litígios envolvendo operários na condição de inocentes ou perseguidos; criação de uma caixa operária, mediante a expedição de ações de dez mil-réis, com capital de mil contos de réis, que poderia ser ampliado de acordo com a

necessidade, acessível aos operários de ambos os sexos, tendo fundo, gestão e regulamento próprios e objetivando a construção de casas de tamanho regular, que deveriam ser alugadas ou vendidas a operários, o que sem dúvida alguma constituía uma novidade no leque de *serviços* prestados pelas sociedades de socorros mútuos no Brasil.

A mesma norma previa a realização de um congresso operário a cada três anos, em Salvador, a contar da data da instalação definitiva da organização. O evento deveria ser dirigido pelo conselho executivo e contar com a participação de delegações de todos os conselhos filiais, sendo convocado com antecedência de sessenta dias por meio da imprensa. O congresso operário teria entre os seus objetivos “tomar as medidas que julgar consentâneas para o adiantamento geral dos operários, levantando as artes, os ofícios e as indústrias, e respeitando as leis federais e estaduais”. Além disso, o conclave poderia realizar reformas na Constituição do Centro Operário, tendo em vista a “conveniência” e a necessidade de adequação de suas disposições aos “nossos hábitos e costumes”.

Por fim, o documento que deveria nortear a conduta e as ações dos membros do Centro Operário criava uma distinção entre os filiados, que poderiam ser agremiados ou associados. O primeiro pagaria 2\$000 de joia e \$500 de mensalidade, ao passo que o último teria que desembolsar uma joia de 5\$000 e mensalidades de 1\$000. Suspeitamos que a distinção estava

relacionada à extensão ou não de direitos políticos na entidade aos seus membros, mas isso não fica totalmente esclarecido. De todo modo, nos dois casos, a filiação era antecedida por uma investigação da conduta do candidato na sociedade, e ele só adquiriria seus direitos legais após um ano de contribuição, perdendo-os após seis meses de inadimplência. Além disso, a *Constituição do Centro Operário* instituía outras três ordens de sócios: benfeitores, beneméritos e honorários, “sendo indiferente a classe a que pertençam, desde que, pelos serviços prestados à sociedade, tornem-se dignos de qualquer distinção”. Distinção, aliás, era feita, também, aos operários que tomassem parte da primeira eleição do Centro Operário, pois receberiam o tratamento de “fundadores”, e seus nomes seriam “gravados em um livro especial”, o que, certamente, valia-lhes algum capital político.

Logo após os atos de fundação, feita com a pompa e beneplácito das elites estaduais, a liderança do Centro Operário da Bahia buscou revestir a nova organização de uma legitimidade mais ampla. Para tanto, ainda no dia 6 de maio de 1894, Domingos Silva enviou um telegrama ao “ínlito marechal” Floriano Peixoto, no qual fez um relato da solenidade de instalação do Centro Operário, congratulou-se com aquela autoridade pela “vitória sobre a revolução” e solicitou “apoio” para o empreendimento político que liderava na Bahia. O telegrama terminava com proclamações de “Viva a República” e “Viva a igualdade”.<sup>20</sup>

Nesse primeiro momento de existência do Centro Operário era preciso edificar a nova organização na prática. Por duas razões, essa tarefa foi facilitada. Em primeiro lugar, porque a estrutura organizativa prevista na Constituição do Centro Operário da Bahia não o diferenciava substancialmente das duas entidades que o antecederam. Na realidade, aquela forma de organização era ideal para o tipo de jogo político no qual o Centro Operário se envolvera e já estava assimilada por sua base social. Em segundo lugar, mas não menos importante, os objetivos gerais das três instituições – do Partido Operário da Bahia, da União Operária Bahiana e do Centro Operário da Bahia – tão pouco se distinguiam, apesar da ampliação notável do leque de metas a serem perseguidas por este último. Intervir no jogo político institucional, isto é, nas eleições, visando conquistar reformas sociais e acumular ganhos para a classe operária que estava se formando, eis o objetivo desta que foi uma das mais sólidas correntes a atuar no movimento operário baiano. Essa forma de organização se mostrou altamente eficiente para a eleição de Ismael Ribeiro dos Santos e de outros operários aos cargos eletivos da Justiça de Paz, das Juntas Distritais e do Conselho Municipal.

Com efeito, teve início, então, um grande esforço para formar os conselhos paroquiais nos bairros de Salvador e os conselhos filiais nas vilas e cidades do interior da Bahia, procedendo-se à filiação dos trabalhadores em torno de

antigas e novas lideranças operárias. Já no dia 27 de maio de 1894, o artista Euzébio Pecegueira presidiu uma assembleia com “grande número de operários”, na qual foi lida a Constituição do Centro Operário e fundado o Conselho Paroquial da Freguesia de Pirajá.<sup>21</sup> Já o “proyecto artista” e capitão da Guarda Nacional, Manuel Friandes, dirigiu uma sessão de assembleia dos trabalhadores do 2º Distrito de Santana, realizada no domingo, 10 de junho de 1894, às 9 horas da manhã, em sua residência, sendo eleito presidente do Conselho Paroquial daquela localidade. Segundo uma missiva enviada à imprensa por um anônimo operário, o nome de Manuel Friandes fora indicado graças ao fato de ele ser um “artista honrado”, recomendado por sua “honestidade”, “amor ao trabalho” e “exemplar dedicação em favor da prosperidade da sua classe”.<sup>22</sup> O presidente do conselho provisório do Distrito dos Mares também convocara uma reunião para domingo, 17 de junho de 1894, às 10 horas da manhã, em uma das salas da Fábrica Martins Fernandes (cigarros), com a finalidade de eleger os membros do conselho paroquial definitivo.<sup>23</sup>

Na noite do último domingo de agosto de 1894, chegara o momento da freguesia da Penha. O ato, presidido pelo “artista” Bento Luiz dos Santos, fora feito no Colégio Pereira, que ficara “repleto de operários e cidadãos de outras classes”. O presidente do Centro Operário, Domingos Silva, fez uma conferência de uma hora e meia, espaço de tempo no

qual “tratou de pontos essenciais para o bem-estar da classe operária da Bahia”. Entre os temas discutidos pelo operário construtor, destaque especial fora dado à “educação dos operários, da sua união e do amor ao trabalho”. Domingos Silva disse, ainda, que “o 13 de maio libertara o homem, mas não o espírito e que o 15 de novembro, trazendo a República e entregando ao povo grandes liberdades e garantias, até hoje não tinha lhe oferecido os meios para bem se aproveitar”. O último aspecto tratado foi uma análise do “modo porque são presos e detidos os operários e desenvolveu os pontos capitais que constituem os fins do Centro”<sup>24</sup>

Essa dinâmica se reproduziu em todos os bairros de Salvador, com conselhos paroquiais sendo fundados uns após os outros, um claro traço de continuidade em relação ao modo como se estruturou o Partido Operário. Já no início de fevereiro de 1895, o Centro Operário convocou eleições para o conselho executivo e para os conselhos paroquiais. O pleito deveria ser realizado nos dias 10 e 24 de março de 1895.<sup>25</sup> Em ofício enviado à Câmara dos Deputados da Bahia, datado de 30 de maio de 1895, o artista da construção José Pereira de Lacerda, 1º secretário da entidade, informou que 1.523 agremiados sufragaram os dirigentes que teriam mandatos para o quadriênio de 1895-1899. Ao todo, foram 183 operários eleitos, sendo 21 do conselho executivo e 162 de dezoito conselhos paroquiais em Salvador (Sé, São Pedro, Conceição da Praia, 1º e 2º distritos de Santana, Rua do Paço,

Pilar, 1º, 2º e 3º distritos da Vitória, 1º e 2º distritos de Santo Antônio, Brotas, Mares, Penha, Pirajá, Itapuã e Cotegipe). As solenidades de posse e comemoração do primeiro aniversário do Centro Operário seriam realizadas no salão nobre do Liceu de Artes e Ofícios, sob a presidência do Dr. Joaquim Manoel Rodrigues Lima, governador da Bahia.<sup>26</sup>

Além dos agremiados do Centro Operário, convites foram feitos às autoridades civis e militares, aos representantes dos poderes legislativos municipal, estadual e federal, ao intendente, às “corporações civis e religiosas”, à imprensa e ao povo em geral, para comparecerem à missa em ação de graça que seria celebrada na Igreja de São Pedro dos Clérigos, padroeiro da entidade, também no dia 5 de maio de 1895, às 10 horas da manhã, antes das solenidades oficiais de posse.<sup>27</sup> Até mesmo uma grande passeata pelas ruas do Centro de Salvador foi feita na noite do dia 6 de maio de 1895 em comemoração ao primeiro aniversário de fundação do Centro Operário.<sup>28</sup>

Mas, além da significativa mobilização operária para fundar os 18 conselhos paroquiais de Salvador, esforços foram envidados, também, para a criação de vários conselhos filiais no interior da Bahia, idêntico procedimento ao que fora feito para expandir os tentáculos do Partido Operário a outros centros urbanos do estado. Em Maragogipe, cidade com grande concentração operária das fábricas de charutos, a fundação do conselho filial ocorreu na noite do dia 7 de

outubro de 1894, no salão das sessões do Paço Municipal. O Conselho Executivo do Centro Operário enviou uma comissão composta pelo alfaiate Ismael Ribeiro dos Santos e pelos artífices da construção Domingos Silva, José Pereira Lacerda e Leopoldo Magno Teixeira. Ao chegarem àquela cidade do recôncavo baiano, essas lideranças encontraram o “artista” Sabino Vieira de Carvalho. A assembleia de fundação do Conselho Filial de Maragogipe contou com a “presença de mais de duzentos cidadãos pertencentes às diversas classes sociais” da comuna, inclusive do intendente municipal, coronel Antonio Felipe de Mello, e de representantes do promotor público, do comissário de polícia, das redações de Nova Era e Democrata, da Sociedade Montepio dos Artistas, da Sociedade Monte de Socorro, da Sociedade Filarmônica Terpsichore, da Filarmônica Dois de Julho, da Fábrica Dannemann & Cia. e da Fábrica de Charutos Lourenço Guerreiro.<sup>29</sup>

Em Nazaré, ainda no dia 7 de outubro de 1894, foi feita uma assembleia na Sociedade Montepio dos Artistas com “grande número de operários”, sendo fundado o conselho filial daquela cidade.<sup>30</sup> No mesmo ano, ocorreu a fundação do Conselho Filial de Alagoinhas, uma cidade que contava com grande número de operários ferroviários. No ano seguinte, uma comissão do Centro Operário foi mandada para lá com o objetivo de tomar parte das comemorações do primeiro aniversário e da inauguração das aulas do curso primário e secundário. Mais uma vez Ismael Ribeiro dos Santos estava



presente, integrando a referida comissão, ao lado dos artesãos Francisco de Assis, Candido de Oliveira e Gabriel Soares. Eles chegaram à cidade no sábado, dia 16 de novembro de 1895, e foram recepcionados na estação ferroviária por Marcollino Vianna, o “inteligente e caprichoso artista” que presidia o Conselho Filial do Centro Operário. Uma missa foi realizada pela manhã e uma sessão solene foi feita na tarde de domingo, 17 de outubro de 1895, da qual tomaram parte o Intendente, o presidente do Conselho Municipal, o comissário de polícia e “muitos cidadãos de todas as classes”, além do capitão Domingos Silva, presidente do Conselho Executivo do Centro Operário, e de José Pereira Lacerda, seu 1º secretário.<sup>31</sup> Na cidade de Areia, um Conselho Filial do Centro Operário também foi instalado no dia 1º de março de 1896, em meio a uma sessão de assembleia “muito concorrida”, à qual compareceu “crescido número de artistas e muitas pessoas de diversas classes”.<sup>32</sup> E assim sucedeu-se nos anos seguintes, não valendo a pena fazer um relato mais exaustivo do processo.

O que é importante ressaltar é que essa estrutura organizacional, como se pode ver, era um poderoso fator da formação de redes de clientelas, uma situação que se aprofundava quando percebemos que havia uma concentração excessiva de prerrogativas e atribuições em torno do sócio que ocupasse o cargo de presidente, inclusive com forte traço personalista. Aliás, essa não parece ter sido uma exclusividade

do Centro Operário da Bahia, já que localizamos dispositivos semelhantes em outras sociedades operárias baianas fundadas entre meados do século XIX e 1930.

Além disso, os sócios benfeitores, beneméritos e honorários, em sua maioria, comerciantes, industriais, profissionais liberais e políticos tradicionais, tinham muitos “serviços” a “prestar” ao Centro Operário. O relatório da entidade, referente ao biênio de 1917-1919, dava conta da existência de 45 sócios beneméritos entre autoridades públicas, parlamentares, professores, médicos, farmacêuticos, advogados, engenheiros, militares, clérigos e comerciantes. Na longa lista, constavam os nomes do marechal Hermes da Fonseca, do senador J. J. Seabra, do governador Antonio Ferrão Moniz de Aragão, dos deputados federais Mário Hermes da Fonseca e João Augusto Neiva, do chefe de polícia José Álvaro Cova, do professor Torquato Bahia da Silva Araújo e outros. O conselheiro Braúlio Xavier chegou a ser agraciado com o título de presidente honorário do Centro Operário em 1913. Em diversos momentos de crise interna ou durante as eleições municipais, Ismael Ribeiro dos Santos e seu arquirrival Domingos Silva acionaram politicamente esses indivíduos em suas contendas.<sup>33</sup>

Mas eles também desempenharam um papel-chave na estruturação de uma rede de clientelismo, por meio da qual a organização em tela, seus filiados e dirigentes beneficiaram-se de diversas formas. Os favores e benefícios conseguidos

para a classe operária e suas organizações em troca de voto e apoio político iam desde assistência judiciária e consultas médicas até isenções de impostos e as crescentes subvenções estatais diretas, em dinheiro, que vinham das esferas municipais, estaduais e federais, conseguidas através daquelas figuras de prestígio e poder que integravam a máquina política do Centro Operário.<sup>34</sup>

### A bem sucedida aposta eleitoral

A partir de então, duas novas lideranças se destacaram à frente das facções que disputaram o controle da entidade por anos: o mestre-de-obras e Capitão da Guarda Nacional Domingos Francisco da Silva (1865-1914), racialmente definido pelas fontes como mestiço, e o alfaiate Ismael Ribeiro dos Santos (1857-1931), classificado como de cor parda. Desde suas origens, essas organizações tinham o objetivo explícito de garantir aos operários um canal de participação nas eleições da Primeira República visando eleger seus representantes para a Justiça de Paz, as Juntas Distritais e o Conselho Municipal, no que foram mais que bem-sucedidas. Além disso, elas tiveram um papel relevante nos arranjos políticos das oligarquias nas eleições estaduais e federais, quando os dois grupos rivais fizeram alianças com diferentes chapas e partidos das elites baianas, para as quais carregaram votos operários em troca de benefícios para si e para os trabalhadores.<sup>35</sup>

O Centro Operário da Bahia conseguiu grande adesão dos trabalhadores, estabelecendo conselhos paroquiais em todas as dezoito freguesias de Salvador naquele momento. Como dissemos, em 1894 essa organização já possuía cerca de cinco mil filiados, sem dúvida uma força eleitoral considerável, dado que boa parte desses indivíduos eram artesãos alfabetizados e, portanto, detentores de cidadania política.<sup>36</sup> Pelos relatórios da entidade, verificamos que tal número caíra para quatro mil em 1900 e 1903, e que na década de 1910, a média de filiados foi de mais ou menos mil: 996 em 1916, 999 em 1917, 1.033 em 1918 e 1.200 em 1919. Como pode-se ver, são números significativamente altos para a época.<sup>37</sup>

Ismael Ribeiro dos Santos conseguiu se eleger conselheiro municipal de Salvador por duas vezes, a primeira em 1896, quando ficou na suplência, e a segunda em 1903, quando conseguiu sufrágios suficientes para alçar a condição de titular. É que diferente do que havia ocorrido no pleito de 1892, a intervenção do Centro Operário da Bahia nas eleições municipais de 22 de março de 1896 foi bem mais organizada e frutífera. Tirando lições da experiência anterior, as lideranças operárias começaram a se mobilizar bem cedo. Já em outubro de 1895, o artista mestiço Domingos Francisco da Silva fez, através da grande imprensa, reiterados apelos aos trabalhadores para que estes participassem das eleições.<sup>38</sup>

Já no início de fevereiro de 1896, o conselho executivo do Centro Operário divulgou uma nota pública na qual informava que havia feito uma reunião e decidira lançar candidatos ao pleito que seria realizado em março, e que a chapa se constituía em uma “representação das classes proletárias”.<sup>39</sup> Em documento posterior, o Centro Operário informou que as pessoas escolhidas como candidatos a serem apresentados pela entidade ao eleitorado eram os alfaiates Ismael Ribeiro dos Santos e Elysiário Elysio da Cruz e os operários da construção Domingos Francisco da Silva, Prediliano Pereira Pitta e José Pereira de Lacerda.<sup>40</sup>

Em longo manifesto, “Ao independente eleitorado da capital da Bahia”, a direção do Centro Operário ratificou a chapa que havia indicado para a renovação de um terço do Conselho Municipal de Salvador. Foram adicionados os nomes de outros dezoito artesãos candidatos à Justiça de Paz e às Juntas Distritais das freguesias de São Pedro, Conceição da Praia, Santana, Rua do Paço, Pilar, Mares, Penha, Brotas e Pirajá. Registrou-se também que a organização apresentaria os nomes de candidatos aos mesmos cargos nas paróquias restantes.<sup>41</sup>

Como a ação do Centro Operário no pleito municipal de 1896 foi mais organizada e com um razoável grau de coesão, a máquina política dos trabalhadores, em aliança com os partidos das classes dominantes, conseguiu eleger cinco operários como suplentes do Conselho Municipal.

Dos quinze conselheiros municipais titulares empossados no dia 23 de maio de 1896, sete eram federalistas, seis eram constitucionais e dois haviam se candidatado por ambos os partidos. Nenhum deles poderia ser enquadrado na condição de trabalhador manual.<sup>42</sup> Porém, fatos inusitados e de conseqüências extraordinárias ocorreram menos de um ano depois da posse dos novos *edís*. No dia 28 de março de 1897, o Conselho Municipal foi levado a fazer uma nova eleição para suprir a vaga aberta pela renúncia do federalista Deocleciano Ramos. Foram candidatos José Alves Ferreira, pelo Partido Republicano Federalista, e o artesão Prediliano Pereira Pitta, pelo Partido Republicano Constitucional, o primeiro obtendo 1.328 votos e o integrante do Centro Operário arregimentando 731 sufrágios.<sup>43</sup>

A crise política, porém, parecia não ter fim, pois outros seis conselheiros municipais, tanto federalistas quanto constitucionais, renunciaram aos seus respectivos mandatos, abrindo caminho para a convocação do alfaiate Ismael Ribeiro dos Santos e de outros quatro artesãos: Domingos Silva, José Pereira de Lacerda, Elysiário Elyσιο da Cruz e Prediliano Pereira Pitta, os cinco que haviam se candidatado pelo Centro Operário da Bahia e que estavam na condição de suplentes.<sup>44</sup> Ao se pronunciarem, esses artistas fizeram o registro de que tomavam posse como conselheiros municipais na qualidade de “representantes da classe operária”, à qual procuravam servir, defendendo seus

interesses. Também o pintor e desenhista Manuel Querino foi beneficiado por esse singular acontecimento, que lhe assegurou uma das cadeiras do Conselho Municipal.<sup>45</sup>

As eleições municipais do dia 8 de novembro de 1903 foram ainda mais complexas. Elas foram reveladoras da intensidade e das conseqüências dos conflitos entre os grupos que atuavam no interior do Centro Operário e das alianças que cada um estabeleceu com as diferentes oligarquias. Naquele ano, o artista Fernando da Costa Bastos, do grupo liderado pelo alfaiate Ismael Ribeiro dos Santos, dirigia o Centro Operário. Já o grupo do artista Domingos Silva, fundador e primeiro presidente da referida associação, havia sido desalojado da direção da entidade, e travava uma guerra intestina e sem trégua por sua recuperação.

Essa disputa não refletia nenhuma linha de separação por cor, etnia ou nacionalidade, pois todas as organizações estudadas possuíam uma base social formada, majoritariamente, por artesãos brasileiros negros e mestiços, que conviviam sem nenhum conflito com a minoria composta pelos brasileiros brancos e pelos raros estrangeiros que delas faziam parte. Dos 1.176 sujeitos relacionados em nosso banco de dados, conseguimos identificar a ocupação/profissão de 608 (51,7%) deles. Desta amostra, 456 (75%) faziam parte do grupo dos chamados “artistas”. Somados aos 31 contramestres e mestres de oficinas, mestres de obras, construtores e pequenos empreiteiros, constatamos que

o mundo do trabalho manual correspondia a 80,1% dos membros do Centro Operário da Bahia.

Por outro lado, de nossa amostra de 1.176 associados, identificamos a cor de 133 deles, isto é, 11,3% dos filiados. Destes, 32 (24,1%) foram classificados pelas fontes como brancos, 40 (30,1%) foram definidos como pretos, 20 (15,0%) como pardos e 41 (30,8%) como mestiços. Se acreditarmos que esta amostra é representativa do conjunto da entidade, temos 75,9% dos filiados pertencentes ao grupo dos não-brancos. Portanto, podemos dizer que o Centro Operário foi formado majoritariamente por brasileiros negro-mestiços.<sup>46</sup>

O conflito também não tinha como móvel nenhum diferenciação ideológica, já que ambas as facções faziam parte do mesmo universo cultural, tinham o mesmo ideário social reformista moderado, além de compartilharem semelhantes práticas religiosas e possuírem vínculos com as irmandades católicas e as sociedades de auxílio-mútuo. Os dois grupos tinham condições de classe comuns, e se empenhavam desesperadamente na defesa de seus ofícios e de um mercado de trabalho relativamente fechado e controlado pelo Centro Operário.

Na realidade, o que provocava o antagonismo nas fileiras operárias era a disputa pelo controle da máquina político-eleitoral do Centro Operário. É que a direção dessa organização poderia ser determinante no estabelecimento de conexões com o poder visando à conquista de certos cargos



eletivos e o estabelecimento de relações importantes para a consecução de contratos de obras públicas e de postos de trabalho. Afinal, diferente do padrão existente na Primeira República, quando os partidos operários geralmente tinham existência efêmera, frágil e de base local, o Centro Operário da Bahia se destacou por sua solidez financeira, extraordinário número de filiados, singular longevidade e grande eficiência.

Assim, nos momentos dos pleitos da macro política institucional e nas eleições para a diretoria do Centro Operário, os alinhamentos levavam à formação ou ao estremecimento das facções, produziam o acirramento dos conflitos internos, davam lugar a dissidências e rearranjos. Podemos dizer que tais cisões e o sectarismo no interior da associação estavam informados pelo facciosismo dos partidos oligárquicos. O conflito interoligárquico parece ter sido transportado para o interior do Centro Operário, e a forma como as facções operárias lutavam guardava uma semelhança muito grande com o contorno que as classes dominantes davam às suas disputas pelo controle do aparelho de Estado.

Esse entrelaçamento das eleições para os cargos eletivos da Justiça de Paz, das Juntas Distritais e do Conselho Municipal com as disputas internas pela máquina política do Centro Operário da Bahia pode ser visto claramente no pleito feito em 5 de abril de 1903 para escolher os dirigentes da

entidade para o quadriênio de 1903 a 1907, que antecedeu às eleições municipais de 8 de novembro daquele ano. As chapas da situação, presidida por Fernando da Costa Bastos e apoiada por Ismael Ribeiros dos Santos, e da oposição, liderada por Domingos Silva, não chegaram a um consenso sobre o resultado do pleito. Enquanto os primeiros diziam serem os vencedores com 416 votos contra 121, seus antagonistas asseveravam que tinham ganhado de 417 a 127.<sup>47</sup>

Um grande número de sócios do Centro Operário chegou a assinar um documento, publicado pelo *Jornal de Notícias*, no qual questionavam o fato de os filiados de vários conselhos paroquiais estarem sendo avisados pelo grupo dirigente da entidade que só poderiam votar em distritos diferentes dos seus. A oposição denunciou que a medida não estava prevista na Constituição do Centro Operário, e que havia mesas nomeadas para todas as localidades da cidade. Os signatários do documento concluíram que o deslocamento de eleitores para seções eleitorais de outras freguesias só poderia ser uma manobra política visando favorecer a chapa encabeçada por Fernando da Costa Bastos. Mas as acusações de que o diretório presidido por Ismael Ribeiro dos Santos estava fraudando a vontade dos membros do Centro Operário não paravam por aí. Segundo o mesmo documento, critérios diferenciados estavam sendo usados para a comprovação de filiação dos operários à organização, exigindo-se de alguns trabalhadores recibos de

pagamento de mensalidade recentes, e, de outros, aceitando-se comprovantes antigos. Parece óbvio que se tratava de um artifício para dificultar o livre exercício do direito de voto para uns e o facilitar para outros.<sup>48</sup>

Com uma disputa tão acirrada e havendo tantas denúncias de fraude e intimidação, não surpreende que a quantidade de operários que compareceu para votar tivesse sido bem inferior ao número de associados ao Centro Operário. Enquanto em 1895 quase três mil associados do Centro Operário da Bahia haviam comparecido às urnas para conferir uma vitória apertada a Domingos Silva sobre seu arqui-inimigo, Ismael Ribeiro dos Santos, de 1.515 votos contra 1.407, em 1903 menos de seiscentos filiados votaram.<sup>49</sup> Ainda assim, é preciso reconhecer que poucas instituições operárias brasileiras tinham tantos agremiados tomando parte nas eleições de sua diretoria.

De todo modo, o grupo dirigente da entidade também desferiu diversos ataques contra seus opositores. Durante o mês de julho de 1903, inúmeros documentos foram publicados no *Diário da Bahia* pelos artesãos Ismael Ribeiro dos Santos, Anastácio Machado de Menezes e José Balbino Falcão fazendo duríssimas críticas ao operário Domingos Silva e seus companheiros. Na primeira mensagem dirigida “Aos nossos companheiros, homens do trabalho”, falava-se da necessidade de “protestar enérgica, solene e publicamente contra a indigna e aviltante exploração” de que estaria se

servindo uma “súcia de ociosos e desocupados, que, sem ofício nem benefício”, apenas buscava “tirar proveito do suor do operário”, em alguns momentos como “empreiteiros de obras em que não tem arte nem aptidão para colaborar nem como serventes de faxina, porque nunca souberam pegar da ferramenta do artista e operário, que se nobilita pelo trabalho”; em outros “locupletando-se das minguadas economias da classe, desviando-as do destino que as reuniu nas caixas de beneficência, de que, iludindo a boa fé dos incautos, se fizeram administradores e, finalmente, vendendo a politicagem a mais vil o prestígio que alardeiam a custa do pequeno número de parvos que os acompanham”.<sup>50</sup>

No segundo documento, o grupo de Ismael Ribeiro dos Santos disse que era necessário “cerrar fileiras contra a audácia do parasitismo traiçoeiro e hipócrita que, dia a dia, se avoluma manhosamente em torno de nossas fagueiras esperanças, sugando toda a sua seiva”. Domingos Silva foi acusado de usar a “nojenta política” e “pregar a ameaça do sangue” com o objetivo de “levar a desunião, o terror e o esfacelamento” ao Centro Operário. Os signatários do texto diziam que a direção da entidade estava sendo acionada judicialmente pelo “herói de escândalos”, apenas “porque a briosa classe operária” vedou seu “pernicioso ingresso” no “Santuário do Trabalho” ao repelir sua “infeliz candidatura à presidência” do Centro Operário. Por fim, a facção de Ismael Ribeiro dos Santos acusou Domingos Silva de ser

um “escravo da politicagem soez, difusa pelos invejosos e pelos traidores enxotados do convívio são dos homens de bem”, que esgrimia as “armas da calúnia, do ódio e do descrédito, sacrificando a honra e a probidade de incautos pais de família, que, seduzidos pelos seus cantos, prestam-lhes iludidos o seu apoio”.<sup>51</sup>

No terceiro documento, Domingos Silva foi acusado por seus contendores de estar mentalmente desequilibrado. Contudo, dizia o grupo de Ismael Ribeiro dos Santos, “o lugar de loucos é nos manicômios”, pois não se podia consentir que “loucos e ajuizados” se transformassem em “instrumentos de paixões alheias para arrastarem ao descrédito, pela entrada infamante das explorações ignominiosas, os brios de uma classe inteira”. Segundo a facção dirigente do Centro Operário da Bahia, “a mentira é sempre a arma predileta dos invejosos; o invejoso é sempre um egoísta e este um criminoso público iludindo a perspicácia das leis”.

Como se vê, parecia estar em jogo não só o controle da máquina política dos trabalhadores e a representação da classe operária, como também as conexões políticas garantidoras de contratos e empregos para os mestres de ofícios e seus operários. Daí a necessidade de desmentir o inimigo e desqualificar o adversário em suas tentativas de relacionar o seu nome com a “personificação da classe operária da Bahia” perante a imprensa, o governo, as autoridades e o grande público.<sup>52</sup> De fato, tendo saído

derrotado da contenda interna, Domingos Silva e seu grupo acionaram seus contatos e aliados no jogo oligárquico, inclusive apelando para o presidente da república, Rodrigues Alves, e para três de seus ministros, José Joaquim Seabra (Interior), marechal Francisco de Paula Argollo (Guerra) e barão do Rio Branco (Relações Exteriores).<sup>53</sup>

A prova de força do grupo dirigente liderado pelo alfaiate Ismael Ribeiro dos Santos foi dada em uma grande assembleia realizada num domingo, dia 12 de julho de 1903, no salão nobre do Centro Operário. Na convocatória, dirigida a “todas as classes sociais” de Salvador, “especialmente as classes artísticas, operárias e proletárias”, anunciava-se que o objetivo do encontro era “protestar solene, publica e energicamente contra a vil e criminosa exploração”, de um “bando composto de mal-intencionados e incautos”, dirigido pelo “desocupado” Domingos Silva.<sup>54</sup> Segundo foi noticiado, “mais de trezentos operários, além de grande número de representantes das demais classes sociais” estavam presentes na reunião.<sup>55</sup> O *Diário da Bahia* de 15 de julho de 1903 transcreveu a ata daquela sessão com os pronunciamentos, propostas, deliberações e lista dos presentes ao conclave. Um dos primeiros a falar foi o próprio Ismael Ribeiro dos Santos, que deu o tom da situação:

Pedi então a palavra o Sr. Ismael Ribeiro que produziu um substancioso discurso protestando contra a usurpação arbitrária,

criminosa mesmo, praticada pelo Sr. Domingos Silva, que, em nome das classes operárias, promove manifestações e passa telegramas para a capital da União, ao ilustre cidadão presidente da República e aos ilustres baianos que servem atualmente nos ministérios do Interior e da Guerra, inspirados em pensamentos reservados e indignos, especulando com os brios e interesses das classes operárias desta terra [...].

O líder da facção hegemônica do Centro Operário foi ainda mais longe, e propôs que fossem enviados telegramas aos ministros José Joaquim Seabra e Francisco de Paula Argollo, “protestando contra o procedimento indigno” e a “usurpação de direitos” praticada por seu opositor, o que foi “aprovado por unanimidade”. Vários outros oradores fizeram uso da palavra, inclusive o pedreiro Anastácio Machado de Menezes, que mais uma vez recorreu ao argumento de que Domingos Silva era um “desequilibrado mental com a mania das especulações inconfessáveis”, mas ponderava que ele carecia da “comiseração dos companheiros de classe”.<sup>56</sup>

A crise gerada pela duplicata de poderes, iniciada em abril de 1903, estendeu-se por anos, sempre tendo Domingos Silva, de um lado, e Ismael Ribeiro dos Santos, de outro. Como dissemos, em seu enfrentamento com a facção rival, Domingos Silva apelou para a Justiça, interpondo uma ação

contra o conselho executivo do Centro Operário empossado em 1903. Derrotado na 1ª Vara Cível, recorreu ao Supremo Tribunal de Apelação e Revista do Estado, que anulou a eleição de 5 de abril de 1903, destituiu o conselho executivo empossado a partir daquele pleito e ordenou que a diretoria anterior assumisse, interinamente, procedendo à nova eleição. Porém, Domingos Silva e seus aliados conseguiram, apenas, uma vitória parcial, pois a antiga diretoria era presidida pelo próprio Ismael Ribeiro dos Santos. Ainda assim, Fernando da Costa Bastos opôs embargo ao aresto, alegando que seus opositores haviam sido expulsos do Centro Operário por estarem, há muito tempo, inadimplentes. De todo modo, a decisão favorável a Domingos Silva foi confirmada em outubro de 1906, mas, em fins de 1908, ele ainda ressentia-se dos recursos protelatórios e da desobediência às ordens judiciais praticadas por seus rivais. O clima de tensão entre as facções continuou, e nas eleições realizadas entre 1911 e 1915, foram registrados novos conflitos envolvendo Domingos Silva, Ismael Ribeiros dos Santos e diversos outros militantes do Centro Operário, além do chefe de polícia José Álvaro Cova e do governador do estado J. J. Seabra.<sup>57</sup>

É nesse contexto mais amplo que devem ser entendidas as eleições municipais de 8 de novembro de 1903, pois havia uma complexa situação de influências recíprocas entre os conflitos e as cisões internas do Centro Operário da Bahia e as divisões que separavam e colocavam em campos opostos



as oligarquias. Naquele pleito, 11.764 eleitores estavam qualificados, representando 5,7% dos 205.813 habitantes de Salvador em 1900.<sup>58</sup> Trata-se do maior índice de participação política potencial já verificado até aquele ano. O número, aliás, é ainda um pouco maior que o achado para a eleição de governador que seria realizada no dia 28 de janeiro de 1904, já que o alistamento feito no final de 1903 dava conta da existência de 11.662 cidadãos inscritos na capital baiana para escolher o chefe de seu executivo estadual.<sup>59</sup> Isso significa que os cidadãos valorizavam a participação na política local e que as eleições municipais são uma boa referência para aferir os níveis de envolvimento dos indivíduos, em geral, e dos operários, em particular, com a política.

Os dois grupos principais que disputavam hegemonia no Centro Operário da Bahia apresentaram candidatos em chapas diferentes e vinculadas a oligarquias igualmente diversas. Em ofício endereçado ao *Diário da Bahia*, o antigo órgão do Partido Liberal, os artesãos Fernando da Costa Bastos, José Balbino Falcão e Boaventura Gomes da Silva, respectivamente, presidente, vice-presidente e 2º secretário do Centro Operário, comunicaram que, no dia 2 de setembro de 1903, o conselho executivo daquela organização havia se reunido e decidido, por unanimidade, lançar as “candidaturas dos estimados artistas” Ismael Ribeiro dos Santos, Prediliano Pereira Pitta e Anastácio Machado de Menezes para membros do

Conselho Municipal.<sup>60</sup> Esses três nomes foram reiteradas vezes recomendados pela direção do Centro Operário aos “ilustres sócios e agremiados”, ao “brioso operariado” e às “demais classes da prestigiosa sociedade baiana”.<sup>61</sup> De fato, o próprio Ismael Ribeiro dos Santos se dirigiu “aos seus amigos do comércio, à briosa classe caixeiral, e aos seus dignos companheiros da classe operária” pedindo e agradecendo os votos que recebesse.<sup>62</sup>

O grupo opositor, por sua vez, também apresentou candidatos ao pleito de 1903. No manifesto dirigido “às classes operárias” e “ao independente eleitorado do município da capital”, a oposição pediu votos para a candidatura do artista Domingos Silva ao Conselho Municipal. Também solicitou que fossem sufragados os nomes de outros quinze operários que se candidataram à Justiça de Paz de quinze paróquias da cidade.<sup>63</sup>

É importante assinalar que as duas chapas de membros do Centro Operário da Bahia guardavam uma relação direta com as outras duas chapas rivais apresentadas pelas elites baianas através de seus partidos. Os artistas Ismael Ribeiro dos Santos e Prediliano Pereira Pitta, ao mesmo tempo em que eram indicados pela direção da organização operária, estavam compondo, também, a chapa dos republicanos governistas, ao passo que o operário Domingos Silva, sustentado pelos contendores da direção daquela associação, vinculava-se à chapa dos republicanos opositores.<sup>64</sup>

O resultado do pleito de 1903 serviu para evidenciar que a eleição de representantes efetivamente operários era mais difícil, se não fosse articulada com membros das elites políticas baianas que estavam no poder. Prova disso é que os artesãos Prediliano Pereira Pitta e Ismael Ribeiro dos Santos, candidatos apresentados pelo Centro Operário e legitimados pelos republicanos governistas, foram eleitos conselheiros municipais em 10º e 14º lugares, com 2.852 e 2.480 votos, respectivamente. Já os operários Domingos Silva e Elysiario Elysio da Cruz, que não foram ungidos por tal apoio, não conseguiram, sequer, ficar como suplentes, recebendo 342 votos, o primeiro, e 153, o último. Até mesmo o pedreiro Anastácio Machado de Menezes, que integrava a chapa do Centro Operário ao lado de Prediliano Pitta e Ismael Ribeiro dos Santos, mas não constava da nominata dos republicanos da situação, ficou para trás, recebendo apenas 213 sufrágios.<sup>65</sup>

### A rede associativa e as comemorações do 13 de maio

Contudo, é preciso lembrar que o envolvimento de Ismael Ribeiro dos Santos com a política formal é a face mais visível e destacada de sua trajetória, mas esta não foi sua única frente de atuação. Entre 1890 e 1893, Ismael Ribeiro foi dirigente do Partido Operário da Bahia e da União Operária Bahiana. Nos quadriênios de 1899-1903 e 1908-1912 ele foi presidente do Centro Operário da Bahia. Mas ele também

foi irmão da Ordem Franciscana do Boqueirão, uma antiga irmandade de homens pardos, e integrou as fileiras da Sociedade Cooperativa dos Alfaiates e da Sociedade União Beneficente dos Alfaiates, associações de ofício criadas em 1890 e 1898, respectivamente. Fez parte, também, da Federação Socialista Bahiana, fundada em 1902 por militantes do antigo Clube Socialista, de 1901, organizações surgidas no contexto mais amplo das experiências e articulações, em nível nacional, dos socialistas brasileiros do período. Através dessas entidades nosso personagem e seus companheiros organizaram as celebrações operárias do Primeiro de Maio em Salvador nas décadas de 1890 e 1900.<sup>66</sup>

Além das associações religiosas, políticas e de ofício mencionadas, Ismael Ribeiro dos Santos tomou parte ativa, ainda, nas lutas e comemorações relacionadas à Abolição da Escravidão. Da mesma maneira que já foi observado em relação a outras lideranças, antes de tomar parte do movimento operário e socialista, Ismael Ribeiro dos Santos foi abolicionista, inclusive tendo sido, segundo suas próprias palavras, um “humilde soldado” da Sociedade Libertadora Bahiana, entidade abolicionista fundada em 1883.<sup>67</sup> Após a Abolição, foram recorrentes as suas intervenções na imprensa soteropolitana por ocasião das comemorações daquela data. Em 1903, por exemplo, ele dizia que o dia 13 de maio havia chegado com seu “clarão dourado” e ateados de chamas na “Bastilha brasileira”, mas ressentia-se com o que qualificou

de “indiferentismo alvar dos que deviam nesse dia entoar o hino da liberdade”. Ele considerava “triste e muito triste” que “os descendentes da raça africana” se comportassem como se tivessem desaparecido do “solo brasileiro, especialmente da nossa cara Bahia”, local em que seus “filhos”, pouco a pouco, iam “jogando na vala comum do esquecimento as datas mais gloriosas da nossa emancipação.” Em seguida, fazia um apelo aos seus “concidadãos” para a necessidade de se levantar “altaneira a alma da Bahia, não deixando morrer o dia da nossa maior conquista, dia em que se libertou, não só uma raça, como também o nosso pendão auriverde”.<sup>68</sup>

### A força do cooperativismo e do mutualismo

Já vimos como o cooperativismo e o mutualismo eram ideias bem enraizadas, tanto no movimento quanto nas disposições estatutárias iniciais da organização em questão desde a época do Partido Operário. Em 1911, Prediliano Pereira Pitta, presidente da entidade e antigo aliado de Ismael Ribeiro dos Santos, reformou os estatutos da sociedade de modo a explicitar e conferir um peso maior a essas dimensões. O antigo Centro Operário passou a ser uma “Associação Cooperativa”, compondo-se de “artistas e operários” residentes em Salvador.<sup>69</sup> Logo na primeira página dos estatutos estava escrito que a organização havia sido “reorganizada na vigência da Lei Federal n. 1.637, de 5 de

janeiro de 1907”, isto é, tendo por base a primeira legislação a regulamentar a criação de sindicatos e cooperativas no Brasil.<sup>70</sup> Além disso, o novo *status* da entidade foi adquirido numa conjuntura marcada por uma mais agressiva tentativa de aproximação de setores das classes dominantes em relação à classe operária a partir da ascensão de Hermes da Fonseca à presidência da República, em 1910.

Entre as inovações, estavam a abolição da distinção entre filiados *agremiados* e *associados* e a divisão da entidade em seis seções autônomas e com inteira separação de caixas e responsabilidades. A 1ª seção era responsável pelas habitações operárias, diferenciando-se do que prescrevia seu antigo estatuto pelo fato de estabelecer uma hierarquia composta de casas de 1ª e 2ª classe; a 2ª, responsável pela carteira de crédito, trazia uma novidade em termos de mutualismo no estado, pois se incumbia da concessão de empréstimos para os seus associados, conforme previsto no ideário original de Proudhon; a 3ª, de consumo, tinha por objetivo fornecer aos associados do Centro Operário gêneros alimentícios e instrumentos de trabalho a preços mais baixos; na 4ª, de manufatura e construção predial, o Centro Operário estabelecia, como uma de suas metas, a construção de oficinas de tipografia e encadernação, marcenaria, ferreiro e torno mecânico e alfaiataria, de onde a sociedade tiraria lucros usados para sua própria capitalização. Era, pois,

uma seção de produção; a 5ª, de instrução primária e profissional, ofereceria aulas de instrução primária e prendas domésticas, solfejo e canto e desenho industrial e elementos de arquitetura, este último restrito aos operários do sexo masculino; a 6ª, de socorros e pensões, previa que cada sócio deveria contribuir com a quantia de \$500 mensais para esta caixa, que seria complementada por parte dos lucros das outras seções. Os valores das pensões também mudaram, passando a ser de 30\$000 por mês para o caso de moléstia, válida por todo o período de recuperação, e 15\$000 por mês, em caráter vitalício, para o caso de invalidez. Já o auxílio funeral caiu de 80\$000 para 50\$000 e a viúva e filhos dos operários que falecessem no gozo de seus direitos teriam pensão igualmente vitalícia de 25\$000 por mês.<sup>71</sup>

O projeto mutualista e cooperativista do Centro Operário da Bahia parece ter ganhado impulso a partir do chamado Quarto Congresso Operário Brasileiro, realizado entre os dias 7 e 15 de novembro de 1912, no Rio de Janeiro, sob a liderança de Antonio Augusto Pinto Machado, da Liga do Operariado do Distrito Federal, e dominado pelas correntes reformistas do movimento operário do Brasil. O conclave contou com a adesão inicial de 75 entidades de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba do Norte, Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e São Paulo.

Os militantes das organizações baianas tiveram presença marcante em todas as sessões do conclave, inclusive presidindo e/ou secretariando várias delas. Os delegados indicados foram o alfaiate Ismael Ribeiro dos Santos e o deputado João Augusto Neiva (que não chegou a tomar parte no congresso), pelo Liceu de Artes e Ofícios; o empreiteiro de obras Prediliano Pereira Pitta e o tipógrafo Francisco Miguel Chaves, presidente e vice-presidente do Centro Operário da Bahia; Ivo Pedro de Souza Pinheiro, pela Sociedade Beneficente União Philantrópica dos Artistas; Raphael A. da Costa Lima, pela Sociedade União Beneficente dos Alfaiates; Anselmo Rosas e Pinto Machado, pela Sociedade Operária Carlos Gomes; Lourenço Bento Gomes, pela Sociedade Protetora dos Desvalidos; Miguel Chaves e Senhorinho de Oliveira, pela Associação Typográfica Bahiana; e o Dr. Joaquim Pires Muniz de Carvalho (deputado federal), pelo Club dos Maquinistas e pela Sociedade Luz Protetora da Cidade de Santo Amaro. Prediliano Pitta foi eleito representante da Confederação Brasileira do Trabalho na Bahia, uma organização que combinava atividades próprias de um partido político com as de uma central sindical.

Logo na sessão de abertura do Quarto Congresso Operário os delegados do Centro Operário da Bahia leram uma *memória* de cerca de dez páginas, dividida em quatro partes, tratando de assuntos essenciais de seu ideário social. Na primeira, fazia-se grande apologia do



cooperativismo, especialmente o de produção, por meio do qual “uma multidão crescente de esforços individuais, bem aparelhados e coordenadamente dispostos, possa por meio da associação – baluarte de vontades que se congregam para o melhor aproveitamento de energias e inteligências, que pregam, combatem e triunfam sob um ideal comum, criar o crédito para cada um dos associados, os quais isoladamente nada podem obter de capitalistas ou estabelecimentos de crédito”. Tal incentivo à vida da “pequena indústria”, “que morre afogada” por “falta de recursos”, traria a “expansão do trabalho industrial de núcleos associativos, cooperadores eficazes da riqueza pública, do bem-estar do proletariado e da paz social, afim de que colima a campanha, em cujo nome pelejamos desassombrados”.

A segunda parte do documento pugnava pela adoção, no Brasil, de um sistema de cooperativas de habitações populares, supostamente bem-sucedido na Alemanha, que também deveria ser apoiado pelo governo federal, por meio de uma legislação que livrasse de penhoras as casas construídas por associações operárias, e pelo poder municipal, que, “como representante mais direto do povo”, deveria subvencionar tais habitações, “secundando assim os nossos esforços em bem do proletariado”.

A terceira seção do documento ocupou-se de fazer a defesa das cooperativas de consumo, “grande elo de união dos fracos, que, pela reciprocidade dos próprios esforços

combinados, se tornam fortes e capazes de entrar na luta pela vida, luta tremenda e fatal, que não deve ser encarada com temor porém resolvida com valor e segurança”. Segundo aqueles militantes, a cooperativa de consumo seria, para as “classes proletárias”, uma “verdadeira árvore do bem”, pela qual os trabalhadores se livrariam dos intermediários e conseguiriam alimentos de qualidade superior e a preços mais baixos. Por fim, as cooperativas de consumo deveriam ser conjugadas com as de crédito, dando origem às cooperativas mistas. Desta forma, o crédito impulsionaria a produção e esta manteria a alimentação, supostamente como acontecia na Bélgica, na França e na Inglaterra. O longo documento, assinado por Prediliano Pereira Pitta e Francisco Miguel Chaves, concluía com um apelo ao governo para que ele e o Congresso Nacional aprovassem uma lei que amparasse os trabalhadores vítimas de acidentes de trabalho.<sup>72</sup>

## A família e os amigos

O alfaiate Ismael Ribeiro dos Santos era casado com Engracia Maria da Conceição Ribeiro. Ao cometer suicídio, em 8 de janeiro de 1931, deixou apenas uma filha, a professora Tertuliana Ribeiro dos Santos Dultra, moradora na Ilha de Itaparica e casada com José Ferreira Dultra, seu procurador. A análise do volumoso maço de 224 páginas no qual consta o testamento e o inventário do então coronel da Guarda

Nacional nos revela não apenas seu bom posicionamento socioeconômico, mas a ampla rede de solidariedade, compadrio e clientelismo construída e dirigida pelo alfaiate Ismael Ribeiro dos Santos. A antiga liderança operária possuía cinco apólices federais, cada uma no valor de um conto de réis, e nada menos que quinze casas em Salvador e em Madre de Deus. Na capital baiana eram nove casas no Distrito de Santana, sendo uma na Rua Ferreira França, nº 36; uma na Rua da Mangueira, nº 24; cinco no Beco dos Músicos, nº 1 a 5 e duas no Moinho do Tororó, nº 11 e 22, rua que hoje leva o nome de nosso personagem. No Distrito do Pilar, eram três imóveis na Rua do Gasômetro; as três últimas habitações ficavam em Madre de Deus, sendo que duas delas eram edificadas em uma roça de 2,5 tarefas de terra, também de propriedade de Ismael Ribeiro dos Santos.

O círculo de amizade e compadrio construído pelo alfaiate Ismael Ribeiro dos Santos pode ser visualizado de modo mais acurado quando examinamos as disposições de seus últimos desejos, constantes de seu testamento. Nele, há indicações explícitas de quem eram os beneficiários de seu legado, especificando-se valores e justificativas para as doações. Entre as instituições beneficiadas, tínhamos o Educandário do Desterro, a Ordem Franciscana do Boqueirão, no distrito de Santana, e o Abrigo dos Filhos do Povo, que receberiam, respectivamente, quinhentos mil-réis, um conto e três contos de réis. Ao famoso e popular rábula

Cosme de Farias (1875-1972) foi deixado um conto de réis, “para fins de caridade”. Em “reconhecimento aos seus serviços médicos”, o Dr. Antonio Gonçalves Bastos seria beneficiado com três contos de réis, e suas duas filhas deveriam receber outros três contos de réis, cada. As meninas Yvonne e Enid, filhas de seu amigo João Pacheco de Oliveira, teriam direito a receber, cada uma, dois contos e quinhentos mil-réis, “como lembrança da boa camaradagem” que mantiveram com o finado.

Vários outros amigos, parentes e contraparentes foram listados para receberem alguma quantia em dinheiro ou mesmo alguma propriedade. Entre os afilhados, havia Margarida, filha de Izidoro Sacramento, com um conto de réis, e Jacob, filho de Joaquim Nunes, com quinhentos mil-réis. O amigo Silvestre Cancio e o compadre Calixto dos Santos, residente em Madre de Deus, receberiam seiscentos e quinhentos mil-réis, respectivamente. Eufrosina Rios e Emília, parentes de sua mulher, foram contempladas com um conto de réis, cada uma, para que se lembrassem do alfaiate. Idalina, mulher de Manoel Santana, outra parente da esposa de Ismael, deveria receber um conto de réis. Os sobrinhos Lydio, Claudino e Fernando, filhos de Plínio dos Santos Passos, irmão de Ismael, constavam como beneficiários de dois contos de réis, cada um, e o pai dos meninos deveria herdar a casa de nº 18 da Rua do Gasômetro. As outras duas casas da Rua do Gasômetro, nº 18 A e 18 B, deveriam

passar para a propriedade do amigo Raphael da Costa Lima, que também era alfaiate, e para a sobrinha C. Gomes dos Santos, moradora da Freguesia de Monte, no Recôncavo. Uma última casa, localizada no Moinho do Tororó, nº 22, foi doada a Odimasilia Thomé da Conceição.

Podemos concluir afirmando que o auto de partilha do espólio de nosso personagem, lavrado no dia 27 de maio de 1932, é uma poderosa evidência de quão enganadora pode ser a imagem de uma população negro-mestiça integralmente atirada à pobreza e à indigência errante no período pós-Abolição. Além de ter um ofício, ser proprietário de sua própria oficina, deter a patente de coronel da Guarda Nacional e ter sido eleito conselheiro municipal de Salvador por duas vezes, Ismael Ribeiro dos Santos legou mais de 215 contos de réis. Entre os seus bens estavam mobílias, apólices federais, cadernetas de poupança, imóveis, recursos resultantes da venda de bens e rendimentos derivados de aluguéis e investimentos. Ainda mais importante é assinalar que este pode ser um caso-limite, mas não um caso isolado, conforme demonstramos em outra ocasião.<sup>73</sup>

## Notas

- 1 *A Tarde*, Salvador, 8 jan. 1931. p. 8.
- 2 RIBEIRO, Ismael. *A Voz do Operário falando a verdade*. Salvador: [s.n.], 1930. p. 232.
- 3 APEB, Seção Judiciária, 6/2718/0/10 (Autos Cíveis - Inventários e Testamentos).

- 4 Sobre os engenhos de açúcar no Recôncavo, cf. SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. Tradução de Laura Teixeira Motta. 1. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 1995; BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. cap. 1; BARICKMAN, B. J. Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo baiano (1850-1881). *Afro-Ásia*, Salvador, n. 21-22, p. 177-238, 1998-1999.
- 5 *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 31 de out. 1901, seção I, p. 6-8.
- 6 Para uma análise mais geral da atuação das lideranças e dos partidos operários e socialistas na Primeira República, cf. BATALHA, Claudio H. M. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000; SCHMIDT, Benito Bisso. Os partidos socialistas na nascente República. In: REIS, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge (Org.). *As esquerdas no Brasil: 1: a formação das tradições. (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 131-183. Para estudos mais centrados no Rio de Janeiro, cf. PÁDUA, J. A. Valladares. A capital, a República e o sonho: a experiência dos partidos operários de 1890. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 163-192, 1985; BATALHA, Claudio H. M. A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX. In: MORAES, João Quartim (Org.). *História do marxismo no Brasil: v. II: os influxos teóricos*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1995. p. 11-44; BATALHA, Cláudio. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O Brasil Republicano: v. 1: o tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Para o caso paulista, cf. BIONDI, Luigi. *Classe e nação: trabalhadores e socialistas italianos em São Paulo, 1890-1920*. Campinas: Ed. Unicamp, 2011. Para acessar estudos específicos sobre o assunto no Rio Grande do Sul, cf. BILHÃO, Isabel. *Rivalidades e solidariedades*

*no movimento operário*. Porto Alegre 1906-1911. Porto Alegre: Ed. PUC-RS, 1999; BILHÃO, Isabel. *Identidade e trabalho: uma história do operariado porto-alegrense (1898-1920)*. Londrina: EDUEL, 2008; LONER, Beatriz Ana. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas: Ed. UFPel., 2001; PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. *Que a união operária seja a nossa pátria!:* história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Santa Maria: Ed. UFSM; Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001; SCHMITD, Benito Bisso. *Em busca da terra da promessa: a história de dois líderes socialistas*. Porto Alegre: Palmarinca, 2004.

- 7 Para a análise desses processos, cf. CASTELLUCCI, Aldrin A. S. *Trabalhadores, máquina política e eleições na Primeira República*. 2008. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. cap. 2.
- 8 *Diário da Bahia*, Salvador, 8 jun. 1892. p. 2; *Pequeno Jornal*, Salvador, 15, 21-22 jun. 1892. p. 2; *Jornal de Notícias*, Salvador, 18, 20-22 jun. 1892. p. 2, 2, 1 e 1.
- 9 *O Tempo*, Rio de Janeiro, 13 set. 1892. p. 2.
- 10 *Diário da Bahia*, Salvador, 23 jun. e 17 jul. 1892, p. 2 e 1; *Jornal de Notícias*, Salvador, 16 jul. 1892. p. 1.
- 11 O programa do *Partido Operário Brasileiro* de 1892 foi reproduzido em CARONE, Edgar. *O movimento operário no Brasil (1877-1944)*. São Paulo: Difel, 1981. p. 304-308; e em *O SOCIALISMO NO BRASIL*. Seleção e Introdução Evaristo Moraes Filho. Brasília: UnB; Câmara dos Deputados, 1979. p. 240-243.
- 12 *Jornal de Notícias*, Salvador, 13 jun. 1893. p. 2.
- 13 SILVA, Domingos. *Manifesto aos dignos Artistas, Operários e Proletários do Estado da Bahia*. APEB, Seção Legislativa, Câmara dos Deputados, Ofícios Recebidos e Expedidos (1891-1894), *livro 1187*.
- 14 APEB, Seção Legislativa, Câmara dos Deputados, Ofícios Recebidos e Expedidos (1891-1894), *livro 1187*.

- 15 *Jornal de Notícias*, Salvador, 29 jul. 1893. p. 1.
- 16 Isto porque, as sociedades de auxílio-mútuo, surgidas desde a primeira metade do século XIX, foram objeto de ingerência e regulamentação, por parte do Estado, a partir de 1860, com a Lei nº 1.083, de 22 de agosto de 1860, e o Decreto nº 2.711, de 19 de dezembro de 1860. Esses dispositivos permitiam, até mesmo, que a presidência das associações de socorros mútuos fosse exercida pelo presidente de província, e seus estatutos teriam que ser lidos e aprovados pelo Conselho de Estado. É possível que esse rigoroso controle que o Estado exercia sobre as sociedades mutualistas tenha pavimentado o caminho para as íntimas relações entre as autoridades e as lideranças desse associativismo daí por diante, constituindo-se em solo fértil para a construção das redes de clientelismo que atravessaram o século XIX e tiveram continuidade no XX. Essa legislação sofreu mudanças no período posterior, inclusive com um relativo relaxamento do controle estatal. Ver, por exemplo, o Decreto nº 5.112, de 17 de outubro de 1872, a Lei 3.150, de 4 de novembro de 1882, e o Decreto 8.821, de 20 de dezembro de 1882. Para uma avaliação dessa legislação e das relações entre o Estado e esse associativismo, cf. SILVA JR., Adhemar Lourenço da. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas* (estudo centrado no Rio Grande do Sul - Brasil, 1854-1940). 574 f. 2004. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004; LUCA, Tania Regina de. *O sonho do futuro assegurado: o mutualismo em São Paulo*. São Paulo: Contexto; Brasília: CNPq, 1990.
- 17 DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Imprensa Oficial do Estado da Bahia, p. 344-351, 2 jul. 1923. Edição Especial do Centenário; CONSTITUIÇÃO DO CENTRO OPERÁRIO DO ESTADO DA BAHIA. *Diário da Bahia*, Salvador, 8-9, 17 jun. 1894. A primeira diretoria ficou assim constituída: Domingos Silva (presidente); Ubaldo José de Oliveira Couto (vice-presidente); José Pereira de Lacerda (1º secretário); Tertuliano Francisco da Silva Guimarães (2º secretário); Elysiario Elyσιο da Cruz; Virgílio Francisco Coelho;



Anacleto Dias da Silva; Matheus Alves da Cruz Rocha; Ismael Ribeiro dos Santos; Edístio Martins; Francisco Lopes Nuno; Eloy Aleixo Franco; Wenceslau Telles da Silva; João Damasceno Alves da Costa; Pedro Augusto da Silva; José Maria da Rocha Argollo; Bráulino Baptista Ferraz; Fortunato José do Espírito Santo; Francisco Salles dos Santos; Américo Ludgero Chaves; João Ferreira de Mendonça (vogais).

- 18 CONSTITUIÇÃO DO CENTRO OPERÁRIO DO ESTADO DA BAHIA. *Diário da Bahia*, Salvador, 8-9, 17 jun. 1894.
- 19 A concessão e manutenção das pensões às viúvas estavam expressamente condicionadas por restrições morais, como se pode ver pelo art. 15, § 7º: “Provado que a viúva não tem meio nenhum de vida, o Centro será obrigado a dar-lhe uma pensão mensal de 25\$000, sendo de 50\$000 no caso de morte, ficando ainda o mesmo Centro obrigado a aumentar os socorros, logo que seus recursos assim permitam, *deixando, porém, de ser aplicadas estas disposições se chegar ao conhecimento do Centro que a viúva casou-se ou não vive honradamente*”. Grifos nossos.
- 20 *Diário da Bahia*, Salvador, 28 jun. 1894. p. 1.
- 21 *Diário da Bahia*, Salvador, 30 maio 1894. p. 1.
- 22 *Diário da Bahia*, Salvador, 9 e 10 jun. 1894. p. 2-3.
- 23 *Diário da Bahia*, Salvador, 15 e 16 jun. 1894. p. 2 e 1.
- 24 *Jornal de Notícias*, Salvador, 1 ago. 1894. p. 1.
- 25 *Jornal de Notícias*, Salvador, 4 fev. 1895. p. 1.
- 26 APEB, Seção Legislativa, Câmara dos Deputados, Ofícios Recebidos e Expedidos (1895-1896), livro 1189.
- 27 *Jornal de Notícias*, Salvador, 3 maio 1895. p. 2; APEB, Seção Legislativa, Câmara dos Deputados, Ofícios Recebidos e Expedidos (1895-1896), livro 1189.
- 28 *Jornal de Notícias*, Salvador, 7 maio 1895. p. 1.
- 29 *Jornal de Notícias*, Salvador, 13 out. 1894. p. 3.
- 30 *Jornal de Notícias*, Salvador, 27 out. 1894. p. 1.
- 31 *Jornal de Notícias*, Salvador, 22 nov. 1895. p. 2.
- 32 *Jornal de Notícias*, Salvador, 23 mar. 1896. p. 1.

- 33 CENTRO Operário da Bahia. Relatórios apresentados pelo Presidente do Conselho Executivo, Tenente Coronel Júlio Fernandes Leitão às Assembleias Gerais de 2 de abril de 1918 e 25 de abril de 1919 e nas mesmas aprovados. Referentes ao exercício de 1º de abril de 1917 a 31 de março de 1919. Bahia: Tipografia e Encadernação do Liceu de Artes e Ofícios, 1919; *O Estado*, Salvador, 27 maio 1913. p. 2.
- 34 As modalidades de sócios benfeitores, beneméritos e honorários, com funções análogas às apontadas aqui, existiram nas sociedades operárias do século XIX e primeira metade do XX, sendo encontradas em pontos distintos do mundo, como as associações de auxílio mútuo dos italianos de São Caetano (SP) e as mutuais da Espanha. Ver: MARTINS, José de Souza. *Subúrbio*. Vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha. 2. ed., São Paulo: Hucitec; Unesp, 2002. p. 175-225 e RALLE, Michel. A função da proteção mutualista na construção de uma identidade operária na Espanha (1870-1910). *Cadernos AEL*, Campinas, v. 6, n. 10-11, p. 13-38, 1999.
- 35 Sobre a atuação dessas organizações operárias nas eleições republicanas, cf. CASTELLUCCI, Aldrin A. S. Política e cidadania operária em Salvador (1890-1919). *Revista de História* (USP), São Paulo, n. 162, p. 205-241, 1. sem. 2010.
- 36 DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Imprensa Oficial do Estado da Bahia, p. 351, 2 jul. 1923. Edição Especial do Centenário.
- 37 Relatório do Centro Operário da Bahia no Exercício Social de 6 de maio de 1899 a 31 de abril de 1900 apresentado pelo Sr. Ismael Ribeiro, Presidente do Conselho Executivo e aprovado em Assembléia Geral de 12 de agosto de 1900, Bahia, Lyto-Typographia Passos, 1900; Relatório do Centro Operário da Bahia. Exercício Social de 6 de maio de 1902 a 30 de abril de 1903, apresentado pelo Sr. Ismael Ribeiro, Presidente do Conselho Executivo e aprovado em sessão de Assembléia Geral de 3 de maio de 1903. Bahia, Imprensa Moderna de Prudêncio de Carvalho, 1903; Relatório do Centro Operário da Bahia.

Exercício Social de 6 de maio de 1908 a 5 de maio de 1909, apresentado pelo Sr. Ismael Ribeiro dos Santos, Presidente do Conselho Executivo à Assembléia Geral e por esta aprovado em sessão de 20 de abril de 1910, sob a presidência do Sr. Felipe Tranquilino de Castro. Bahia, Typographia e Encadernação do Liceu de Artes e Ofícios, 1910; Relatório da Associação Cooperativa Centro Operário da Bahia, do Exercício de 1º de abril de 1912 a 31 de março de 1913, apresentado pelo Presidente do Conselho Executivo Prediliano Pereira Pitta, aprovado em Assembléia Geral de 18 de maio de 1913. Bahia, Typographia e Encadernação do Liceu de Artes e Ofícios, 1913; Centro Operário da Capital do Estado da Bahia. Relatório apresentado pelo Presidente do Conselho Executivo, Capitão João Pedro Rodrigues Lima, à Assembléia Geral em sessão de 1º de maio de 1917 e na mesma aprovado. Referente ao Exercício de 1º de abril de 1915 a 31 de março de 1917. Bahia, Typographia e Encadernação do Liceu de Artes e Ofícios, 1917; Centro Operário da Bahia. Relatórios apresentados pelo Presidente do Conselho Executivo, Tenente-Coronel Júlio Fernandes Leitão às Assembléias Gerais de 2 de abril de 1918 e 25 de abril de 1919 e nas mesmas aprovados. Referentes ao exercício de 1º de abril de 1917 a 31 de março de 1919. Bahia, Typographia e Encadernação do Liceu de Artes e Ofícios, 1919; Relatórios do Centro Operário da Bahia apresentados pelo Coronel Eugenio Antonio Cardoso, Presidente do Conselho Executivo. Exercício de 1º de abril de 1919 a 31 de março de 1921. Bahia, Typographia e Encadernação do Liceu de Artes e Ofícios, 1921.

38 *Jornal de Notícias*, Salvador, 9 e 11 out. 1895. p. 2.

39 *Jornal de Notícias*, Salvador, 6 fev. 1896. p. 2.

40 *Jornal de Notícias*, Salvador, 24 fev. 1896. p. 2.

41 *Jornal de Notícias*, Salvador, 27 fev. 1896. p. 2.

42 *Jornal de Notícias*, Salvador, 22 jun. 1896. p. 1.

43 *Jornal de Notícias*, Salvador, 27, 29 e 30 mar. 1897. p. 1.

44 Os conselheiros municipais que renunciaram aos mandatos foram os industriais Polydoro Bittencourt e Luiz Tarquínio,

- eleitos simultaneamente pelo Partido Constitucional e pelo Partido Federalista; engenheiro Affonso Glycerio da Cunha Maciel (federalista); José Mariz Pinto (constitucional); Franz Wagner (federalista); Fernando Costa Coch (constitucional).
- 45 *Jornal de Notícias*, Salvador, 8 jul. 1897. p. 1. Por razões não esclarecidas, apesar de a última vacância ter sido de seis demissionários, as novas eleições foram feitas para o preenchimento de sete vagas.
- 46 Sobre o perfil social dos filiados das organizações operárias em apreço, cf. CASTELLUCCI, Aldrin A. S. Classe e cor na formação do Centro Operário da Bahia (1890-1930). *Afro-Asia*, Salvador, n. 41, p. 85-131, 2010.
- 47 *Diário de Notícias*, Salvador, 6, 7, 17 e 20 abr. 1903; 6 mai. 1903; *Correio da Tarde*, Salvador, 8, 14 e 30 mai. 1903; *Jornal de Notícias*, Salvador, 6 jun. 1903; 11 jul. 1903.
- 48 *Jornal de Notícias*, Salvador, 3 e 4 abr. 1903, p. 2 e 3. As instruções com a designação das mesas eleitorais do Centro Operário foram publicadas em diferentes edições do jornal *A Bahia*. Ver: *A Bahia*, Salvador, 20, 21, 24 e 28 mar. 1903, p. 2; *A Bahia*, Salvador, 4 abr. 1903, p. 2.
- 49 *Jornal de Notícias*, Salvador, 15 mar. 1895. p. 1.
- 50 *Diário da Bahia*, Salvador, 7 jul. 1903. p. 3.
- 51 *Diário da Bahia*, Salvador, 10 jul. 1903. p. 2.
- 52 *Diário da Bahia*, Salvador, 12 jul. 1903. p. 2.
- 53 *Diário de Notícias*, Salvador, 23, 26 e 30 jun. 1903; *Jornal de Notícias*, Salvador, 23, 26 e 30 jun. 1903; 1, 9 e 11 jul. 1903; *Correio da Tarde*, Salvador, 23 jun. 1903.
- 54 *Diário da Bahia*, Salvador, 7 jul. 1903. p. 3.
- 55 *Diário da Bahia*, Salvador, 14, 17, 24 e 28 jul. 1903. p. 2, 7, 3 e 4, respectivamente.
- 56 *Diário da Bahia*, Salvador, 15 jul. 1903. p. 2.
- 57 *Diário de Notícias*, Salvador, 18 nov. 1905; 29 out. 1908; 6 e 24 fev. 1911; 7, 9 e 24 mar. 1911; 1, 4, 7, 8, 11 e 17 abr. 1911; 6 e 8 mai. 1911; 27 e 28 fev. 1912; 5 e 14 mar. 1914; *Jornal de Notícias*,

- Salvador, 24 e 29 mai. 1912; 25 jun. 1912; 1, 3, 4, 10, 16, 18, 20 e 23 jul. 1912; 12 abr. 1915; *Diário da Bahia*, Salvador, 13 abr. 1915.
- 58 Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Diretoria Geral de Estatísticas. *Synopse do Recenseamento de 31 de dezembro de 1900*. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1905, p. 16; “Eleições Municipais”. *Jornal de Notícias*, Salvador, 6 nov. 1903. p. 2.
- 59 *Diário da Bahia*, Salvador, 30 dez. 1903. p. 4.
- 60 *Diário da Bahia*, Salvador, 17 set. 1903. p. 1
- 61 *Jornal de Notícias*, Salvador, 17, 24 e 31 out. 1903. p. 3, 3 e 4.
- 62 *Jornal de Notícias*, Salvador, 5 nov. 1903. p. 3.
- 63 *Jornal de Notícias*, Salvador, 16 e 31 out. 1903. p. 1 e 3. Os filiados do Centro Operário que lançaram seus nomes candidatos à Justiça de Paz pela chapa liderada por Domingos Silva em 1903 foram os seguintes: Sé - Aurélio Cardoso; São Pedro - Ignácio Ramos Seara; Santana - Júlio Alves da Rocha; Conceição da Praia - Porphyrio Manuel Lopes; Pilar - Antonio Corrêa de Moura; Rua do Paço - João Pedro Rodrigues Lima; Santo Antonio - Paulino dos Santos Piedade; Vitória - Feliciano Alexandrino de Santana; Brotas - Matheus Alves da Cruz Rocha; Penha - José Rodrigues da Nova; Mares - Manuel Hygino Alves de Souza; Nazaré - Faustino Gomes da Silva; Pirajá - Sérgio Nicoláo de Oliveira e Silva; Cotegipe - Leopoldino Manuel de Freitas; Itapuã - Florentino Antonio da Costa.
- 64 *Jornal de Notícias*, Salvador, 6 nov. 1903. p. 2.
- 65 *Jornal de Notícias*, Salvador, 2 dez. 1903. p. 1; *Diário da Bahia*, Salvador, 16 dez. 1903. p. 2..
- 66 Sobre o assunto, cf. CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong Silva. Os socialistas e as comemorações do Primeiro de Maio em Salvador: ritualização e afirmação de uma identidade operária nas duas primeiras décadas republicanas. Comunicação. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH, 26., 2011, São Paulo. *Anais...* São Paulo: ANPUH, jul. 2011.

- 67 A *Sociedade Libertadora Baiana* foi fundada em 1883, por Pamphilo da Santa Cruz, proprietário e redator do jornal abolicionista *Gazeta da Tarde*, e pelo advogado Eduardo Carigé, entre outros. Em 1887, a *Guarda Velha do Abolicionismo*, como era chamada por seus próprios membros aquela associação, possuía 30 sócios e havia libertado apenas 50 escravos, provavelmente porque sua principal atividade fosse organizar fugas, acoitar escravos fugidos e outras ações antiescravistas acobertadas por sua fachada. Em 1887, ela mudou seu nome para *Sociedade Abolicionista Baiana*. Jailton Lima Brito, *A abolição na Bahia: 1870-1888*, Salvador, Centro de Estudos Baianos/UFBA, 2003. p. 134-135.
- 68 *Diário de Notícias*, Salvador, 12 maio 1903. p. 1.
- 69 ESTATUTOS DO CENTRO OPERÁRIO DA CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA, aprovados em sessão de 9 de julho de 1911. Bahia, Tipografia do Salvador, 1911.
- 70 LEI 1.637, de 5 de janeiro de 1907. *Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1907*, v. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, [s.d.]. p. 17-22.
- 71 ESTATUTOS DO CENTRO OPERÁRIO DA CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA, aprovados em sessão de 9 de julho de 1911. Bahia, Tipografia do Salvador, 1911.
- 72 CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DO TRABALHO (PARTIDO POLÍTICO). Conclusões do 4º Congresso Operário Brasileiro realizado no Palácio Monroe no Rio de Janeiro de 7 a 15 de novembro de 1912. Rio de Janeiro: Tipografia Leuzinger, 1913. *A memória* apresentada pelos delegados do Centro Operário da Bahia encontra-se nas p. 214-223.
- 73 *A Tarde*, Salvador, 8 jan. 1931. p. 8; *Jornal de Notícias*, Salvador, 4 maio 1901. p. 1; *Diário de Notícias*, Salvador, 3 maio 1906. p. 1; 2 mai. 1908. p. 1; 2 mai. 1903. p. 1.

## SOBRE OS AUTORES

### Aldrin Armstrong Silva Castellucci

Doutor em História pela Universidade Federal da Bahia. Professor Titular da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Pesquisador da área de História do Trabalho. Autor de *Industriais e operários baianos numa conjuntura de crise (1914-1919)*. Salvador: FIEB, 2004.

### Elizete da Silva

Doutora em História pela Universidade de São Paulo. Professora Plena da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e professora aposentada da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pesquisadora de História das Religiões. Autora, entre outros, de *Protestantismo ecumênico e realidade brasileira: evangélicos progressistas em Feira de Santana*. Feira de Santana: UEFS Ed., 2010.

## Maria das Graças de Andrade Leal

Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora Titular da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Pesquisadora da área de História do Trabalho. Autora, entre outros, de *Manuel Querino entre letras e lutas: Bahia 1851-1923*. São Paulo: Anablume, 2009.

## Maria Elisa Lemos Nunes da Silva

Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora Adjunta da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Pesquisadora da área de História da Saúde e das Doenças. Autora de *Do “centro para o mundo”*: a trajetória do médico José Silveira na luta contra a tuberculose. Tese (Doutorado) – UFPE, 2009.

## Paulo Santos Silva

Doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP). Professor Pleno da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Pesquisador da área de História e Literatura. Autor, entre outros, de *Âncora de tradição*: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia 1930-1949. Salvador: EDUFBA, 2000.



Formato: 150 x 210 mm  
Fonte: Goudy Old Style, 14/13/12,5 e Minion Pro, 12  
Miolo: papel Pólen Soft, 80 g/m<sup>2</sup>  
Capa: papel Supremo, 250 g/m<sup>2</sup>  
Impressão: julho 2014.

